**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Bianca Pugen

# DAR, RECEBER, RETRIBUIR:
# PRÁTICAS SOCIOECONÔMICAS NO TURISMO RURAL

Santa Cruz do Sul
2016

Bianca Pugen

# DAR, RECEBER, RETRIBUIR:
# PRÁTICAS SOCIOECONÔMICAS NO TURISMO RURAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, linha de Pesquisa "Organizações, Mercado e Desenvolvimento", da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), como requisito final para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Cidonea Machado Deponti
Coorientador: Prof. Dr. Marco André Cadoná

Santa Cruz do Sul
2016

Bianca Pugen

# DAR, RECEBER, RETRIBUIR:
# PRÁTICAS SOCIOECONÔMICAS NO TURISMO RURAL

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado); Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; linha de Pesquisa "Organizações, Mercado e Desenvolvimento", Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito final para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

_____
Dr.ª Cidonea Machado Deponti
Professora Orientadora – PPGDR/UNISC

_____
Dr. Marco André Cadoná
Professor Coorientador – PPGDR/UNISC

_____
Dr.ª Rosane Bernadete Brochier Kist
Professora Examinadora – PPGDR/UNISC

_____
Dr.ª Grazielle Betina Brandt
Professora Examinadora – PPGDR/UNISC

_____
Dr. Marcelino de Souza
Professor Examinador – PGDR/UFRGS

_____
Dr. Ivo Elesbão
Professor Examinador – UFSM

Santa Cruz do Sul
2016

“A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá,
mas não pode medir seus encantos.
A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem
nos encantos de um sabiá.
Quem acumula muita informação perde o condão
de adivinhar: *divinare.*
Os sabiás divinam.”

(Manoel de Barros - Livro sobre Nada)

Aos agricultores de Morro Azul, que, como os sabiás, *divinam*.

## AGRADECIMENTOS

Concluir esta tese é em si uma forma de retribuir. Com o término deste ciclo agradeço diversas dádivas que recebi ao longo de tantos anos de estudos formais, desde a graduação até o doutorado. Tenho esta como a única forma de dar simbolicamente um retorno aos tantos que me ajudaram neste processo, consciente de todas as limitações impostas pelas dificuldades de elaboração de uma tese.

Minha gratidão aos meus professores da Graduação em Turismo que servem até hoje como modelos para mim pela maneira como conduziam suas atuações docentes: mostrando que a academia é um lugar social e, portanto, humano. Também por serem eles os primeiros a provocarem minhas curiosidades e as inquietações acerca do fenômeno turístico.

Agradeço ao meu orientador do Mestrado em Turismo, hoje meu colega da Rede Federal de Ensino, Prof. Dr. Carlos Honorato Schuch Santos, por me ensinar que pesquisa tem muito a ver com liberdade e por apresentar-me o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da UNISC.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS pelo incentivo à qualificação, me permitindo ficar afastada de minhas atividades docentes até a conclusão do doutorado e, ainda, por intermediar o recebimento de bolsa de estudo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Obrigada aos meus alunos Marcelo Silveira Santos e Vera Lúcia Bueno de Oliveira que participaram como bolsistas de um projeto de pesquisa sobre turismo rural que coordenei em 2011 e 2012. Foram eles que apontaram para o Roteiro Vale do Paraíso como objeto de estudo e foi naquele momento que encontrei meu tema de pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, por possibilitar uma amplitude de fontes de conhecimento, de instigar momentos de desconstrução de conceitos e de novas construções teóricas. Aos professores do PPGDR que contribuíram - com teorias também – mas principalmente com inquietações para que fôssemos adiante. E aos meus colegas que compartilharam das incertezas, dificuldades e tensões de um programa de doutorado.

Minha gratidão especial e meu carinho eterno aos meus orientadores: Prof. Dra. Cidonea Machado Deponti e Prof. Dr. Marco André Cadoná. Ela, economista, ele, sociólogo – uma dupla e tanto que foram complementares e, portanto, completos para minha orientação! Obrigada por cada pequena pergunta que possibilitou grandes reflexões e por me auxiliarem a desconstruir conceitos que foram se colocando como óbvios e estabelecidos para mim. Obrigada pelo carinho, respeito e paciência que sempre me dispensaram. Obrigada pelas orientações atentas, inteligentes, leves e

acolhedoras. Obrigada pelas conversas sobre a vida. Vocês são pessoas e profissionais que fazem a diferença!

À Prof. Dra. Rosane Kist agradeço a companhia nos jantares em minhas estadas em Santa Cruz e a pronta disponibilidade em ajudar. Suas contribuições foram valiosas para esta tese.

Ao Prof. Dr. Eric Sabourin, por dedicar tantos anos à Teoria da Reciprocidade. Obrigada pelas contribuições precisas, pela gentileza e acessibilidade que demonstrou ao longo da construção desta pesquisa. Ter sua presença em minha banca de qualificação foi uma honra e um prazeroso desafio.

A todos os agricultores que integram o Roteiro Vale do Paraíso e aos demais entrevistados na pesquisa de campo. Obrigada me ensinarem tanto sobre tanta coisa, principalmente por mostrarem que o trabalho coletivo pode construir projetos de desenvolvimento e destruir barreiras culturais, políticas e financeiras. Agradeço a sabedoria compartilhada, a acolhida a cada visita, a disponibilidade para cada entrevista e a comilança de sempre.

Como a construção de uma tese é um projeto não só acadêmico, mas também de vida, agradeço aos meus amores por estarem ali, sempre:

À minha mãe, Denise, por admirar e incentivar tanto minha trajetória acadêmica, não tendo ela concluído a sua. Que fique registrado aqui que o título de doutora foi um processo iniciado anos atrás, no bacharelado ainda, momento de dificuldades imensas tão bem suportadas por ela, sem esmorecer - e sem deixar que eu esmorecesse. Isto é o amor na forma mais genuína que existe e não há outra forma de retribuição senão amá-la muito também.

À minha irmã/amiga/comadre, Adriana, por compartilhar (entre tantos outros!), mais este desafio. Ela, juntamente com minha sobrinha e afilhada Alice, renovaram por muitas vezes o meu fôlego e me permitiram voltar para a tese com um olhar “arejado”.

Ao meu marido, Leonardo, pelo amoroso incentivo e pelo respeito aos momentos de estudo. Por acompanhar de perto a construção desta tese como um projeto acadêmico e por, ao mesmo tempo, construir comigo outro projeto, infinitamente mais importante: a nossa pequena família.

Ao Ramiro, nosso filho e nossa mais linda surpresa, que em breve estará em nossos braços para receber todo o amor que o aguarda e me dar o melhor e mais divino título: o de mãe!

Gratidão a Deus por me dar tantos motivos para agradecer e por colocar pessoas tão especiais em meus caminhos.

# RESUMO

Esta pesquisa, por meio do estudo do Roteiro Vale do Paraíso, em Três Cachoeiras/RS, buscou compreender a lógica da Ação Coletiva e da Reciprocidade no trabalho com turismo rural. O meio rural tem passado, nas últimas décadas, por ressignificações que acabam por estimular atividades que não são unicamente baseadas na agricultura. O turismo rural é uma destas práticas que vem servindo, em determinadas comunidades, como instrumento para agregar renda às propriedades rurais e para estimular a valorização da cultura e do ambiente local, contribuindo, assim, para melhoria da qualidade de vida dos habitantes destas áreas. A inquietação teórico-empírica que permeou esta tese foi entender o porquê de algumas comunidades conseguirem desenvolver tais projetos de turismo rural, de forma endógena e trabalhando de forma coletiva, enquanto em muitos lugares estas práticas não evoluem. A compreensão inicial era a de que os agricultores que trabalham com turismo estariam inseridos em uma lógica que privilegia relações sociais subjetivas, que estimulariam tais práticas. Para tanto, a pesquisa realizada teve como problemática a seguinte questão: de que forma as relações de reciprocidade estimulam a articulação dos agricultores em torno de ações comuns, mantendo-se configurados em um roteiro de turismo rural? Para responder esta questão, objetivou-se compreender o processo histórico de constituição sociocultural da comunidade estudada, bem como a constituição do Roteiro turístico em si. Também se buscou identificar práticas de ação coletiva e elementos que apontassem relações e práticas de Reciprocidade na comunidade estudada. Assim, o fio condutor desta tese constituiu-se a partir da Teoria da Ação Coletiva (OSTROM, 2000) e da Teoria da Reciprocidade (SABOURIN, 2011a). Os resultados da pesquisa apontaram para a existência de duas lógicas socioeconômicas no Roteiro Vale do Paraíso: a lógica do intercâmbio e a lógica da Reciprocidade. Esta última é que parece estimular os agricultores a trabalharem em conjunto em prol de um objetivo comum. A conclusão é a de que os agricultores que compõe o Roteiro Vale do Paraíso, conseguem, mesmo no contexto moderno de busca pela maximização de lucro, *dar*, *receber* e *retribuir* e, com isto, podem contribuir com um projeto de desenvolvimento para o lugar que habitam.



**Palavras-chave:** Turismo rural; meio rural; subjetividade; ação coletiva; reciprocidade.

## ABSTRACT

This research, by studying the tourist itinerary of Vale do Paraíso, in Três Cachoeiras/ RS, sought to understand the logic of Collective Action and reciprocity in the work with rural tourism. In the recent decades, the rural area has gone through resignifications that ended up stimulating activities not onlybased on agriculture. The rural tourism is one of these activities that, in certain communities, has been used to add income to the rural properties and to stimulate the valorization of the culture and local environment, contributing to the improvement of the quality of life of the inhabitants of rural areas. The theoretical and empirical restlessness that permeated this thesis was to understand why some communities manage to develop such rural tourism projects, in an endogenous way and working collectively, while many others do not. The initial understanding was that farmers who work with tourism would be inserted into a logic that favors subjective social relationships, which stimulate such practices. Therefore, the research conducted aimed to answer following question: in which ways the reciprocal relationships stimulate the articulation of farmers around common actions, keeping them configured in a rural tourism route? To answer this question, the researcher sought to understand the historical process of sociocultural constitution of the community studied, as well as the constitution of the touristic route. Researcher also sought to identify practices of collective action and elements that would lead to reciprocity relations and practices in the community studied. Thus, the common thread of this thesis consisted from the Theory of Collective Action (OSTROM, 2000) and Theory of Reciprocity (SABOURIN, 2011a). The results pointed to the existence of two socioeconomic logics in Vale do Paraíso: the logic of exchange and the logic of reciprocity. The last is the one that appears to encourage farmers to work together towards a common goal. The conclusion is that farmers who are part the tourist itinerary Vale do Paraíso, can, despite of the modern context of pursuit of profit maximization, *give*, *receive* and *give back* and, thus, contribute to a development project for the place they inhabit.



**Keywords**: Rural tourism; rural; subjectivity; collective action; reciprocity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do Distrito de Morro Azul - ..... 18
Figura 2 - Primeira escola de Morro Azul e, atualmente, Casa do Filó - ..... 93
Figura 3 – Monumento aos tropeiros- ..... 94
Figura 4 – Área externa do Alambique Terceiro Gole- ..... 96
Figura 5 – Praça central de Morro Azul- ..... 98
Figura 6 – Lembrança da VIII Festa da Cachaça e da Diversidade Cultural - ..... 103
Figura 7 – Representação ilustrativa do Roteiro Vale do Paraíso - ..... 107
Figura 8 – Museu Casa da Colonização- ..... 110
Figura 9 – Pousada Casa da Tia Laura- ..... 114
Figura 10 – Café rural servido no Recanto dos Boff- ..... 115
Figura 11 – Sítio Dona Lúcia- ..... 115
Figura 12 – Placa de sinalização na entrada da localidade- ..... 128
Figura 13 – Pórtico na entrada principal do Distrito de Morro Azul - ..... 128

## LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| DNER | Departamento Nacional de Estradas de Rodagem |
| EMATER/RS-ASCAR | Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| IFRS | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul |
| SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| SESC | Serviço Social do Comércio |
| SETUR/RS | Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul |
| UFRGS | Universidade Federal do Rio Grande do Sul |
| UNISC | Universidade de Santa Cruz do Sul |
| ULBRA | Universidade Luterana do Brasil |

**SUMÁRIO**

APRESENTAÇÃO ..... 12

INTRODUÇÃO ..... 17

1 PRÁTICAS TURÍSTICAS NO MEIO RURAL ..... 29
1.1 Que rural é esse? Reflexões sobre a atualidade do meio rural ..... 30
1.2 Um recorte para a compreensão do objeto de pesquisa: o agricultor familiar no turismo rural ..... 34
1.3 Elementos subjetivos característicos de comunidades rurais ..... 39
1.4 Mas, afinal, de que turismo estamos falando? Alguns apontamentos teóricos sobre turismo rural ..... 41

2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA COMPREENSAO DAS PRÁTICAS DE TURISMO RURAL ..... 48
2.1 Pertencer, compartilhar e cuidar: gestão coletiva de recursos comuns ..... 50
2.1.1 Ação coletiva em comunidades rurais ..... 56
2.2 A Reciprocidade como lógica socioeconômica ..... 65
2.2.1 Do material ao simbólico: origens e formas de reciprocidade ..... 72

3 AÇÃO COLETIVA E RECIPROCIDADE NAS PRÁTICAS TURÍSTICAS EM MORRO AZUL ..... 80
3.1 A comunidade do Morro Azul: reconstruindo a formação sociocultural dos envolvidos no turismo rural ..... 87
3.1.1 Elementos do passado utilizados como atrativos turísticos no presente ..... 92
3.1.2 Quando a cultura faz gerar renda: a história do Roteiro Vale do Paraíso ..... 100
3.2 A experiência de turismo rural entre os agricultores de Morro Azul: ação coletiva para o bem comum ..... 109
3.2.1 Reconhecendo o Roteiro e as propriedades envolvidas: como é composta a estrutura dos recursos ..... 109
3.2.2 Para entender o grupo que compõe o Roteiro: os atributos dos indivíduos ..... 116
3.2.3 Os compromissos implícitos: as regras como estruturas organizativas das atividades do Roteiro ..... 122
3.3 Reciprocidade e geração de valores: do cotidiano à prática turística ..... 124
3.3.1 O meu, o teu, o nosso: elementos e formas de compartilhamento ..... 125
3.3.2 A ajuda mútua como forma de reciprocidade ..... 132
3.3.3 A reciprocidade cara a cara ..... 136
3.3.4 A hospitalidade como mediadora das relações turísticas ..... 138

CONCLUSÕES ..... 143

REFERÊNCIAS ..... 150

APÊNDICE 1 ..... 158
APÊNDICE 2 ..... 160
APÊNDICE 3 ..... 163
APÊNDICE 4 ..... 164
APÊNDICE 5 ..... 165
APÊNDICE 6 ..... 166

APÊNDICE 7..... 167

# APRESENTAÇÃO

A elaboração de uma tese, apesar de seu caráter acadêmico, é carregada de aspectos pessoais. O processo de reflexão teórica para a construção desta tese esteve vinculado a reflexões pessoais que me levaram constantemente a (re)avaliar algumas questões que sempre estiveram presentes em minha vida. Neste processo, percebi que minha infância desempenhou um papel fundamental para que meu tema de pesquisa me motivasse enquanto pesquisadora, a ponto de "conviver" com ele, intimamente, ao longo de 4 anos.

Minha infância foi permeada por momentos em que aguardava ansiosa pelos finais de semana que passávamos, minha família e eu, longe da "cidade grande" porque viajávamos regularmente para um município rural no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Maquiné. Estes finais de semana eram especiais, repletos de pés na grama, cheiros de mato, banhos de rio e outras aventuras na terra de meus familiares (e minha terra natal).

Sempre que meus pais organizavam nossas roupas na mala (um sinal de que havia chegado o momento de partir) meu coração já apertava e eu me perguntava: por que ir embora? Por que deixar para trás aquele universo cheio de sensações, de cheiros, de gostos, de emoções e retornar para uma rotina tão diferente da que era vivida ali?

Esta melancolia me acompanhou por muito tempo, sem que eu soubesse explicitamente o que era, até que a adolescência chegou trazendo consigo uma compreensão do urbano como o único modo "desenvolvido" de vida. Nesta época, lembro-me de um paradoxo: ao mesmo tempo em que eu gostava de estar em Maquiné, eu tinha como "atrasados" os familiares que continuavam lá, porque tinham um ritmo de vida muito diferente do meu... Até que a vida se encarregou (mesmo sem meu racional e consciente pedido) de me levar de volta para perto daquilo tudo que era diferente e ao mesmo tempo tão familiar para mim: tivemos que nos mudar para o Litoral Norte, mais precisamente para Osório e, apesar de residirmos na cidade, a proximidade de Maquiné e a vivência mais próxima à natureza trouxeram de volta os sentimentos tidos na infância.

A nova vida foi de fácil adaptação e passei a me distanciar cada vez mais do urbano. O modo de vida das "cidades grandes" passou a me desinteressar cada vez mais. Neste período, a graduação em Turismo recém iniciada serviu como uma escolha estruturante para que eu descobrisse que muitas pessoas buscavam contato mais próximo com o campo, à procura de lugares menos urbanizados para passar momentos de lazer (e fazer turismo).

Foi então, em 2002, durante a graduação, que tive contato com a iniciativa de um grupo de agricultores que trabalhava com turismo em um roteiro chamado Vale do Paraíso, no distrito de Morro Azul em Três Cachoeiras, município rural pequeno ao norte do Litoral Norte e próximo a Torres, onde eu cursava a graduação. Este grupo de agricultores havia buscado auxílio no curso de Turismo da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e este contato se tornou um projeto de pesquisa do curso.

Neste período, eu estagiava na Secretaria Municipal de Turismo de Osório e meus horários não possibilitavam que eu participasse dos trabalhos de campo e dos estágios que meus colegas de curso desenvolviam naquele lugar; apenas ouvia os relatos e participava das atividades em sala de aula sobre aquele roteiro.

Lembro-me de colegas e professores realizando a inventariação turística[1] no roteiro e lembro que aquele projeto era motivo de orgulho para o curso, já que os agricultores é que haviam procurado a Instituição para solicitar auxílio técnico. Além disto, a coordenadora de curso, professora Vilma Pereira[2], estava escrevendo sua dissertação de mestrado sobre o Roteiro Vale do Paraíso, sentindo-se motivada e surpresa com a realidade que observava.

Este contexto, aliado aos trabalhos que desempenhei (como estagiária da Secretaria de Turismo de Osório) no Morro da Borússia, distrito rural do município, foram meus primeiros contatos profissionais e acadêmicos com o turismo rural, que foi se tornar objeto de estudo formal somente em 2010, quando ingressei como docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Osório.

A atuação como docente neste Campus, que tem como uma das áreas prioritárias o turismo, me fez buscar entender onde o rural se colocava naquela região enquanto espaço para atração turística. Foi naquele contexto que alguns alunos se interessaram em pesquisar comigo como se desenvolvia turismo rural em uma região que tem como principal atrativo o mar. Eu, desta vez como docente, voltei a me aproximar do Roteiro Vale do Paraíso, estudado anos atrás na graduação.

Neste mesmo período me matriculei como aluna especial no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, buscando referenciais teóricos mais específicos que me permitissem entender os “mundos” urbano e rural. Junto com isto veio a motivação e o incentivo do IFRS para ingressar efetivamente em

---

[1] A inventariação turística consiste no processo de levantamento, registro e divulgação dos atrativos, serviços e equipamentos turísticos existentes em um recorte territorial, bem como suas estruturas de apoio, as instâncias de gestão e demais condições que viabilizem a atividade turística, com a finalidade de planejar e gerenciar adequadamente o processo de desenvolvimento turístico. (MINISTÉRIO DO TURISMO BRASILEIRO, 2014).

[2] A professora Vilma Pereira veio a integrar o universo desta pesquisa, sendo minha entrevistada enquanto Instituição que participou da concepção do Roteiro.

um Programa de Doutorado e, apesar de cogitar participar do processo seletivo para aquele Programa em que havia cursado uma disciplina como aluna especial, entendi que pela minha trajetória e minha atuação profissional o Programa de Desenvolvimento Regional, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), seria mais apropriado para cursar o doutorado, por se apresentar como um espaço mais amplo de discussão.

Assim, ingressei formalmente no doutorado em 2012, despretensiosa e flexível em relação ao tema de pesquisa, até que as conversas iniciais com minha orientadora, professora Cidonea Machado Deponti, me mantiveram na direção do turismo rural. Coisas do destino.

Prates (2003) teorizou sobre a escolha do tema de pesquisa de uma maneira que valida a escolha pessoal que fiz sobre meu objeto de estudo:

> A própria escolha do tema, do método, das estratégias dependem de valores, interesses, apropriações e priorizações, que, se dúvida, são históricas, contextualizadas e, em parte, condicionadas por este contexto. Algumas vezes os temas nos escolhem, mas se o seu conteúdo não tem significado para nós, dificilmente nos mobilizam. (PRATES, 2003, p.125).

Penso que foi isto que aconteceu comigo: o tema me escolheu. Entretanto, apesar de já saber qual o tema que gostaria de pesquisar, a teoria estava muito distante das apropriações teóricas que eu tinha até então.

Minhas questões empíricas eram amplas e giravam em torno de como explicar um roteiro que se mantém ativo e dinâmico há mais de 10 anos em uma região litorânea que precisa dar conta do problema da sazonalidade. Queria entender o que se passava naquela comunidade e o que mantinha os agricultores configurados em um grupo que trabalhava com turismo rural. Esta era minha grande indagação prática e, de acordo com Prates (2003), é disso que é feito o conhecimento científico: “por que pesquisamos? Investigamos para responder a indagações que nos são postas pela realidade”. (PRATES, 2003, p.123).

Neste processo, o professor Marco André Cadoná já havia aceitado nosso convite para coorientar a pesquisa e, então, minhas necessidades teóricas começaram a ser supridas por teorias vindas de áreas que muito se complementavam: economia e sociologia, dadas as formações acadêmicas e interesses de pesquisa de meus orientadores.

Em nossos encontros conversávamos sobre as questões empíricas da pesquisa e sobre o que eu estava lendo para tentar respondê-las. Naquela fase, busquei algumas referências sobre os arranjos produtivos locais, influenciada por leituras que havia realizado no Mestrado em Turismo, mais direcionados ao planejamento turístico. Para ser mais precisa, estava lendo

a tese de Rogério Jorge (2009) que faz uma nova leitura sobre os Arranjos Produtivos Locais[3] (APLs) nos roteiros de turismo rural em Colombo (PR) e Conservatória (RJ). A tese que ele defendeu no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo (USP), mostrou que existem elementos que vão além dos estabelecidos nas principais teorias sobre APLs, valores mais simbólicos e subjetivos que não eram mencionados nem analisados em profundidade nestas teorias.

Minha compreensão sobre o Roteiro Vale do Paraíso ia em direção à análise de Jorge (2009), porque aqueles agricultores deviam ter uma grande capacidade de gestão e estariam configurados em um arranjo territorial; mas a expressão "arranjo produtivo local" não pareceu apropriada para a análise daquele roteiro porque, uma vez que este conceito tenha se originado nos estudos de distritos industriais, estava, ainda, ainda muito vinculado à palavra "produção". Pelo que eu havia visto, pesquisado e vivenciado até então, em Morro Azul a "produção" até poderia se dar, mas estaria relacionada à produção de laços pessoais, de valores afetivos e de vínculos culturais.

Os próprios estudos de turismo, em sua maioria, com destaque para o professor Mário Beni (1998), aproximavam o conceito de turismo enquanto um sistema turístico (Sistur). A compreensão de Beni (1998), de que o turismo é um sistema composto por grupos de determinantes que se influenciam e configuram o produto turístico e suas destinações, apesar de muito difundida no meio acadêmico, me pareceu muito vinculada aos vieses mercadológico e gerencial e, portanto, econômico, o que poderia limitar as análises sobre turismo rural.

A interpretação das práticas de turismo (e de turismo rural, especificamente) como sistemas, parecia esquecer-se que o meio rural possui particularidades, como bem exposto por Schneider (2006) e que o trabalho com turismo rural se dá a partir de relações sociais e produtivas previamente existentes, em uma racionalidade própria que faz com que estas relações sejam mediadas pelo parentesco, pela amizade, pela proximidade e pela reciprocidade. Seriam estas particularidades que impulsionariam os agricultores a se envolverem em ações coletivas para atingir objetivos comuns.

Este raciocínio apontou que seria necessário entender estas particularidades e buscar compreender o porquê de alguns atores cooperarem e outros não. Existiriam elementos comuns nos agricultores que participam de atividades coletivas? A leitura da obra de Elinor

[3] Os arranjos produtivos locais (APLs) representam um aglomerado de empresas (fornecedoras de bens ou serviços) que possuem, vinculadas a si, um conjunto de atividades geradoras de emprego e renda. Estes 'círculos concêntricos' que se desenvolvem em torno da aglomeração é que a transforma qualitativamente em um APL. (PAIVA, 2002).

Ostrom (2000) sobre ação coletiva e recursos comuns pôde auxiliar na compreensão de questões como esta.

Ostrom (2000) e sua equipe pesquisaram diversas pequenas comunidades para entender como os indivíduos resolvem seus problemas de compartilhamento de recursos e como são as formas de ação coletiva nestas comunidades. Com isto, puderam identificar alguns elementos que são comuns, atestando que, na maior parte das vezes, as comunidades conseguem gerir de forma eficaz seus recursos, utilizando mecanismos de autogestão.

Ao mesmo tempo em que lia as obras de Elinor Ostrom pude acessar inúmeros textos de autores que tratavam do desenvolvimento rural sob uma perspectiva sociológica e antropológica, textos estes que me permitiram ampliar meu olhar sobre o rural. Este caminho trilhado para que pudesse analisar de maneira mais completa a questão do turismo rural em Morro Azul me levou a um aprofundamento sobre a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, tão bem colocada por Marcel Mauss (1925/2011) e retomada por Dominique Temple (1983) e por Eric Sabourin (2009, 2010, 2011a) com a Teoria da Reciprocidade.

Particularmente as pesquisas do professor Eric Sabourin pareciam ir ao encontro da realidade observada no Roteiro Vale do Paraíso, uma vez que, ao utilizar a Teoria da Reciprocidade, Sabourin (2011a) aponta que as relações de reciprocidade geram valores e vínculos que influenciam na participação em atividades comuns e no comprometimento com ações coletivas. Era isto que eu precisava pesquisar em Morro Azul.

Assim, a partir dos conceitos de ação coletiva, dádiva e reciprocidade pude iniciar um longo caminho de pesquisa, permeado por reflexões sobre desenvolvimento rural e sobre agricultura familiar, conceitos estes que me permitiram compreender algumas questões importantes do turismo rural.

Repensando a trajetória para construção desta tese percebo que o que motivou esta pesquisa foi a incompreensão sobre o porquê de algumas comunidades conseguirem trabalhar de forma conjunta em prol de projetos de desenvolvimento e outras não, como pude testemunhar enquanto turismóloga no turismo rural do Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

Longe de ter encontrado todas as respostas (até porque muitas outras perguntas surgem quando pensamos ter encontrado alguma resposta), esta pesquisa se concentrou em uma pequena comunidade que consegue superar adversidades como a sazonalidade, o envelhecimento da população do campo e a escassez de recursos financeiros, para construir um projeto de desenvolvimento que vem servindo para melhorar a vida destes agricultores familiares.

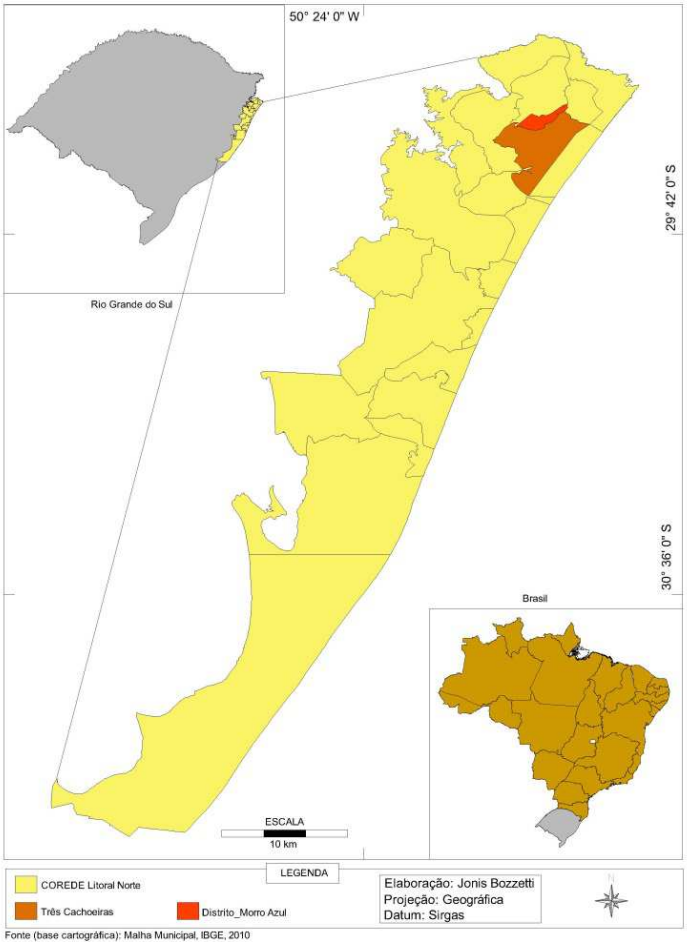
# INTRODUÇÃO

Esta tese é resultado de um estudo sobre as práticas de turismo rural no Roteiro Vale do Paraíso, em Três Cachoeiras, Litoral Norte do Rio Grande do Sul. O turismo rural, nesta pesquisa, foi analisado como uma prática social e econômica que é fruto da ação coletiva de agricultores que agem com reciprocidade nas relações entre si, com os turistas e com o próprio lugar em que vivem. A compreensão é de que este processo é estreitamente vinculado à cultura, a história e às relações sociais, não devendo ser analisado apenas pela lógica econômica moderna.

O Roteiro Vale do Paraíso é o único roteiro de turismo rural em atividade no Litoral Norte reconhecido pela Secretaria de Estado do Turismo - SETUR/RS (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Está situado no Distrito de Morro Azul, em Três Cachoeiras, a 180 km da Capital do Estado do Rio Grande do Sul e se insere na região do Planalto Gaúcho, sendo cercado pela Mata Atlântica que oferece paisagens naturais interessantes para a prática turística.

O município de Três Cachoeiras conta com uma população estimada em 10.811 habitantes (IBGE, 2015) e tem na agricultura sua principal fonte de renda. É reconhecido no Estado por ser um dos principais produtores de bananas do Rio Grande do Sul e apesar de ter a banana como principal cultivo a agricultura, de caráter familiar, é bastante diversificada. Os agricultores cultivam uma variedade de grãos, legumes e verduras para o autoconsumo e comercializam o excedente a intermediários e à Cooperativa de Agricultores de Três Cachoeiras. Ainda, a cana-de-açúcar é cultivada para a fabricação da cachaça e do melado, bem como o maracujá que tem sido cultivado recentemente no município. Outra fonte de renda é o transporte de cargas, principalmente de bananas, que emprega cerca de 10% da população. (PREFEITURA DE TRÊS CACHOEIRAS, 2013).

Figura 1 - Localização do Distrito de Morro Azul




Fonte: (base cartográfica): Malha Municipal, IBGE, 2010.

O distrito de Morro Azul é um dos três distritos de Três Cachoeiras e é composto por aproximadamente 800 habitantes (IBGE, 2013). Segundo registros, as primeiras quinze famílias que chegaram a Três Cachoeiras eram de origem açoriana, logo após chegaram famílias de imigrantes alemães e, por fim, os italianos, que ocuparam o que hoje é o distrito de Morro Azul (COLODZEISKI, 2007).

O Roteiro Vale do Paraíso foi constituído por iniciativa de alguns moradores da localidade que se sentiram motivados para trabalhar com turismo rural em função de características singulares existentes ali: as belezas naturais da localidade, os traços culturais dos primeiros imigrantes, a história dos tropeiros que partiam da região em direção à região serrana e as atividades que desempenham relacionadas à agricultura.

Este grupo decidiu buscar apoio técnico na faculdade de Turismo da ULBRA - Campus Torres e na Empresa de Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS - ASCAR) de

Três Cachoeiras, em 2002. A partir de então algumas propriedades engajaram-se no projeto de desenvolvimento de turismo rural e passaram a organizar-se para receber visitantes.

Este é um roteiro que se enquadra no segmento de turismo rural[4] porque os proprietários dos estabelecimentos mantêm as atividades do campo como receita principal, fator decisivo para que se configure uma atividade integrante do segmento. Alguns agricultores, inclusive, relatam ter suas atividades agrícolas aumentadas após o incremento do turismo, já que as propriedades integrantes do roteiro demandam de um maior número de insumos (PUGEN; AGUIAR; OLIVEIRA, 2013).

Em pesquisas[5] realizadas entre 2011 e 2013 evidenciou-se que o roteiro foi desenvolvido a partir do interesse dos próprios residentes, que viram no turismo a oportunidade de preservar seu espaço, mostrar a cultura local e aumentar a renda das famílias, pois a agricultura, antes atividade única, passaria a coexistir com o turismo. Importa relatar que esta iniciativa não foi impulsionada por nenhum órgão ou instituição; foi, sim, iniciada a partir da motivação dos próprios moradores que se organizaram para trabalhar com turismo.

Isto ocorre em outros municípios do Rio Grande do Sul onde existem iniciativas que estão consolidadas e ocorrem ora por iniciativa endógena (como expressão das próprias comunidades, como no Roteiro Caminhos de Pedra e Vale dos Vinhedos, ambos em Bento Gonçalves), ora por iniciativa exógena (via prefeituras municipais, principalmente, como no caso de Dois Irmãos, ao desenvolver a Rota Baumschneis e da Rota Nostra Colônia, em Jaguari). A região Sul do Brasil como um todo é reconhecida por suas particularidades em relação ao turismo rural, tendo em vista o forte apelo cultural encontrado em diversos roteiros e rotas, principalmente no tocante às imigrações italiana e alemã (SANTOS, 2009).

Pode-se dizer que estas práticas de turismo, embora sendo práticas sociais, acabam por ser, em parte, cooptadas pelo mercado, uma vez que o próprio turismo se configura em uma atividade econômica na medida em que se propõe complementar a renda das propriedades e que é gerida para atender às necessidades de consumo dos turistas (MARTINS, 2013; PATO, 2012; MESA, 2011). Apesar disto, apresenta-se, muito fortemente, como uma atividade enraizada na história, na cultura e na simbologia local, sendo concebida de diferentes formas pelas comunidades que a desenvolvem, e inseridas em lógicas que não são somente econômicas (RODRIGUES, 2006; CANDIOTTO, 2009; JORGE, 2009).

---

[4] Para a legislação, o turismo rural se configura como "o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade campesina". (RIO GRANDE DO SUL, 2007).

[5] PUGEN, AGUIAR, OLIVEIRA, 2012; PUGEN, AGUIAR, OLIVEIRA, 2013; PUGEN, DEPONTI, 2013. Estas pesquisas foram realizadas via IFRS – Campus Osório e integram o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Gestão para a Sustentabilidade (NEGES).

A própria configuração do turismo como uma atividade capitalista acaba por gerar ora complementaridades ora tensões. Produz contradição, uma vez que se propõe ao desenvolvimento local, mas por vezes transforma o espaço em mercadoria. Em outras vezes, consegue distribuir de forma mais igualitária os ganhos financeiros e se adapta de forma satisfatória aos interesses das comunidades locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida destas comunidades (CORIOLANO, 2006).

Há que se refletir, então, sobre a concepção destas práticas de turismo rural, primeiro porque o meio rural é, por si só, o *locus* de materialização de interesses distintos, muitas vezes sobrepostos por interesses hegemônicos que entendem que a padronização da gestão, a competitividade e o crescimento econômico são combustíveis do desenvolvimento. Segundo, porque, em certos lugares, os agricultores apresentam formas de resistência peculiares, apresentando práticas que diferem do contexto mercadológico tão comum nas sociedades contemporâneas. (CORIOLANO, 2006; CANDIOTTO, 2013).

O turismo rural é parte de uma história recente e enfrenta dificuldades inerentes ao próprio capitalismo. É desenvolvido no campo com o apoio (ou tentativas) de políticas públicas e tem, neste cenário, a presença do agricultor. Isto configura um tema complexo, por apresentar diferentes interesses de atores diversos, com histórias diversas e com percepções diferentes sobre o que é o turismo rural. Há também o fato de existirem relações locais que são dadas localmente, mas existe também a relação local-global, imprimindo processos de adaptação e/ou de resistência a este cenário. Assim, entre avanço do capitalismo e a dominação decorrente deste avanço está a cultura e a vida humana, que são (re)criadas de formas diversas, imprimindo diferentes formas de conceber este processo. (SANTOS, 2009).

Nesta tese, procurou-se trabalhar este processo dialético, com o pressuposto de que esses dois aspectos (cultura e economia) condicionam e são condicionados pelas práticas cotidianas dos agricultores, sobretudo em relação aos que estão inseridos no processo de desenvolvimento do turismo. Buscou-se uma reflexão sobre os elementos que promovem estas iniciativas de turismo rural e sobre os elementos que fazem com que os agricultores consigam, no contexto do capitalismo, se manter no campo e ainda impulsionar o processo de desenvolvimento dos lugares que habitam.

O roteiro Vale do Paraíso está inserido em uma região litorânea que trabalha fortemente vinculada ao turismo de sol e de praia, condicionando-se à visitação em épocas de clima quente ou em feriados, ou, ainda, quando municípios realizam eventos culturais e gastronômicos para atrair uma demanda mais constante. Neste sentido, este Roteiro se

contrapõe de certa forma à lógica sazonal porque recebe grupos de visitantes em todas as épocas do ano. (PUGEN, AGUIAR, OLIVEIRA, 2012).

Importante destacar que no Litoral Norte já existiram outros roteiros de turismo rural (como a Rota da Cachaça e da Rapadura e o roteiro Monjolo e Evaristo, em Santo Antônio da Patrulha; o Roteiro Rural Campeiro, em Arroio do Sal; iniciativas de turismo rural em Osório e Caará). Essas fizeram parte por algum tempo do catálogo institucional de roteiros de turismo rural do Estado, entretanto, em 2010 a Secretaria do Estado do Turismo (SETUR/RS) descredenciou alguns roteiros que não se enquadravam mais no segmento Turismo Rural, permanecendo apenas o Roteiro *Vale do Paraíso* integrante deste segmento. (SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO, 2013).

A aproximação com o objeto de estudo, que vem sendo feita desde 2011, permitiu constatar que o roteiro tem características que permitem caracterizá-lo como pertencente ao segmento de turismo rural porque é conduzido por agricultores que decidiram receber turistas em suas propriedades para mostrar seu modo de vida e o próprio trabalho na agricultura. Estes agricultores trabalham com turismo de forma complementar, continuando a ter a agricultura como atividade primária. (PUGEN, AGUIAR, OLIVEIRA, 2012; PUGEN, AGUIAR, OLIVEIRA, 2013; PUGEN, DEPONTI, 2013).

Além disto, pôde ser verificado que as práticas de turismo rural complementam a renda das famílias de maneira importante. Um exemplo disso são as melhorias nas propriedades que foram realizadas com recursos advindos do turismo; todas as propriedades, inclusive, apresentaram melhorias que foram feitas com recursos advindos destes trabalhos não agrícolas (por exemplo: aquisição de eletrodomésticos e móveis novos, melhorias na jardinagem, adaptação nos espaços para que pudessem servir refeições, entre outras). (PUGEN, AGUIAR, OLIVEIRA, 2013).

Também se constatou que estas práticas de turismo rural contribuem para a preservação ambiental, uma vez que a natureza é um dos atrativos e os agricultores atuam como mediadores, interpretando o ambiente para quem visita o lugar. Valorizam, com isso, a natureza, buscando protegê-la de impactos que, antes do trabalho com turismo rural, eles mesmos produziam. (PUGEN; AGUIAR; OLIVEIRA, 2013).

Outro fator identificado nestas pesquisas está relacionado à questão de gênero. Foi identificado que as mulheres que integram este roteiro percebem isto e têm sua autoestima aumentada, porque, além da integração gerada pelo contato com pessoas de diversos locais diferentes, podem contribuir com uma renda extra no orçamento familiar.

Pereira (2005) realizou sua pesquisa de mestrado em Três Cachoeiras, tendo como objeto de estudo o Roteiro Vale do Paraíso. A autora estudou as possibilidades e os desafios da prática turística naquele ambiente rural e percebeu que os moradores do lugar encontravam-se engajados e comprometidos com o desenvolvimento de um turismo responsável socialmente e comprometido com o meio ambiente. Além disso, a autora identificou um importante senso de pertencimento do grupo em relação ao local que habitam, percebendo seu local de residência como um lugar de natureza exuberante e que todos os entrevistados não desejavam ter de ir embora dali. Apesar da disposição da comunidade, Pereira (2005) identificou falta de atenção por parte dos órgãos governamentais e falta de um plano sistematizado de educação ambiental que pudesse contribuir com a preservação ambiental local.

Colodzeiski (2007) também estudou o Roteiro em sua dissertação de mestrado, refletindo sobre a relação do capital social com o desenvolvimento do turismo rural em Três Cachoeiras. Como resultado encontrou indicadores de cooperação, confiança, engajamento comunitário e coesão social, que conduzem à noção de capital social, relacionado o capital social bem desenvolvido na comunidade à gestão turística feita pelos próprios moradores. A autora observou que há cooperação nas relações sociais entre os integrantes do roteiro e isto gera união entre eles; essa união, inclusive, aumentou após o incremento do turismo na localidade, em função dos trabalhos coletivos realizados (tanto para a organização do roteiro quanto para atividades sociais, realizadas a partir da Igreja, principalmente).

Em sua pesquisa, Colodzeiski (2007) também identificou o aumento da autoestima dos agricultores que trabalham com turismo, bem como um maior interesse em manter uma boa aparência nas propriedades que integram o roteiro. Segundo a autora, os visitantes parecem perceber estas melhorias e manifestam sua satisfação e interesse em retornar para realizar o roteiro. Alguns aspectos de outra ordem foram ponderados na referida dissertação (COLODZEISKI, 2007), dentre eles o medo que alguns agricultores possuem de que o turismo faça aumentar a criminalidade e tire o sossego da comunidade. Da mesma forma, temem o aumento da fiscalização ambiental, já que percebem que o turismo rural faz com que o distrito seja mais conhecido e visitado. (COLODZEISKI, 2007).

Outras questões também foram apontadas por Colodzeiski: certa concorrência entre algumas propriedades, que pode gerar algumas tensões, embora a autora não especifique a origem desta concorrência e suas consequências; a negativa em relação à entrada de outras propriedades no roteiro, visto que o grupo quer que a formatação continue da forma como se deu inicialmente. (COLODZEISKI, 2007).

Estas considerações parecem demonstrar que o grupo concebe o turismo rural de um modo peculiar e os referidos estudos permitem trabalhar com a perspectiva de que a prática destes agricultores, ao mesmo tempo em que está inserida em uma política de mercado, é desenvolvida a partir de uma lógica que procura reafirmar a experiência comunitária da localidade, colocando-se aí uma peculiaridade que merece uma maior e melhor compreensão.

Tanto as entrevistas realizadas em pesquisas anteriores (PUGEN, AGUIAR, OLIVEIRA, 2012; PUGEN, AGUIAR, OLIVEIRA, 2013, PUGEN, DEPONTI, 2013) quanto os estudos sobre o Roteiro (PEREIRA, 2005 e COLODZEISKI, 2007) revelaram algumas características que evidenciam relações e vínculos sociais entre os participantes do roteiro (entre os agricultores que integram o roteiro e entre estes e os turistas) e, ainda, entre os agricultores com seu próprio território.

São agricultores que optaram por trabalhar com turismo rural por vontade própria, na intenção de mostrar seu estilo de vida, sua culinária e o próprio ambiente natural a pessoas que não vivenciam isto cotidianamente. (PUGEN, DEPONTI, 2013).

Estes contatos e percepções deixaram evidente que existem relações sociais que são dadas nesta prática turística que talvez sejam prioritárias em relação às econômicas.

Para o aprofundamento teórico sobre estas práticas, as referências se mostraram redutoras da rica realidade observada. Se, por um lado, a abordagem sistêmica de Beni (1998) poderia explicar a forma de gestão do roteiro, que possibilitou a inserção deste no mercado turístico (via comercialização para operadoras de turismo e agências de turismo), se mostrava inócua para explicar como os agricultores conseguiram se manter configurados desta forma ao longo do tempo, suplantando as adversidades inerentes da prática turística e as dificuldades específicas da localização em uma região litorânea, que precisa trabalhar com o fator da sazonalidade.

Da mesma forma, a tese de Jorge (2009) pôde contribuir no sentido de superar a adaptação das teorias de APLs a arranjos territoriais de serviços localizados no rural, indicando que existem aspectos simbólicos como confiança, proximidade e solidariedade que precisam constar nas reflexões sobre os arranjos produtivos locais. Apesar disto, o caso a ser estudado em Três Cachoeiras não poderia ser caracterizado como um arranjo produtivo local porque as características deste grupo não atingem as especificidades do próprio conceito de APL[6]. Os agricultores que integram o Roteiro Vale do Paraíso, apesar de prestarem serviços

[6] Para um aprofundamento na discussão sobre APLs prestadores de serviços localizados no rural é interessante consultar a tese de doutorado de Rogério Jorge (2009), no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

turísticos, não estão organizados em forma de empresas turísticas e ainda não geram, de forma significativa, os chamados “círculos concêntricos”. (PAIVA, 2002).

A aproximação com o objeto de estudo revelou relações interpessoais entre os agricultores participantes, uma relação forte com o território e uma predisposição para o trabalho coletivo. Estas observações passaram a direcionar a reflexão teórica, que se seguiu para uma inter-relação de conceitos como ação coletiva, dádiva e reciprocidade.

Estes elementos trouxeram para a reflexão teórica os conceitos de Ostrom (2000) que estudou comunidades pequenas (não maiores que 500 habitantes) na tentativa de compreender as ações de indivíduos que precisam superar algum dilema social. Para ela, os próprios indivíduos possuem capacidade para desenredar, eles mesmos, soluções para seus diversos tipos de dilemas e situações variadas, agindo coletivamente.

A autora identificou elementos comuns em comunidades que conseguem gerir seus territórios e seus recursos naturais de modo racional, responsável e eficaz. Sua teoria apresenta elementos de incentivos individuais e de restrições institucionais de autogoverno, que guiam as pessoas na decisão de cooperar ou não para o trabalho coletivo.

Esta compreensão pareceu ser interessante para as análises de turismo rural porque a própria prática turística pressupõe atividades coletivas. Além disto, a configuração dos agricultores em torno de um roteiro de turismo rural faz com que precisem trabalhar coletivamente e também precisem compartilhar recursos (infraestruturas e atrativos inseridos no roteiro).

Os estudos de Ostrom (2000) identificaram elementos que estão presentes nas comunidades que praticam a autogestão, como reputação, confiança e reciprocidade. Estes elementos trouxeram para o estudo a Teoria da Reciprocidade (MAUSS 2011; TEMPLE, 1983; SABOURIN, 2011a) uma vez que esta teoria possibilitou entender a reciprocidade de uma forma mais profunda e permitiu lançar um olhar alternativo às práticas socioeconômicas no meio rural.

Eric Sabourin (2011a) observou que muitas tribos consideradas tradicionais manifestavam-se culturalmente com trocas recíprocas entre clãs, tribos e famílias, sendo que o costume ancestral sempre fora dar, receber e retribuir. Estas três obrigações estariam implícitas nas regras de convivência destas tribos e perdurariam até hoje, em contextos diferentes, mas observáveis principalmente no meio rural.

Para Sabourin (2011a) em todas as sociedades humanas se encontram as duas lógicas econômicas (intercâmbio e reciprocidade de dádivas), o que ocorre é que estas lógicas são mais ou menos desenvolvidas de acordo com as prioridades dos homens: privilegiar o

interesse privado e se aproximar de uma economia de intercâmbio ou priorizar os valores humanos e configurar uma economia de reciprocidade. Assim, a reciprocidade, ao priorizar os valores humanos, geraria valores éticos como amizade, união e confiança.

Estas relações de reciprocidade, embora existentes na agricultura, também se aplicariam para a articulação em prol do trabalho com turismo rural? Como a reciprocidade poderia influenciar estes agricultores para que agissem coletivamente nas práticas de turismo rural?

Considerando estas questões teóricas e observando o cenário empírico do município de Três Cachoeiras, a problemática desta pesquisa se formulou em torno do seguinte questionamento: de que forma as relações de reciprocidade estimulam a articulação dos agricultores em torno de ações comuns, mantendo-se configurados em um roteiro de turismo rural?

Para responder a esta questão de forma estruturada se formularam alguns objetivos. O objetivo geral desta tese foi: investigar de que forma as relações de reciprocidade estimulam a articulação de agricultores em torno de um roteiro de turismo rural. Para que se atingisse este objetivo, foram formulados outros, mais específicos: a) reconstruir a formação sociocultural dos atores envolvidos no turismo rural em Morro Azul; b) resgatar o processo histórico de constituição do Roteiro Vale do Paraíso; c) identificar práticas que apontem a ação coletiva existente nesta prática turística; d) identificar e qualificar as relações existentes entre os atores envolvidos no Roteiro, bem como os valores gerados por estas relações, sob o olhar da lógica da Reciprocidade.

O roteiro, antes de ser um “alvo” se tornou um “campo para análise” das relações de reciprocidade entre os sujeitos e de sua forma de articulação para ação coletiva.

Neste sentido, o estudo das obras *“El gobierno de los bines comunes”*, de Ostrom (2000); “Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade”, de Sabourin (2011a) e “Ensaio sobre a dádiva”, de Mauss (1925/2011), permitiu uma nova leitura das práticas turísticas realizadas no meio rural.

A aproximação com este instrumental teórico pouco foi observada na literatura sobre turismo rural. Em relação ao conceito de ação coletiva, alguns estudos trabalharam atrelados às perspectivas de arranjos territoriais e gestão de recursos comuns, como nas pesquisas de Czajkowski e Cunha (2010) e de Martins e Conterato (2013).

A pesquisa de Czajkowski e Cunha (2010) apontou a importância da gestão no roteiro estudado e identificou o estreitamento de vínculos e de aprendizagem coletiva entre os atores do aglomerado turístico, que estimulam a cooperação e contribuem para o desenvolvimento

turístico local. Entretanto, não explicou o porquê destes atores manterem-se configurados em um aglomerado.

O trabalho de Martins e Conterato (2013) foi importante no sentido de estabelecer relações entre as ruralidades e sua articulação com o desenvolvimento do turismo rural, também por utilizar como um de seus referenciais teóricos os estudos de Ostrom (1998) trabalhando a ação coletiva como conceito chave para compreensão dos processos de construção social que culminam no trabalho com turismo rural na Serra da Bodoquena (MS).

Embora esta leitura seja importante, tal pesquisa estudou a ação coletiva como um instrumento a ser observado pelos mediadores que propõem atividades de turismo para comunidades rurais. Este recorte de pesquisa destacou o planejamento turístico a partir de iniciativas exógenas, diferentemente do que é o enfoque desta tese, que se propõe a analisar uma iniciativa endógena de turismo rural, indo ao encontro da compreensão de autores que valorizam tais iniciativas para o desenvolvimento de longo prazo das atividades de turismo. (CORIOLANO *et al*., 2009. KRIPPENDORF, 2009).

Cristóvão (2011) também estudou a ação coletiva e o turismo no espaço rural. A pesquisa realizada pelo autor, em Portugal, tratou da importância das redes sociais e das instituições para os projetos turísticos no meio rural. Apesar disto, não abordou a questão dos aspectos simbólicos, que interessa a esta tese.

A teoria da dádiva também foi observada em alguns estudos, como na pesquisa de Cordeiro (2013) que relacionou dádiva à hospitalidade de famílias rurais em Carmo (RJ) e também na dissertação de mestrado de Sales (2011) sobre redes de cooperação no turismo comunitário do litoral do Ceará, que, embora não tenha como objeto o turismo rural, foi importante no sentido de aproximar a prática turística à teoria da dádiva de Mauss (2011). Apesar de realizarem esta aproximação, o que contribui para a presente pesquisa, não possuíram o objetivo de compreender as ações coletivas e as formas de reciprocidade dos atores que trabalham com turismo, limitando, assim, suas contribuições para esta tese.

Estes estudos, pertinentes para a compreensão de alguns aspectos subjetivos nas práticas de turismo rural, apesar de contribuírem para o entendimento de elementos como hospitalidade, ruralidade e gestão coletiva, não dão respostas ao questionamento que permeia esta tese, sobre a origem das motivações para o trabalho coletivo no turismo rural.

As lacunas percebidas nos estudos que leem as práticas turísticas no meio rural, aliadas às percepções sobre o Roteiro Vale do Paraíso, foi o que animou esta pesquisa. Foram analisadas relações sociais e econômicas, mais especificamente práticas econômicas que são articuladas socialmente. Buscou-se conhecer os modos de vida dos sujeitos investigados para

que se compreendessem “[...] os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram como as que produziram pela sua própria ação.” (MARX e ENGELS, 2001, p.10).

Assim, os valores, os discursos, os rituais e a própria cultura que orientam as práticas dos agricultores, no turismo rural, são elementos determinantes para que se compreenda de forma mais completa suas práticas socioeconômicas. Para tanto, a escolha do método de abordagem considerou o modo como o sujeito constrói sua vida e o significado que o mesmo atribui às relações que são estabelecidas. (KIST, 2011).

O detalhamento do método de abordagem escolhido e de suas categorias, das categorias teóricas e empíricas e dos procedimentos metodológicos está descrito no capítulo 3 desta tese. Apenas para situar o leitor, brevemente, importa destacar que o processo de ação coletiva que se buscou entender nesta pesquisa fez parte de um processo que diz respeito às diferentes respostas dos agricultores ao processo de capitalismo. Essa compreensão integra a abordagem teórico-metodológica do método materialista, dialético e histórico, uma vez que a própria prática turística é um processo que decorre da interação dos atores sociais em contextos que trabalham com interesses contraditórios.

Este método permite lançar o olhar às práticas de turismo rural com a percepção de que tais práticas são dinâmicas e históricas, dependem da ação concreta do homem no tempo, tempo este perpassado por contradições. (DEMO, 1987).

Em relação ao levantamento de dados, a pesquisa foi realizada a partir de dados primários e dados secundários (vide capítulo 3). Importa relatar, brevemente, que, em um primeiro momento, foi realizada a coleta de dados secundários (documentos oficiais, atas de reuniões e fotos) que puderam sinalizar alguns dos aspectos buscados na pesquisa. Esta fase permitiu um período de aproximação com o objeto de estudo em que se pôde ter contato inicial com os agricultores. Esta fase de pesquisa também possibilitou que fosse construído um quadro (vide página 82) que direcionou a próxima etapa da pesquisa de campo.

Em um segundo momento foi feita a coleta de dados primários, através de histórias de vida e de entrevistas semiestruturadas com questões norteadoras. As histórias de vida foram realizadas com os agricultores integrantes do Roteiro Vale do Paraíso. As entrevistas foram realizadas tanto com os agricultores que integram o Roteiro quanto com moradores que não participam das atividades de turismo. Também foram entrevistados representantes de instituições que participaram de alguma forma da formatação do Roteiro, personalidades representativas da localidade e turistas. Ao longo de toda a coleta de dados, foi utilizada a

técnica de observação participante, para que se pudesse identificar elementos não ditos, expressões ou mensagens subjetivas.

Por fim, importa relatar a estrutura da presente tese, que está organizada em três capítulos, além da apresentação, introdução e considerações finais.

O primeiro capítulo foi dedicado a realização de uma breve reflexão sobre o meio rural e sobre turismo rural. Neste capítulo, buscou-se discutir a atualidade deste espaço, particularmente as características das famílias rurais que se inserem no mercado do turismo. A compreensão que permeia este capítulo é a de que o turismo rural moderno é desenvolvido no campo como uma forma alternativa de renda para as propriedades rurais e também como possibilidade para o fortalecimento de identidades que possibilitam ao morador rural sua reprodução social.

O segundo capítulo é dedicado às teorias que orientaram a reflexão para a análise do objeto empírico da presente tese. Nele, se apresentam as teorias da ação coletiva, com foco na gestão coletiva de recursos comuns, embasado nas obras de Elinor Ostrom (2010) e da Teoria da Reciprocidade, com ênfase nas análises sobre relações de reciprocidade em comunidades rurais, a partir da leitura de Eric Sabourin (2011). As categorias analíticas desta pesquisa estão baseadas nos estudos destes autores.

O terceiro e último capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo, apontando elementos que indicam a existência de ação coletiva e de relações de reciprocidade nas práticas turísticas dos agricultores familiares que integram o Roteiro Vale do Paraíso em Morro Azul. São apresentadas características dos recursos que compõe o referido Roteiro, bem como as regras que utilizam para organizar suas práticas, as formas de compartilhamento, de ajuda mútua e de hospitalidade que levam a compreensão do turismo rural como prática socioeconômica naquela localidade.

# 1 PRÁTICAS TURÍSTICAS NO MEIO RURAL

Embora seja necessário analisar as condições de emergência das práticas de turismo rural no contexto do turismo moderno, elas, sozinhas, não permitem uma compreensão mais ampla acerca do tema. Estas práticas de turismo estão diretamente vinculadas ao “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1997), às transformações ocorridas tanto no campo quanto na cidade principalmente em função da globalização e da modernização tecnológica.

As últimas três décadas podem ser analisadas como determinantes para estas transformações. Não se trata de negar que a vida social e econômica das sociedades está em constante mutação, mas é importante destacar este período porque ele corresponde à liberalização econômica, à globalização e às transformações tecnológicas que se manifestam no meio rural. Isto trouxe consigo alterações nas formas de produção e de consumo, nas formas de trabalho, nas relações sociais e políticas e estes aspectos repercutiram de forma importante na vida dos moradores das áreas rurais. (CARNEIRO, 1999; SCHNEIDER, 2006).

Atualmente, olhar para o meio rural pressupõe que se encontrem ali atividades econômicas que em um primeiro momento estariam associadas somente ao meio urbano. São atividades não agrícolas, muitas vezes não vinculadas à agricultura e a pecuária. Muitas destas atividades, embora seculares, não tinham a importância econômica atual, elas existiam como atividades de “fundo de quintal” (GRAZIANO DA SILVA, GROSSI, CAMPANHOLA, 2002), feitas por interesses pessoais ou como pequenos negócios agropecuários (piscicultura, horticultura, floricultura, entre outros) que se transformaram em alternativas de rendas significativas nos anos recentes.

São estas atividades, mais especificamente o turismo rural, que são o centro de interesse desta tese. Para isto, é importante compreender o processo chamado de “novo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1997), bem como dos modos de vida de seus atores, particularmente o agricultor familiar, uma vez que esta pesquisa se propõe a compreender aspectos relacionados à prática turística de um pequeno grupo de agricultores familiares, residentes rurais de um também pequeno município, por entender que são “nestes espaços que o turismo tem maiores possibilidades de contribuir para o desenvolvimento”. (ELESBÃO, TEIXEIRA, 2011, p.267).

## 1.1 Que rural é esse? Reflexões sobre a atualidade do meio rural

Para que se apreendam algumas particularidades do meio rural e se compreenda o fenômeno do turismo rural é importante, em um primeiro momento, dar conta do sentido que permeia este espaço.

Wanderley (2009) entende o rural como um modo de utilização do espaço e também de vida social. Esta concepção amplia a tradicional discussão sobre espaço rural como uma oposição ao urbano, já que "urbano" e "rural" são conceitos que reproduzem uma realidade social e econômica concreta, que se influenciam mutuamente e por serem espaços que, dadas as suas especificidades, são contínuos. Sendo assim, a delimitação espacial do que é urbano e do que é rural reduziria a complexidade existente nestes territórios.

Delgado *et al*. (2013) também compreendem que a tradicional distinção entre rural e urbano é reducionista porque caracteriza estes espaços apenas por sua dimensão físico-geográfica, não considerando os processos e as relações socioeconômicas que ali se dão. Seria importante considerar a interdependência entre o espaço rural e o espaço urbano, as suas relações e as suas complementaridades.

> Enfoques mais tradicionais associam ainda o meio rural à presença quase exclusiva da agricultura e da sua centralidade na definição das dinâmicas sociais, econômicas e culturais e, geralmente, o demarcam a partir da definição de urbano, considerando-o como o que "sobra" desses espaços. Ao considerar o rural como "um resíduo" ou "aquilo que sobra das cidades", o urbano passa a ser o *lócus* central das ações dos Estados e da sociedade em geral, o que traz importantes implicações para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões rurais, que normalmente ficam à margem das políticas e dos projetos de desenvolvimento. (DELGADO *et al*., 2013, p.79).

Importa destacar que até o século XVIII o meio rural foi o principal espaço de produção e de consumo, sendo que a vida girava em torno do campo que estava relacionado, principalmente, às atividades agrícolas. (DELGADO *et al*., 2013).

Com a Revolução Industrial, diversas mudanças ocorreram e reestruturaram o meio rural, interferindo no papel exercido por este espaço. Passou-se a focalizar o urbano como meio de vida mais desenvolvido, principalmente porque a indústria aparece associada ao urbano. Ao meio rural cabia apenas "abastecer" o meio urbano e fornecer mão de obra para as indústrias.

A partir disto a compreensão sobre o meio rural e o urbano tornou-se dicotômica: o urbano associa-se à indústria e o rural à agricultura, sendo que este está subordinado ao urbano: "Instala-se a visão dicotômica e de subordinação, que vai permear as diversas

abordagens e entendimentos: agricultura/indústria; urbano/rural" (BEZERRA, BACELAR, 2013, p.37). A agricultura estaria, assim, condicionada à indústria.

Por muito tempo este pensamento predominou no meio acadêmico, o meio rural compreendido como um espaço periférico e atrasado que tinha como função apenas produzir matérias primas para a indústria e fornecer mão de obra para outros setores, além de produzir alimentos a preços baixos, para que pudesse maximizar o lucro do "mundo" urbano.

Apesar disto, o avanço tecnológico e a globalização da economia produziram mudanças profundas na relação campo/cidade e estas mudanças redefiniram alguns aspectos do meio rural, não diminuindo sua importância social, cultural, política, econômica e ambiental.

Estas alterações passaram a ser objeto de estudos acadêmicos, que destacam duas possibilidades: uma, de que o rural desapareceria com o avanço tecnológico e com o desenvolvimento econômico, sendo superado pela urbanização (LEFEBVRE, 1970), outra, que o rural se transformaria e resistiria, com a construção de "novas ruralidades". (GRAZIANO DA SILVA, 1999; CARNEIRO, 1997).

> Assiste-se aos movimentos de resistência que expressam a capacidade de adaptação dos habitantes do campo, às novas condições impostas ou propostas pelas forças sociais dominantes na sociedade. Ao contrário de supor, como uma fatalidade, inexorável, o fim do rural, privilegia-se, nessa abordagem, os projetos dos atores sociais rurais, bem como os processos sociais que permitiram construir o que se pode chamar a ruralidade contemporânea. (WANDERLEY, FAVARETO, 2013, p.438).

A análise que será feita nesta tese vai ao encontro da compreensão de Wanderley (2009) e de Graziano da Silva (2001), que percebem o rural como um espaço que consegue construir constantemente novas possibilidades que acompanham as mudanças trazidas pela modernização, mas, ao mesmo tempo, mantém traços sociais, culturais e econômicos que lhes são peculiares e tradicionais.

Wanderley (2009) retrata estas características do meio rural utilizando três aspectos distintos e complementares: o rural como *espaço físico*, como *lugar onde se vive* e que possui uma *dimensão cidadã*.

O rural como *espaço físico* diz respeito à ocupação do território, que possibilita uma relação mais intensa entre homem e natureza. Os moradores do meio rural lidam com ela diariamente em função de seu trabalho ou porque ali residem.

Para a população que vive nas cidades, esta imagem do rural como um espaço que possibilita constante contato com a natureza cria, no imaginário urbano, a ideia que o rural é o

contraponto do artificialismo da vida urbana. Este é um dos aspectos que torna o meio rural um “objeto de consumo” de moradores de áreas urbanas, que estimula o movimento em direção ao campo decorrente tanto do aumento do tempo livre quanto da saturação do modo de vida das cidades.

Neste movimento, os citadinos, por vezes cansados da rotina das cidades, procuram por amenidades existentes no meio rural como o ar puro, a natureza e a tranqüilidade (JORGE, 2009). Este movimento estimula atividades como o turismo ou outras atividades de lazer.

Entretanto, como bem ressalta Candiotto (2008) é importante problematizar esta questão, uma vez que algumas experiências atestam que, apesar de as paisagens rurais carregarem elementos da natureza,

> a tecnicização do rural ocorre de forma similar ao urbano, isto é, sem muita preocupação com o funcionamento e estabilidade dos ecossistemas. A degradação ambiental no rural vem sendo intensa desde meados do século XX, quando se iniciou a “Revolução Verde”. (CANDIOTTO, CORRÊA, 2008, p.225).

Apesar da proximidade com a natureza, tanto em relação ao trabalho quanto pela própria paisagem, o rural, muitas vezes, apresenta de forma marcante as consequências negativas do processo de modernização da agricultura.

Outra dimensão apontada por Wanderley (2009) e que importa para a compreensão do rural, diz respeito ao meio rural como *lugar onde se vive*. Os modos de vida dos habitantes das áreas rurais, no tocante as relações sociais que estabelecem e as suas formas de transações econômicas são específicas e traduzem as identidades presentes neste meio.

Há, neste espaço, a presença de diferentes atores que possuem diferentes interesses e expressam racionalidades distintas. “O rural não se resume às formas de produção agropecuária. O rural é um lugar de produção e também um lugar de vida e de moradia”. (WANDERLEY, FAVARETO, 2013, p.417). Os autores apontam a realidade atual das áreas rurais, que se tornaram atrativas para moradia de diversas pessoas, muitas delas trabalhadores de áreas urbanas que, por aspectos como silêncio e proximidade com a natureza optaram por residir na área rural, mesmo que diariamente necessitem se locomover às cidades para desempenhar suas atividades laborais.

> Nesses novos contextos, os turistas encontram-se com novos habitantes neorrurais, recém-chegados , regressados ou outros que se deslocam ao rural a procura do que imaginam ser uma melhor qualidade de vida. Esta 'translocalidade', que questiona a fala e simplista dicotomia rural/urbano, é especialmente relevante quando falamos de turismo rural e desenvolvimento sustentável, pois observa-se uma mistura complexa de agentes sociais que reconstroem e ressignificam os tradicionalmente chamados espaços rurais. (CRISTOVAO *et al*, 2014, p.5).

Assim, o meio rural congrega tanto o agricultor, quanto o artesão, o pequeno comerciante, o trabalhador da cidade e o grande empresário agrícola, e todos compartilham deste espaço e de elementos que geram ora complementaridades ora tensões.

Wanderley (2009) também aponta uma *dimensão cidadã* no meio rural. Esta dimensão está no tocante a como o morador rural se vê, como ele vive e como se insere nas diferentes esferas da sociedade. Resta apontar, neste aspecto, que a própria percepção do cidadão rural sobre o urbano influencia, também, na inserção dos moradores rurais em atividades como o turismo rural. Ocorre que este tipo de atividade, sendo um fenômeno tipicamente moderno, é incorporado pelo cidadão rural, como uma das formas da chamada "nova ruralidade".

Sobre estas "ruralidades", alguns autores (WANDERLEY, 2009; VEIGA, 2006; GRAZIANO DA SILVA, 2001; CARNEIRO, 1997) destacam a existência de uma transformação no meio rural, decorrente de fatores como: o aumento da preocupação com a conservação do meio ambiente; a presença de outras atividades econômicas agrícolas e não agrícolas (como o turismo rural), a exploração de novas fontes de energia, entre outras. Assim, o meio rural passa a absorver novas funções para além da produção de alimentos, para além das atividades primárias.

> Ainda que a agricultura permaneça muito importante na caracterização e no desenvolvimento desses espaços, os mesmos passaram a estar envolvidos em dinâmicas e fluxos que extrapolam as atividades agrícolas. As principais transformações observadas no campo relacionavam-se com o crescimento das ocupações rurais não agrícolas (pluriatividade), a aceleração da mecanização e da industrialização da agricultura, a ampliação do papel do rural como moradia e lazer, entre outras. (DELGADO *et al*, 2013, p.79).

Há, no meio rural, diversos tipos de ocupações não agrícolas, dentre elas algumas que ficam cada vez mais vinculadas a remunerações baixas, como a de caseiros, faxineiros e empregadas domésticas, contratados por muitas chácaras e sítios de veraneio ou de final de semana. (JORGE, 2009).

Da mesma forma, no turismo rural, nem sempre as remunerações são financeiramente condizentes com o trabalho (no sentido de que, algumas vezes, o trabalho do pequeno

empreendedor de turismo rural parece ser maior do que o retorno financeiro que ingressa em sua propriedade). Também as ocupações ofertadas nos meios de hospedagem (principalmente os empregos gerados em pousadas e empreendimentos gastronômicos) nem sempre conseguem oferecer salários maiores.

No entanto, Jorge (2009) analisa que muitos trabalhadores que procuram inserir-se em atividades não agrícolas optam por isto para que possam manter um modo de vida que parecia estar ameaçado, já que, sem trabalho, o abandono do meio rural seria uma trajetória inexorável. “Manter-se no campo pode, muitas vezes, implicar no exercício, por exemplo, de atividades ligadas ao turismo e outras formas de recreação.” (JORGE, 2009, p.46).

Assim, mesmo que algumas vezes o retorno econômico não seja plenamente satisfatório algumas atividades de turismo rural são continuadas para que o agricultor ou o morador rural que trabalha com turismo não perca a possibilidade de se fixar no campo e de dar continuidade aos seus projetos de vida no meio rural.

Para a presente pesquisa, interessa a perspectiva de que há, no campo, diferentes atividades, agrícolas e não agrícolas, que possuem importância no que diz respeito à reprodução social dos moradores rurais e que este meio congrega diferentes tipos de relações, comunitárias e individuais, de tradições e de modernizações.

Neste cenário, o agricultor familiar é um personagem importante, uma vez que é este ator que, em grande parte dos roteiros turísticos rurais, é quem conduz a atividade, embora outros atores sociais convivam (artesãos, comerciantes, pequenos empreendedores, entre outros) e, juntos, asseguram certa diversidade ao meio rural e aos próprios projetos de turismo rural.

## 1.2 Um recorte para a compreensão do objeto de pesquisa: o agricultor familiar no turismo rural

O tema agricultura familiar tem sido estudado com profundidade nos anos recentes, com enfoques teóricos que apresentam diferentes compreensões. Um destes enfoques entende que a adoção de tecnologias, a inserção e a integração a mercados e a robustez da produção são as bases para o desenvolvimento rural. Neste enfoque a inserção aos mercados se daria como sinônimo de desenvolvimento a partir do momento em que isto possibilitaria maior emprego e renda no campo.

O entendimento desta vertente é de que os processos de mercantilização na agricultura seguem uma trajetória inexorável rumo às relações sociais capitalistas, em que as

externalidades positivas são apropriadas por atores externos ao processo. Nesta concepção o agricultor que tenta exercer certa autonomia em relação aos mercados acaba trabalhando com atividades não agrícolas que irão, por consequência, se sobrepor à própria agricultura.

Outro enfoque teórico busca identificar as transformações e as repercussões sociais, culturais, espaciais e econômicas advindas das transformações na agricultura, bem como os aspectos culturais, políticos e identitários que caracterizam as famílias rurais. (CARNEIRO, 1998; CONTERATO *et al*, 2011). Este enfoque preconiza a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, bem como a diversidade e os diferentes estilos desta categoria social e as diferentes atividades que realizam concomitantemente à agricultura. (PLOEG, 1993).

Tendo em vista este cenário torna-se evidente que há alguns aspectos que tornam a agricultura familiar peculiar e que acabam por influenciar as práticas de turismo rural e sobre isto é importante que se reflita quando se busca entender questões relacionadas a este tema.

Para que se entenda a inserção do agricultor familiar no turismo rural, importa compreender, além dos aspectos econômicos, políticos, institucionais, o papel das relações que estabelecem a subjetividade, as relações de parentesco, o pertencimento e outros elementos simbólicos que condicionam, moldam e conduzem estas atividades.

O turismo rural se dá, basicamente, a partir da utilização de elementos como a cultura que, além de ser a base para tomada de decisões na família do trabalhador rural, é utilizada como atrativo único e cada vez mais valorizado (juntamente com o meio ambiente), já que a qualidade de vida e a preservação dos patrimônios estão sendo cada vez mais colocados em evidência. (JORGE, 2009).

As tradições culturais e a rede de sociabilidade são elementos importantes na decisão para o trabalho com turismo rural porque compõem o patrimônio cultural daquela família e definem um modo para enfrentar as condições de mercado (em relação à produção e ao trabalho, principalmente) e os problemas decorrentes das mudanças econômicas e sociais que possam ocorrer no campo. São justamente estes elementos que acabam por se tornar atrativos para o turista.

A necessidade de agregar outras funções às propriedades familiares fez com que os produtores encontrassem “novas oportunidades a partir da valorização de bens não tangíveis, antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos do cotidiano agrícola” (GRAZIANO DA SILVA, GROSSI, CAMPANHOLA, 2002, p.41). São produtos muitas vezes intangíveis que sempre possuíram valores de uso e, com o incremento da modernização na agricultura e a partir da maior interação com o urbano, passam a acrescentar valores de troca.

A incorporação de atividades não agrícolas vem sendo discutida com o conceito de pluriatividade (SCHNEIDER, 2003), que abarca processos sociais distintos e até mesmo contraditórios, uma vez que a formulação e a implementação, por parte das famílias rurais, de algum tipo de atividade não-agrícola depende de uma série de fatores e condições socioeconômicas que são inerentes a cada unidade familiar, como a cultura, as condições materiais presentes no momento, a composição sexual e a faixa etária dos membros da família e a posição dos indivíduos que desenvolvem a atividade não-agrícola na hierarquia familiar. (CARNEIRO, 1999).

A importância da família, no campo, se dá tanto na produção quanto na tomada de decisão para diversos aspectos da vida. A consanguinidade e o parentesco organizam a vida social e econômica e isto inclui tanto o processo de trabalho e de produção quanto os valores culturais e simbólicos que constituem sua identidade. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

O agricultor familiar é sujeito de um processo intimamente vinculado à dinâmica de sua própria família, mas que não se restringe a ela, já que existe um mundo à sua volta que é percebido de formas diferentes por cada componente do grupo familiar.

> É o caráter familiar da produção, aí fortemente presente, que permite acionar irmãos que já migraram para a cidade, noras e até mesmo suas empregadas domésticas, num esforço ‘coletivo’ de dar conta das necessidades de mão-de-obra em determinadas fases do processo de produção. É o caráter familiar da propriedade e da produção que define esse trabalho como ‘ajuda’ e permite lhe atribuir um sentido de remuneração distinto da do mercado. O número de trabalhadores sazonais empregados pelas unidades de produção, assim ‘individualizadas’, vai depender justamente da dimensão dessa ‘ajuda’ familiar. (CARNEIRO, 1999, s/p).

A noção de agricultura familiar precisa levar em conta estes dois aspectos que, ao mesmo tempo em que definem, seguem sendo distintos: a produção e a família. Ocorre que, apesar de muitas vezes estarem intimamente relacionados, a produção, por vezes, pode se dissociar da família sem que isto distancie o integrante daquele núcleo familiar, dos valores e da moral presente ali.

O que acontece, principalmente no caso da inserção de atividades não agrícolas, é que frequentemente apenas um membro da família propõe este tipo de atividade e se envolve com ela, imprimindo aqui uma contradição, porque mesmo que este membro desempenhe esta atividade não-agrícola individualmente, ele não está desvinculado de um processo familiar:

> O pressuposto aqui é o de que o núcleo familiar é o que dá sentido de orientação (e de referência) às relações sociais. Ao mesmo tempo em que cria e reproduz valores socializados e inculcados nos indivíduos, a família também supõe um processo de individuação que pode negar, romper, modificar e, até mesmo recriar, valores num espaço de negociação e de tensões. Nesse sentido, o núcleo familiar não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada - de indivíduos e valores - mas sim como uma estrutura flexível, plástica, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas. (CARNEIRO, 1999, s/p).

A unidade familiar não está, então, limitada ao grupo de pessoas formado por laços de aliança ou de consanguinidade, mas sim a pessoas que percebem valores comuns, como no sentimento de identidade, integrando seus membros e dando sentido às suas ações e relações sociais.

Isto aponta para a existência de diferentes racionalidades no interior de um mesmo núcleo familiar e, talvez, possa explicar a existência de famílias rurais em que apenas alguns de seus membros trabalhem com turismo rural.

Este trabalho não agrícola, executado por um ou por vários membros da unidade familiar, pode servir tanto como complemento financeiro que serve para reforçar a reprodução da atividade agrícola (como para compra de insumos, instrumentos de trabalho e pagamento de mão-de-obra sazonal) como pode indicar uma estratégia de secundarização da atividade agrícola na reprodução social. (CARNEIRO, 1999).

Outro aspecto que se destaca está relacionado à troca, que se dá em medidas muito semelhantes ao consumo e à venda da produção. Não é raro encontrar relações de troca de sementes ou de insumos ou, ainda, de força de trabalho entre vizinhos. Isto acaba por reforçar os aspectos culturais e sociais que estão presentes nos estudos sobre agricultura familiar. (SABOURIN, 2011a).

> Embora produzam excedentes destinados aos consumidores dos núcleos urbanos mais próximos ou mesmo aos mercados mais longínquos, essas famílias de agricultores raramente abandonam a produção para o auto-aprovisionamento ou autoconsumo, o que lhes permite um jogo permanente entre vender, trocar ou consumir, que é o fator preponderante de sua autonomia cultural, social e econômica em relação à sociedade capitalista em que estão inseridos. (CONTERATO *et al*, 2011, p. 994).

Características como estas, apesar de evidentes, não são homogêneas. Elas se apresentam de diversas formas que variam conforme as condições de produção a que estes agricultores estão submetidos, como o tamanho da propriedade, o acesso a créditos, as tradições familiares e comunitárias, o número de componentes do núcleo familiar, suas relações com o mercado, entre outras. (CARNEIRO, 1999).

Estas diferenças entre os núcleos familiares é que definem as formas de integração com os mercados, gerando relações mais ou menos dependentes destes e variando seu grau de autonomia em relação a estes mercados. Para Ploeg (2008) os agricultores ora modificam suas relações mercantis, ora resistem aos mercados, ora aceleram os resultados da mercantilização.

Em relação à mercantilização Conterato *et al* (2011) chamam de "espaços de manobra" os recursos não mobilizados via mercado que permitem que o agricultor familiar possa manter e ampliar sua autonomia frente às questões sociais e econômicas inerentes ao capitalismo. São esforços que permitem certa liberdade de escolha em relação às imposições de agentes externos, permitindo com que o agricultor possa organizar sua propriedade e sua forma de produção de acordo com suas próprias percepções, seus próprios interesses, suas possibilidades e suas próprias necessidades.

Ressaltada a importância da autonomia e da independência do agricultor familiar em relação a processos exógenos, é importante trabalhar com a perspectiva de Conterato *et al* (2011) que entendem que o fortalecimento da autonomia não depende exclusivamente dos agricultores, porque embora possam existir condições endógenas favoráveis ao desenvolvimento (como a possibilidade de diversificação e de atividades não agrícolas) estas condições podem ser restringidas pelo baixo dinamismo das economias locais e por condições intrínsecas a própria família, como a disponibilidade de integrantes do núcleo familiar para o trabalho.

Outro aspecto que merece atenção é o fato de que os agricultores, sempre que possível, buscam investir na formação educacional dos filhos com o objetivo de que possam se inserir no mercado de trabalho não agrícola e, geralmente, fora do meio rural. (CARNEIRO, 1999).

Isto pode mobilizar dois processos: o primeiro, de a família agrícola abandonar a produção ou secundarizá-la, buscando novas alternativas de renda (principalmente a partir do trabalho assalariado em outro local, ou com a inserção de atividades não agrícolas ou, ainda, depender de programas de transferência de renda). Segundo, pode ocorrer de os filhos, já formados, optarem pelo retorno ao meio rural, como não raro ocorre nas unidades familiares que trabalham com turismo rural.

Com todas as peculiaridades existentes no meio rural a agricultura familiar vai mostrando sua capacidade de resiliência, capacidade esta, muitas vezes, fortalecida pela inserção em atividades não agrícolas, dentre elas o turismo.

## 1.3 Elementos subjetivos característicos de comunidades rurais

> Assim, compreendemos que estaria na afetividade, na solidariedade, na confiança, na cooperação, na fusão entre empresa e família, nos mecanismos de transferência de conhecimento tácito e na aprendizagem, na rede de relações de proximidade e na identidade a base para o entendimento do funcionamento destes territórios. [...] Esta força da sociedade e da cultura, sobrepuja claramente a visão estritamente economicista, uma vez que a cultura não é (e não pode ser) avaliada de acordo com o valor-unidade. (JORGE, 2009, p.202).

A subjetividade de determinadas características do meio rural já foi desvelada por autores como Schneider (2006), Ploeg (2011), Sabourin (2011). Além das importantes linhas de pesquisa do desenvolvimento rural que estudam as formas de produção, bem como as características físicas e econômicas das propriedades e das regiões rurais é importante que se percebam os traços menos objetivos e menos quantificáveis que permeiam as relações, as formas de vida e a compreensão de mundo do habitante rural.

Neste aspecto, Jorge (2009) aponta elementos como identidade, proximidade, afetividade e pertencimento, que contribuem para a leitura dos territórios rurais, principalmente dos que trabalham com turismo.

O elemento identidade é tido, pelo autor, como o elo principal e imaterial entre os seres humanos, entre suas sociedades e entre seus espaços. Refere-se às representações individuais e coletivas que estão presentes em determinado grupo social que compartilha determinadas crenças, valores e atitudes.

Para Barretto (2007, p.96) “o conceito de identidade implica o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, cujos membros nem sempre se conhecem, mas partilham importantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição”.

Paradoxalmente, a identidade implica a diversidade em alguma coisa, a diferença reconhecida no outro ou pelo outro, passível de comparação. O sentimento de pertencimento de um grupo, desta forma, faz sentido quando os seus membros se deparam com elementos diferentes do habitual, reforçando, assim, sua identidade pela comparação. A identificação acompanha, numa dialética, a diferenciação. (LAURENTI, BARROS, 2000).

Em relação ao meio rural, muitos dos elementos imateriais mobilizados cotidianamente acabam por reforçar a identidade de um grupo, porque cada um desses elementos é carregado de aspectos que proporcionam a reafirmação de uma história. São costumes e tradições que fortalecem o senso de pertencimento entre os que os compartilham.

> A continuidade e a contigüidade com o passado dão segurança, permitem traçar uma linha na qual o nosso presente se encaixa, permitem que saibamos, mais ou menos quem somos. Em outras palavras, o patrimônio passou a ser visto como a nossa garantia de identidade. (BARRETTO, 2007, p. 98).

Jorge (2009) exemplifica com a observação de que o nome de alguns grupos comunitários acaba por utilizar os nomes dos lugares que estes próprios grupos habitam.

Parecem ser estes traços que acabam por estimular o turismo rural, uma vez que a recuperação da memória coletiva, que ocorre habitualmente nos roteiros turísticos rurais, acaba por levar a comunidade a uma próxima etapa: “a uma etapa posterior, inexoravelmente à recuperação da cor local e, num ciclo de realimentação, a uma procura por recuperar cada vez mais esse passado.” (BARRETTO, 2002, p.47).

Froehlich (2015) pondera sobre a intensificação das relações sociais contemporâneas, que estimulam a heterogeneidade das características sócioespaciais encontradas no meio rural e também interferem na construção de identidades: “Essas combinações, todavia, não evoluem de modo gradual e homogêneo em todos os espaços rurais, para os quais se processa uma espécie de transformação em mosaico, na qual diferentes partes ou características evoluem de modo relativamente independente e a diferentes velocidades”. (FROEHLICH, 2015, p.67). Neste processo, o “velho” e o “novo”, o “antigo” e o “moderno” coexistem, “compõem-se, justapõem-se ou mesmo fundamentam-se peculiarmente”. (FROEHLICH, 2015, p.67). Com isso, as identidades também não ficam baseadas em um único código cultural, mas sim se (re)constroem a partir das diferentes interações existentes nestes espaços.

> As identidades assim construídas estão em permanente (re)elaboração e tendem a ser, portanto, fluidas, híbridas e multirreferenciadas. Em virtude de tais características, os indivíduos e os grupos sociais defrontam-se e se envolvem frequentemente em situações paradoxais e ambíguas, muitas vezes assumindo condições e comportamentos ambivalentes, por vezes potencialmente conflitivos. (FROEHLICH, 2015, p.67).

É assim que as identidades, como construção social e política, mesmo que geradora de conflitos pode vincular os membros que a compartilham. Isto pode, por sua vez, estimular a construção de projetos de desenvolvimento comunitários.

> Uma tradição se torna ativa e estruturante a partir do momento em que ela é revisitada e atualizada pelas problemáticas sociais do presente. A unidade diante do acontecimento, a coesão necessária a ação face ao outro devem estar enraizadas no passado. Assim, torna-se conveniente recriar a história [...] a fim de demonstrar que a comunidade foi em todos os tempos organizada desta forma. (JORGE, 2009, p.239).

Neste sentido, o turismo é capaz de revigorar, fortalecer e reforçar os traços identitários de uma comunidade. Muitos integrantes de uma comunidade puderam, através do turismo, descobrir a história da qual faziam parte e, assim, através da curiosidade dos turistas, perceberam a importância do seu próprio papel. (BARRETTO, 2002).

Jorge (2009) também menciona a afetividade entre os moradores rurais que integram os roteiros turísticos estudados em sua tese. Relata o desprendimento dos moradores em relação aos seus estabelecimentos quando, por exemplo, necessitam realizar reuniões para tratar de objetivos comuns ao grupo. Nestes momentos, o afeto que mantém com o local e com os demais integrantes do grupo parece ser mais importante do que o abandono, por algumas horas, de suas atividades de trabalho.

Também exemplifica como manifestação de afetividade quando os moradores que haviam deixado o campo retornam a residir neste espaço devido ao amor à propriedade, ao modo de vida existente ali, aos amigos e à família. “Enquanto, de forma quase inexorável, o capitalismo continua a empurrar os jovens para os centros urbanos, observamos estes devires minoritários que se deslocam para o rural e que não estão em busca de enriquecimento, tampouco de poder”. (JORGE, 2009, p.241).

Este mesmo autor adota o conceito de proximidade, mencionando que ela estaria relacionada a partilha do mesmo espaço de relações e entre os quais se estabelecem interações de diferentes naturezas, mercantis e não mercantis, intencionais e não intencionais.

Assim, são próximas as pessoas que partilham dos mesmos valores, regras, modelos de pensamento e ações, relacionando a proximidade com pertencimento. Ainda, infere que a proximidade geográfica facilita o estabelecimento de vínculos, uma vez que quanto mais perto os membros de determinado grupo social, maior o estímulo para a interação.

Também a baixa densidade populacional acaba por estimular a proximidade e facilitar o estreitamento dos laços de cooperação que dificilmente são observados em centros urbanos, principalmente por serem as cidades altamente povoadas.

## 1.4 Mas, afinal, de que turismo estamos falando? Alguns apontamentos teóricos sobre turismo rural

As práticas de turismo rural não são recentes. Estudos (REJOWSKI, 2002; TULIK, 2003) explicam que a aristocracia costumava, com frequência, deslocar-se dos centros urbanos para o campo, buscando o clima agradável e distancia-se da rotina.

Embora não seja uma prática nova, o turismo rural, a partir dos anos 1980, parece ter sido propagado em maior intensidade, sendo, inclusive, alvo de políticas públicas. Isto se deve ao fato de que tanto a cidade quanto o campo passaram por processos de modernização, o que afetou diretamente a demanda (e a oferta) pelo turismo rural.

Para o Ministério do Turismo Brasileiro (2008, p.18), turismo rural é "o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade".

Percebem-se, neste conceito, alguns fatores importantes para a caracterização do segmento de turismo rural: *produção agropecuária*, *patrimônio* e *comunidade*. Para que a atividade seja denominada turismo rural é importante que se mantenham as atividades primárias desenvolvidas nas propriedades (relacionadas à agricultura), que preserve a cultura do local (patrimônio) e que envolva ativamente e de forma qualificada a comunidade.

> Turismo rural é aquele que, do ponto de vista geográfico, acontece no espaço rural; do ponto de vista antropológico, oferece ao visitante a possibilidade de vivências da cultura rural; do ponto de vista socioeconômico, representa um complemento as atividades agropecuárias e, finalmente, do ponto de vista do imaginário, atende às expectativas de evasão da rotina urbana e de realizar outras experiências de vida. (PORTUGUEZ et al, 2006).

Tais práticas possibilitam novas perspectivas para o campo e também causam uma série de modificações, principalmente por serem atividades que envolvem diferentes atores que possuem interesses diversos e atuam de maneiras também diversas.

Trigo (2011, p.339) aponta que o turismo rural pode envolver diferentes segmentos nas áreas rurais, tais como: "agricultura intensiva, familiar ou orgânica; *agro-business*; produção artesanal de alimentos e bebidas [...]; comunidades rurais convencionais, étnicas ou alternativas; hospedagem e alimentação [...]."

Há que se refletir que existem ofertas turísticas que não mantém relação direta com a comunidade local. São empreendimentos exógenos e empresariais que acabam, ao não se relacionar com o entorno, não contribuindo de forma satisfatória com o desenvolvimento interno, uma vez que os benefícios (emprego e renda, por exemplo) acabam por serem externalizados. Exemplo disto são os grandes hotéis rurais (ou hotéis-fazenda, como às vezes são denominados), as zonas de caça turística, alguns grandes restaurantes.

As pequenas propriedades rurais, neste sentido, podem estimular em maior grau a comunidade e distribuir melhor os benefícios advindos do turismo:

> Normalmente, neste contexto, uma propriedade sozinha não configura um atrativo suficiente para a constituição de um fluxo turístico, sendo necessária a formação de um roteiro, agregando um grupo de propriedades e proporcionando, assim, uma maior relação com o entorno, ao passo que, nas áreas onde predominam grandes propriedades, uma só pode constituir um atrativo, como é o caso de uma fazenda-hotel. (ELESBÃO, TEIXEIRA, 2011, p.267-268).

Lane (2014) aponta que o próprio desenvolvimento do turismo rural moderno deve-se às pequenas propriedades, que buscaram, nestas novas atividades, opções para entrada de novos recursos na propriedade, como alternativa para a permanência no campo.

> A oferta do turismo rural não surgiu de um setor privado bem capitalizado, bem organizado e bem informado, interessado em fazer dinheiro a partir do desenvolvimento imobiliário. Originou-se de vários pequenos agricultores e empreendedores rurais interessados em 'sobreviver' face aos retornos descendentes da agricultura e de outras pequenas empresas rurais. (LANE, 2014, p.18).

Tulik (2003) aponta, entretanto, que o turismo rural moderno surgiu na necessidade de grandes fazendeiros em otimizar os casarios antigos que atualmente estavam ociosos, passando a receber turistas como forma de utilizar estes espaços e mostrar a vida no campo aos visitantes.

Neste sentido, sabe-se que o turismo rural moderno é resultado de um processo de transformações no campo e que sua organização se deu de forma espontânea e não profissional, articulado por pequenos produtores ou grandes fazendeiros, que possuíam objetivos semelhantes: otimizar o espaço rural e mostrar a vida no campo.

A prática de turismo rural precisa estar relacionada à vivência no meio rural, sendo requisito fundamental para a prática desta atividade a relação com as atividades agrícolas. É importante que o residente não abandone suas atividades no campo, mas que se utilize disto como um atrativo em si, agregando valor a economia, valorizando a cultura local e melhorando as condições de vida tanto da família quanto da comunidade como um todo.

De outra forma se avalia que o principal atrativo deste tipo de turismo é a peculiaridade dos distintos lugares e regiões e por isto esta atividade tende a ser viável em comunidades rurais de pequeno porte, justamente por ter o genuíno como atrativo principal. Isto expressa diferentes condições geográficas e territoriais dos lugares, a partir da cultura produzida pelas famílias de agricultores.

Já nas primeiras iniciativas nota-se um forte apelo cultural no turismo rural, mesmo que sua concepção tenha se dado pelo viés economicista, já que, inicialmente, se deu como

forma de otimizar os espaços rurais e as propriedades rurais financeiramente. No Brasil, o turismo rural apresenta hoje concentração em áreas relacionadas à colonização europeia, sobretudo italiana e alemã (como no Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e aos ciclos econômicos (principalmente o do café, em São Paulo e Rio de Janeiro). (TULIK, 2003).

Institucionalmente, a inserção do turismo como alternativa socioeconômica ao meio rural brasileiro deve-se muito ao modelo europeu, principalmente aos pioneiros França, Espanha, Portugal e Itália. (TULIK, 2003).

A atratividade do turismo rural não se dá somente em função da própria agricultura enquanto atividade produtiva, mas também em função dos aspectos que permeiam o cotidiano e a história do agricultor como a culinária, os saberes locais, as histórias e modos de vida das populações que vivem no meio rural. São estes aspectos que, atrelados a paisagem bucólica e natural, acabam por despertar atenção do mercado turístico.

O mercado de turismo, atento tanto às necessidades do consumidor quanto às necessidades de ressignificação do meio rural (cada vez mais urbanizado e menos agrário), percebe, então, uma possibilidade de segmentação turística. Desta forma o segmento de turismo rural pode ser visto também como uma invenção do próprio mercado para redefinir o espaço rural e reincorporá-lo ao mercado global. (ELESBÃO; TEIXEIRA, 2011).

Ao mesmo tempo em que o mercado cria o produto turismo rural, os problemas gerados pela urbanização das cidades acabam por criar a demanda por este tipo de turismo.

Para Elesbão e Teixeira (2011) são criados dois componentes de demandas diferentes: um, que está vinculado ao imaginário rural, uma demanda mais contemporânea que é formada por pessoas que quase não tiveram contato com o rural, mas que acabam por se aproximar dele a partir de problemas como poluição e violência das cidades. Estes imaginam o meio rural como o oposto ao urbano, onde se tem descanso, ar puro e natureza exuberante. Outro tipo de demanda é motivada pela nostalgia porque tiveram contato, em algum momento de suas vidas (geralmente na infância), com o meio rural e hoje buscam reviver isto, mesmo que minimamente, nas atividades de turismo rural.

É importante refletir que estas demandas não estão isentas do que Cristóvão *et al* (2014) chamam de uma certa idealização e romantismo, que imaginam o rural sem toda a dureza e as dificuldades do seu cotidiano, mais precisamente do seu dia-a-dia de trabalho.

Também importa a noção de que o meio rural, hoje, abarca uma complexidade de residentes, não somente aqueles que trabalham na produção agropecuária, mas de citadinos que acabam deixando as cidades para iniciar um novo projeto de vida no campo.

Nas comunidades que conseguem se inserir de forma exitosa no turismo rural é comum a tendência ao reconhecimento do valor de seus recursos naturais e de seu patrimônio cultural. Isto se dá pelo fato de que, ao receber visitantes, estes chegam com um olhar diferente à localidade, valorizando elementos que muitas vezes são negligenciados pela comunidade por já serem elementos comuns aos moradores do lugar. Com o olhar do outro, muitas vezes, os residentes passam a valorizar mais seus próprios atrativos.

As atividades de turismo rural geralmente ocorrem dentro de um roteiro turístico, o que estimula o trabalho coletivo. Trabalhando de forma organizada estas comunidades acabam desenvolvendo uma maior consciência sobre o papel que desempenham no local e sobre a responsabilidade que possuem em relação ao futuro da comunidade.

Também importa destacar o papel das mulheres no turismo rural, por esta atividade estar muito vinculada ao espaço doméstico que, como bem observou Lunardi (2012), é quase sempre domínio da mulher. A relação das atividades domésticas com as atividades de turismo rural permite que as mulheres desenvolvam e reestruturem suas funções dentro da unidade familiar.

Ao lado dos aspectos que possibilitam as práticas turísticas no meio rural e a procura dos citadinos pelo campo, que pode oportunizar novas funções e novos rendimentos para as famílias rurais, também existem imposições ou intervenções exógenas que acabam por obrigar os moradores do meio rural a se posicionarem, ou simplesmente se adaptarem, frente a novas situações sociais que nem sempre lhes são favoráveis.

Além disso, as práticas turísticas podem provocar mudanças nas comunidades rurais, uma vez que alteram a dinâmica familiar das pessoas envolvidas, tanto diretamente (se tratando dos membros da própria família) quanto das pessoas indiretamente afetadas (como o vizinhos das propriedades que recebem visitantes e que acabam, muitas vezes, tendo sua rotina alterada em função da movimentação de pessoas).

> Mas enquanto para os citadinos a adaptação do rural a algumas novas ‘funções’ constitui uma resposta as suas demandas vitais e produtivas, muitos rurícolas e agricultores podem estar vendo tais demandas ou exigências de readaptação como algo que lhes é imposto por representações sociais e relações de força forâneas, que os têm forçado a relegar uma histórica relação (de ocupação, de habitação, de trabalho) com a terra. (FROEHLICH, 2000, p.4).

Em relação a estas interferências, Froehlich (2000) analisa que a nova configuração do meio rural pode ocasionar mudanças conflituosas ou até mesmo crise de identidade social, uma vez que os sujeitos envolvidos, mesmo que indiretamente, deparam-se com novos papeis

sociais (trabalhadores da terra x trabalhadores do lazer/entretenimento; agricultores x artesãos; produtores de alimentos x empresários de turismo; trabalhador rural x pedreiro/jardineiro, residente rural x produtor rural, etc).

Sabe-se que o turismo rural não atinge de forma homogênea todos os estratos sociais do meio rural. Há o agricultor imbuído na procura por novas fontes de renda e motivado pelas necessidades financeiras que acaba por interessar-se pelo turismo, priorizando o que de mais material ele gera: recursos financeiros. Há outros, entretanto, que ingressam na atividade para diversificar suas atividades, mas, principalmente, para mostrar que figura é esta a do agricultor, a que categoria social se refere, quais suas origens, que passado constituiu aquela realidade. Isto ocorre como uma forma de ressignificar seu passado e acaba por gerar valores positivos, como senso de pertencimento e valorização da cultura. Outros, ainda, acabam por acompanhar este processo à distância, sem saber ao certo se lhe agrada, mas obrigado a presenciar uma nova função para sua comunidade e colhendo os "respingamentos" quer sejam eles positivos ou negativos.

O turismo rural, ao mesmo tempo em que pode valorizar culturas locais, gerar renda e melhorar a qualidade de vida no campo pode tornar-se fonte de problemas, como a subordinação do agricultor à racionalidade economicista que é predominante no *trade*[7] turístico, a diminuição do seu tempo livre, a secundarização da agricultura, as mudanças sociais, entre outros.

Outro aspecto importante é tratado por Candiotto (2013), quando observa a existência de atores intermediários que eventualmente possuem interesses distintos e contraditórios no campo e que estabelecem uma ligação entre os agricultores e os turistas de forma comercial que busca gerar, exclusivamente, lucro.

Para o autor, o acesso dos agricultores à capacitação sobre a viabilidade do turismo rural estimula a atividade, entretanto, estas qualificações ou capacitações muitas vezes tendem a ser concebidas pelo olhar do capitalismo, economicista e reducionista, uma vez que percebe o turismo como uma alternativa de renda e propõe uma padronização das instalações, do atendimento e da própria atividade, esquecendo-se que as práticas se dão em contextos distintos, por agricultores distintos que possuem histórias de vida também distintas.

Outro risco é a exclusão das atividades agrícolas pelo próprio agricultor, por entender que o turismo é mais rentável (ou mais prazeroso para trabalhar) do que a produção

[7] O *trade* turístico é constituído pelo conjunto de atores, formados por operadores, hoteleiros, prestadores de serviços turísticos, organizações não governamentais e governamentais e comunidades que estão imbricados nas práticas turísticas.

agropecuária. A consequência mais imediata é a descaracterização e a transformação do meio rural em um meio de simulação, transfigurando o rural para agradar e mostrar ao público uma situação que já não é mais real.

Com todos os aspectos positivos e negativos, a prática de turismo rural parece muitas vezes manter os agricultores conscientes sobre a importância de preservar seu modo de vida e sua localidade. Muitas vezes, o turismo rural se materializa enquanto forma de resistência ao processo globalizante e ao viés economicista. Para tanto, há que ser concebido de forma endógena, para que estimule o senso de responsabilidade tão importante ao cumprimento da tarefa de ser guardiã dos patrimônios natural, histórico e cultural dos municípios a que pertencem. (MAGALHÃES, 2002, p. 90-91).

Os aspectos simbólicos, os modos de vida e diversos outros aspectos subjetivos necessitam ser observados quando se tem o turismo rural como objeto de análise. (JORGE, 2009). Neste sentido, o capítulo que segue pode auxiliar para uma compreensão mais ampla sobre as relações socioeconômicas que se dão nas práticas turísticas que podem motivar para o agir coletivo das comunidades rurais que trabalham com turismo.

## 2 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA COMPREENSAO DAS PRÁTICAS DE TURISMO RURAL

No capítulo anterior se buscou fazer uma reflexão sobre alguns dos processos que possibilitaram uma série de mudanças no meio rural, dentre eles, a inserção de famílias rurais em atividades complementares à agricultura como é o caso do turismo rural.

Estes caminhos de análise levam à compreensão de que o turismo rural é desenvolvido, em grande parte das vezes, pelo agricultor familiar para que este tenha a possibilidade não somente de se relacionar com "novos"[8] mercados e trabalhar com atividades complementares à agricultura para o incremento da renda da unidade familiar, mas também como forma de valorizar as tradições e os processos culturais a partir do contato com visitantes e com os demais atores envolvidos no fenômeno turístico.

Há que se refletir que esta inserção em "novos" mercados pode estimular, também, relações sociais, tanto entre pessoas quanto entre estas e instituições, uma vez que a organização para o turismo, principalmente entre agricultores que estão organizados na forma de um roteiro turístico, necessitam de contatos pessoais e de contatos com instituições de ensino, com instituições de extensão rural, com empresas privadas e outras organizações para que este roteiro possa participar do mercado.

O trabalho, no caso de atividades não agrícolas, parece estar intimamente relacionado à vida social e, assim, tanto o trabalho (enquanto processo econômico), quanto as práticas sociais, acabam por produzir-se mutuamente, levando a refletir que há, no turismo rural, uma prática socioeconômica (*e* cultural, *e* simbólica, *e* social, *e* ambiental).

Esta dupla leitura se dá, por um lado, a partir da compreensão que percebe que a produção material acaba por interferir (senão reger) a vida social dos agricultores. Por outro lado, a percepção do turismo rural como prática socioeconômica permite analisar que a produção material, no caso do turismo rural, não só interfere na vida social, mas também é estimulada pela sociabilidade entre estes agricultores, à medida que se percebe que as relações sociais (como relações entre vizinhos, encontros em missas, em jogos comunitários, participação em festas sociais) aproximam e congregam interesses que podem, por vezes, possibilitar encontros que por sua vez poderão culminar em convites para abertura de lavouras conjuntas, para venda de artesanato em parceria e, inclusive, para participar de projetos de turismo na comunidade. Assim, essas determinadas situações acabam por aproximar membros

[8] O termo "novos" está entre aspas porque não se trata de uma questão temporal, mas sim de expressar que muitas destas atividades, embora seculares no país, não tinham a importância econômica atual, elas existiam como atividades de "fundo de quintal", conforme já mencionado. (GRAZIANO DA SILVA; GROSSI; CAMPANHOLA, 2002).

da mesma comunidade e, a partir disso, podem fomentar a organização para atividades mercantis.

A influência mútua das práticas sociais e econômicas pode ser explicada a partir dos trabalhos de Vieira (2014) sobre mercantilização de bens comuns intelectuais e de Conterato *et al* (2011) sobre mercantilização, mercados e agricultura.

Para Vieira (2014) antes do advento do capitalismo os mercados estavam inseridos na trama social e a ela eram subordinados, entretanto, a atualidade trouxe uma nova dinâmica desta relação fazendo com que hoje, muitas vezes, a vida social passasse a ser regida pelos mercados e por relações que se dão a partir destes mercados.

Vieira (2014), a partir da leitura de Polanyi, observa que há hoje uma inversão, a partir do momento em que a vida social tem passado a subordinar-se aos mercados e tende a somente existir enquanto mediada por eles. Pode-se analisar que esta compreensão do autor condiz, em parte, com a realidade a partir do momento em que percebe esta mudança relacionada ao processo de estruturação do capitalismo, que acaba por mercantilizar diversos aspectos da vida, que, antes, não eram concebidos sob esta lógica:

> Exemplos particularmente importantes são a mercantilização da terra (que avança significativamente a partir do cercamento das terras comuns medievais), do trabalho (com a formação de um mercado de mão de obra) e do dinheiro (com a formação de um mercado de crédito e, posteriormente, “produtos financeiros”). (VIEIRA, 2014, p.25).

A leitura é a de que a mercantilização faz com que diversos bens e serviços não sejam produzidos de outra forma a não ser por meio do mercado. Aproximando esta afirmação à experiência turística, pode-se observar que uma parte significativa dos recursos naturais passou a ser propriedade privada, ficando, portanto, acessível apenas para parte da população que possui condições financeiras para acessá-la no mercado. Estes recursos privados, muitas vezes, excluem alguns usuários que não podem pagar para os valores dos ingressos cobrados para acessá-lo. Este é o caso de algumas unidades privadas de conservação que permitem o acesso somente mediante pagamento de ingresso, por vezes onerosos demais para grande parcela da população. Desta forma, comunidades inteiras podem ser excluídas do acesso ao recurso, sendo banidas da simples atividade de contemplação da natureza.

Além da exclusão de usuários destes recursos há a perspectiva de que a inserção de indivíduos detentores de recursos naturais (e culturais) privados nos mercados implicaria a conformação de alguns imperativos da dinâmica de funcionamento do capitalismo, como a competição, a maximização do lucro e a acumulação de capital. (VIEIRA, 2014).

Apesar disto, o que se percebe a partir de uma leitura de autores como Conterato *et al* (2011) e da aproximação com o objeto empírico desta tese é que nem sempre a inserção em mercados segue uma trajetória inexorável de relações unicamente inseridas na lógica capitalista e que os próprios mercados "são o resultado de uma construção social e histórica em que atores (individuais e coletivos) disputam recursos e colocam em interface diferentes valores, normas e interesses". (CONTERATO *et al*, 2011, p.71). Existem práticas que estão "no mercado", mas que privilegiam outras características como cooperação, ajuda mútua, confiança, o que evidencia a necessidade de se estar atento às contradições que são geradas a partir das próprias práticas socioeconômicas (e políticas, culturais, ambientais, simbólicas).

A própria aproximação com o objeto de estudo desta tese revelou elementos que levam a esta leitura. A construção teórica para esta análise é expressa a partir da identificação de elementos como cooperação, confiança, ajuda mútua e trabalho coletivo, sendo necessário o debate sobre recursos comuns, sobre ação coletiva e sobre reciprocidade, utilizando, principalmente, a teoria da ação coletiva de Ostrom (2000) e a Teoria da Reciprocidade a partir da leitura de Sabourin (2011b).

## 2.1 Pertencer, compartilhar e cuidar: gestão coletiva de recursos comuns

A leitura que Vieira (2014) apresenta sobre mercantilização e bem comum pode contribuir na discussão sobre bens comuns e sobre as formas de uso destes bens. Apesar de estudar a mercantilização de bens comuns intelectuais, a relevância da pesquisa deste autor se deve ao fato de que o turismo rural utiliza, para se colocar no mercado, de recursos que são comuns a diversas pessoas e que, por isto, necessitam de um olhar diferenciado do olhar da propriedade privada ou pública.

As comunidades rurais, mais especificamente as comunidades rurais que trabalham com turismo, compartilham uma série de recursos que são de propriedade comum. Um roteiro turístico no meio rural contempla atrativos que estão sob propriedade de núcleos familiares que são os detentores dos direitos sobre estes recursos e responsáveis pela manutenção dos mesmos, mas também contempla recursos culturais e naturais que não possuem uma titularidade definida. Ainda, há bens que são de propriedade pública ou privada, mas não há nenhuma forma de apropriação (no sentido de uso e de manutenção) e, portanto, acabam por ficar subutilizados.

O patrimônio material e imaterial de uma comunidade (tanto suas edificações antigas que representam um período histórico vivenciado, utensílios históricos, quanto saberes e

fazeres passados de geração a geração, seus modos de vida, culinária e tradições) são frequentemente utilizados como atrativos turísticos e inseridos em roteiros de turismo rural. É comum que os roteiros contemplem a exibição de dialetos, de comidas típicas, de casarios antigos e de outros elementos que são encontrados apenas naquele determinado local. Pode-se dizer que isto, mais do que um atrativo, é o que encanta o visitante, pois são vivências muitas vezes distantes de sua realidade cotidiana.

Também as matas nativas, os rios, as cachoeiras, são recursos contemplados nos roteiros e que nem sempre apresentam um único proprietário. Além disto, a prática de turismo rural requer a utilização de equipamentos e infraestruturas que se colocam disponíveis para o trabalho de determinado grupo da comunidade e que facilitam o acesso e a fruição dos serviços pelos visitantes.

Todos estes exemplos são amplamente utilizados como atrativos e configuram a essência da atratividade turística em comunidades rurais. Muitos destes bens[9] são compartilhados entre as comunidades (detentoras destes patrimônios) e visitantes (que se deslocam de suas residências para desfrutar destes recursos).

No turismo rural, esta utilização de recursos dispostos em roteiros turísticos acaba por torná-los suscetíveis a danos que não podem ser desfeitos. Pode-se dar como exemplo uma cachoeira com livre acesso que faz parte de determinado roteiro turístico que é vivenciado por centenas de turistas, semanalmente. Suponha-se que o recurso não disponha de nenhuma informação para educação ambiental e que um décimo destes turistas não tenha um razoável nível de consciência ambiental e descarte seu lixo na queda d'água. Semanalmente, será uma quantia significativa de lixo despejada no local e, muito em breve, este recurso natural estaria comprometido. O próprio acesso a esta mesma cachoeira, trilhado por centenas de turistas por muitos dias consecutivos acabaria por destruir a mata ciliar e afastar inúmeros animais habitantes daquele recurso.

Esta suscetibilidade dos recursos naturais é enfatizada por Bollier (2008) na compreensão de que o meio ambiente é um bem que está suscetível a diversos tipos de danos que talvez sejam irreversíveis. Para o autor esta característica de esgotabilidade não pode ser negligenciada na gestão de um recurso.

Os recursos comuns dizem respeito a recursos que são utilizados por comunidades de forma conjunta. Ocorre que esta compreensão do termo "recurso comum" está vinculada mais

[9] Alguns autores, ao se referir a estes recursos, utilizam o termo "bem" porque expressam a relação da sociedade com os recursos e a forma de serem controlados por ela (ou por seus grupos), expressando esta apropriação como uma forma de construção social.

à noção de pertencimento, de apropriação, de identidade coletiva do que à natureza jurídica propriamente dita. Nesta compreensão, um recurso poderia ter titularidade definida e ser privado em termos legais, mas não deixaria de ser um recurso "comum" à medida que as pessoas e suas comunidades se sentem vinculadas a este bem, fazendo uso deste recurso e se sentindo responsabilizada por seu uso. (HELFRICH, 2008).

> Os bens comuns, então, são os espaços [...], os artefatos, os eventos e as técnicas culturais que – em seus respectivos limites – são de uso e gozo comum, como o poço de um povoado, o manejo de um espaço como uma praça pública urbana, uma receita, um idioma ou o saber coletivo compartilhado na internet. (HELFRICH, 2008, p.47, tradução nossa).

O turismo rural tem a característica de estar fortemente vinculado a propriedades particulares, entretanto, estas propriedades, para que possam trabalhar com turismo e fortalecer sua capacidade de atração, muitas vezes necessitam se articular com outras propriedades. Assim, elas trabalham de forma conjunta e constituem os roteiros e as rotas turísticas[10], que congregam propriedades privadas e alguns recursos comuns, naturais e culturais (cachoeiras existentes no trajeto, a mata circundante, as histórias dos antepassados, os saberes e os fazeres, etc.). Muitas vezes esta própria configuração em torno de um circuito faz com este próprio circuito turístico seja apropriado, organizado e mantido como um bem comum.

> No entanto, embora a forma de propriedade constranja ou facilite as práticas de bem comum, ela é apenas uma das dimensões de tais práticas. A propriedade não é nem um impeditivo absoluto, nem uma garantia automática de sucesso para um bem comum — assim, uma ocupação coletivista de um edifício privado por um movimento social de moradia não deixa de ser um bem comum só porque a comunidade ocupante não detém direitos de propriedade plenos sobre o edifício. (VIEIRA, 2014, p.99).

Esta citação endossa o fato de os recursos comuns serem concebidos como uma forma de apropriação e de pertencimento. Apesar de existir três tipos de propriedade: comum, pública e privada, a perspectiva jurídica não relaciona a propriedade à característica dos bens, mas às relações sociais que são estabelecidas com estes bens, como exposto anteriormente.

---

[10] Há uma diferença prática em relação aos roteiros e às rotas turísticas. Embora a academia não tenha se preocupado com uma definição precisa sobre estes termos, operacionalmente, um roteiro turístico é um circuito onde o visitante percorre diversos atrativos dentro de um mesmo município. Já a rota turística seria também um circuito, mas que contempla mais que um município, ou até mesmo vários Estados ou Países. Geralmente as rotas turísticas são temáticas.

> Em outras palavras, no contexto econômico, os termos ‘público’, ‘privado’ e ‘comum’ tem função de descrição essencialista da natureza (os bens); ao passo que, no contexto jurídico, esses termos têm um sentido eminentemente político, uma vez que referem-se a propriedade, que e inseparável das relações sociais. (VIEIRA, 2014, p.102)

Assim, um bem pode ser de propriedade privada (em termos econômicos), mas poderá ser um bem comum porque é apropriado por determinado grupo de pessoas que mantêm uma relação social, política ou simbólica com aquele bem.

Tanto a esgotabilidade dos recursos comuns quanto as formas como as comunidades gerem estes recursos foram analisadas por diversos autores da Economia, da Ciência Política, da Sociologia e da Antropologia, entre outras áreas. A principal questão debatida está em como utilizar de maneira sustentável os recursos para que se mantenham viáveis ao longo do tempo e para que estejam disponíveis e preservados para gerações futuras.

Até os anos 1990 predominou na academia a ideia de que o homem é destruidor de grande parte dos bens naturais, muito em função das abordagens sobre bens comuns dadas até então, em que havia uma visão extrema do *homo economicus*, como se o indivíduo sempre agisse para maximizar seus interesses. (VIEIRA, 2014).

As abordagens tidas até então utilizavam modelos teóricos e metáforas para pensar a situação de bem comum, como o modelo do jogo do dilema do prisioneiro[11], o da ação coletiva[12] e o da tragédia dos bens comuns[13]. Estes três modelos apontam para a inviabilidade

---

[11] O jogo do dilema do prisioneiro baseia-se na seguinte situação: dois membros de uma gangue criminosa (os atores do jogo) foram presos e a polícia não tem provas para incriminá-los, mas oferece a cada um dos dois presos a possibilidade de uma espécie de “delação premiada”, solicitando que incriminem o outro prisioneiro. Eles estão em celas separadas e não conseguem se comunicar. Se apenas um dos prisioneiros trai o outro e o delata, o delator sai da prisão e o outro vai preso por 3 anos; se ambos delatam, ambos vão presos por 2 anos; se nenhum delata, ambos vão presos por apenas 1 ano. Por meio da análise da teoria de jogos concluiu-se que atores “racionais” (no sentido econômico, ligado a ideia do *homo economicus*) agiriam de forma a maximizar seu autointeresse, ou seja, delatariam, uma vez que a estratégia que conduz a melhores recompensas seria a delação. Neste caso a cooperação mútua (ambos não delatarem) traria um resultado melhor para os prisioneiros do que a situação em que ambos adotam a estratégia “racional” da delação. (VIEIRA, 2014).

[12] O modelo da lógica da ação coletiva foi proposto por Mancur Olson (1965). Para Olson a racionalidade autointeressada somente levaria o grupo que necessita compartilhar algum bem a agir em busca de seu interesse comum caso haja um poder externo de coerção (como o Estado) ou caso o grupo seja muito pequeno, pois, para a autora, em grupos grandes os benefícios individuais obtidos seriam incentivos pequenos demais se comparados ao alto custo de organização. Sendo assim, estas motivações seriam insuficientes para que a cooperação fosse o comportamento racional do grupo.

[13] A tragédia dos bens comuns, de Garrett Hardin (1968), expressa que em um contexto em que diversos indivíduos compartilham um recurso o único resultado possível seria a destruição deste bem. Seu raciocínio baseia-se num terreno de pasto hipotético, aberto para quem quiser usá-lo. Se, em vez de cooperarem, os pastores levarem mais gado para pastar (mais gado do que o razoável para que o pasto se regenere continuamente) cada pastor ganharia benefícios individuais imediatos. As perdas (decorrentes do eventual esgotamento do pasto) não seriam imediatas e seriam “compartilhadas” entre todos; assim, todos tenderiam a levar mais gado do que o sustentável. As principais soluções possíveis para evitar o colapso seriam a privatização do recurso compartilhado ou o uso de coerção baseada em algum tipo de contrato social, possivelmente feito a partir do Estado. (VIEIRA, 2014).

da gestão adequada dos bens comuns, assim, as únicas soluções seriam privatizar ou estatizar estes bens para que possam ter uma gestão adequada e para que seja evitado seu esgotamento.

Em 1990, Elinor Ostrom[14] publicou diversos estudos empíricos no livro *Governing the Commons*[15]. Esta autora, juntamente com seus colaboradores, pesquisou pequenas comunidades que compartilhavam algum tipo de recurso e percebeu que as teorias da escolha racional podem ocorrer em alguns casos, mas nem sempre ocorrem porque não há um padrão de comportamento na utilização e no manejo de recursos comuns. Os estudos de Ostrom atestam que há bens comuns que se mantêm viáveis por séculos porque os atores cooperam entre si e conseguem se autogerir (como atestam os estudos da referida autora em casos japoneses, suíços e espanhóis).

> É difícil considerar mera coincidência que o surgimento e a popularização desses três modelos (em particular o Dilema do Prisioneiro e a "Tragédia dos Bens Comuns") tenha ocorrido simultaneamente a Guerra Fria, e num período tão próximo a chegada do "neoliberalismo real" (isto é, a implementação de políticas influenciadas pelo ideário neoliberal em países periféricos - como o Chile de Pinochet - e centrais - como o Reino Unido de Thatcher e os EUA de Reagan). Conseguir refutá-los nesse contexto pouco permeável ao dissenso - e a partir de uma carreira construída no interior da ciência política estadunidense (marcadamente influenciada por teorias que considerado o espectro amplo do pensamento econômico, não estão tão distantes do ideário neoliberal) - foi um feito admirável da parte de Ostrom. (VIEIRA, 2014, p146).

Vieira (2014) enfatiza a importância das pesquisas de Ostrom principalmente porque a autora percebe elementos que até então vinham sendo negligenciados nos estudos sobre bem comum, elementos que podem sinalizar que existem valores e práticas que não são meramente econômicas, mesmo que estejam relacionadas a atividades que dizem respeito às categorias trabalho e renda de membros de uma mesma comunidade.

A compreensão de Ostrom (2000) de que os próprios indivíduos possuem capacidade para desenredar eles mesmos soluções para seus diversos tipos de dilemas e situações variadas, sem intervenção direta de atores externos, é importante para a compreensão do

---

[14] Autora neoinstitucionalista cuja principal publicação foi o notório Governing the Commons, de 1990. Para o neoinstitucionalismo o ser humano nem sempre maximiza as riquezas, de modo que as escolhas podem ser determinadas por valores, crenças, reações altruístas ou imposição de autorrestrições, que podem balizar a decisão humana (EHLERS, 2007). Elinor Ostrom e seu companheiro Vincent Ostrom, em 1973, fundaram o Workshop in Political Theory and Policy Analysis (Oficina de Teoria Política e Análise de Políticas), um instituto de pesquisa concentrada em gestão de bens naturais e governança democrática. Ostrom foi diretora deste Instituto que pertence à Universidade de Indiana até sua morte, em 2012. O nome "*workshop*" [oficina] seria intencional e estaria ligado ao interesse do casal por um lugar em que pesquisadores pudessem colaborar como "artesãos". (WALLJASPER,2014, apud VIEIRA). O trabalho do Instituto é bastante ativo até hoje e marcado por pesquisas interdisciplinares com forte embasamento empírico.

[15] Nesta tese, a versão utilizada foi a versão traduzida para a língua espanhola, em 2000: *El gobierno de los bines comunes*.

objeto desta tese porque pode apontar elementos que são comuns nas comunidades que conseguem gerir seus recursos de forma eficaz. Isto pode esclarecer as práticas dos agricultores familiares que trabalham com turismo rural em Morro Azul.

A compreensão é a de que estas comunidades, ao trabalharem com turismo, o fazem, dentre outros motivos, porque percebem que o meio em que vivem possui elementos significantes para si e para outros e que estes elementos podem representar, de alguma forma, interesse para pessoas e grupos que não usufruem destes espaços.

Esta leitura aponta para a compreensão de que existem recursos (materiais e imateriais, culturais, naturais e simbólicos) que possuem valores que não podem ser mensurados e que desempenham papéis importantes na manutenção da própria vida do agricultor familiar.

> A importância de falar sobre os bens comuns reside em estabelecer um diálogo mais amplo sobre os tipos de riqueza e valor. Nem toda a riqueza pode ser expressa por um preço de mercado. E, de fato, é necessário dar pleno reconhecimento e proteger ativamente outros tipos de valor: ecológico, social, democrático, moral. A epistemologia da economia convencional tem dificuldade para isso; os bens comuns são úteis porque fornecem uma maneira de nomear os tipos de riqueza que a economia liberal clássica e neoliberal prefere deixar de lado. (BOLLIER, 2008, p.31, tradução nossa).

Para Bollier (2008) existem certos recursos que são caros demais, no sentido de sua importância, e que não há valor de troca que possa traduzir o valor de uso destes recursos, que é intrínseco e incalculável. A própria natureza, com suas paisagens e vida silvestre e a cultura gerada por comunidades ao longo de gerações são bens que não podem ser mensurados de maneira equilibrada.

O estudo do turismo rural precisa levar em conta estes valores não-monetários, para que se consiga compreender as relações entre mercado e sociedade, tão importantes para a estruturação da atividade.

É fato que em muitos lugares o mercado acaba por se apropriar dos bens coletivos e atribuir a eles um preço específico que acaba sendo tão alto que possui o poder de exclusão, deixando sem acesso quem não possui poder financeiro para custear a utilização daquele bem, a começar pela própria comunidade que não consegue mais acessá-lo.

Isto ocorre frequentemente no turismo rural e acaba por gerar relações de conflitos entre membros da mesma comunidade. A prática turística, muitas vezes, acaba por proporcionar que alguns atores de determinados territórios acabem por se apropriar de recursos naturais e culturais (privados, públicos e comuns) que são “ofertados” a visitantes

que pagam um preço para usufruí-los. Isto se configura em uma atividade fortemente vinculada ao mercado, já que a própria atividade turística é uma atividade capitalista.

O que propõe as teorias da ação coletiva é que quando estes recursos são mantidos e geridos por suas comunidades eles ficam mais "protegidos" da degradação, da exploração desenfreada e suas consequências. Bollier (2008) compreende da mesma forma quando afirma que algumas comunidades podem autorizar a venda de recursos no mercado, mas isto só trará bons resultados se for feito de forma sustentável que não cause danos aos bens comuns e à própria comunidade.

Assim, a ação coletiva seria uma resposta para o problema da gestão de recursos comuns e ocorreria a partir do momento em que mais do que um indivíduo contribuísse para um esforço que buscasse atingir um determinado resultado. (OSTROM, 2000).

Apesar de a ação coletiva ocorrer frequentemente, Ostrom (2000) aponta que não são em todos os casos que os indivíduos agem coletivamente de forma eficaz. Os apropriadores[16] dos recursos agem da melhor forma que podem para gerir estes recursos, mas existem restrições que algumas vezes os impede de fazê-lo. O problema estaria, então, em identificar quais são estas restrições.

### 2.1.1 Ação coletiva em comunidades rurais

Para que se compreendam as condições de gestão coletiva de recursos comuns é importante entender que a ação de compartilhar um recurso é uma construção social. Isto porque não é somente o recurso que é compartilhado, mas a própria prática de compartilhamento, a ação de compartilhar. "*There is no commons without commoning*" (DE ANGELIS, 2006, p.1), um bem comum só existe com o senso de comunidade, com a ação dos indivíduos em coletividade. "Um bem comum é simultaneamente um substantivo (o conjunto de bens compartilhados) e um verbo (a ação de compartilhar, o *commoning*, o fazer comum)." (VIEIRA, 2014, p.98).

A ação coletiva é, também, uma construção política porque:

[16] Termo utilizado por Ostrom (2000) ao se referir aos membros da comunidade que compartilham determinado recurso.

> Envolve práticas organizativas internas à comunidade (para definir e fazer cumprir regras que garantam o uso continuado dos recursos compartilhados e para garantir uma gestão equitativa e participativa, que ajude a manter os laços comunitários), mas também envolve conflitos e lutas com atores externos a essa comunidade - seja para instituir o bem comum e exigir que ele seja reconhecido como tal por atores privados ou estatais; seja para protegê-lo contra o cercamento por tais atores. (VIEIRA, 2014, p.98).

Esta afirmação de Viera (2014) evidencia alguns elementos importantes. O primeiro é que a ação coletiva envolve práticas organizativas que são internas à comunidade, como, por exemplo, as práticas de governança, que serão abordadas no decorrer desta tese. O segundo elemento importante é a relação conflituosa entre a comunidade apropriadora e os atores que necessitam reconhecer o recurso como legítimo. Há, ainda, um terceiro elemento que se refere à questão do cercamento dos bens comuns.

No que se refere à questão do reconhecimento da legitimidade observa-se que as comunidades que compartilham recursos negociam com autoridades governamentais o reconhecimento de sua forma de organização, principalmente porque necessitam utilizar infraestruturas e serviços que são providos pelo Estado e porque estão submetidos à legislação e políticas públicas impostas por autoridades governamentais. Minimamente, os grupos precisam se relacionar verticalmente (com as esferas públicas municipais, estaduais e federais) e ser reconhecidos por elas.

Também é importante, e aqui está uma das contribuições de Vieira (2014) ao analisar alguns “pontos cegos” na teoria de Ostrom (2000), o reconhecimento da interação horizontal que determinados grupos estabelecem com outros grupos sociais além daqueles com quem compartilham determinado recurso. Existem bens comuns que provocam externalidades negativas, intensificam a mercantilização ou reforçam a desigualdade social para a comunidade que não faz parte do grupo que compartilha o recurso.

> A análise de recursos escassos e renováveis é feita da perspectiva dos apropriadores, embora não seja a única que pode ser usada em uma análise de problemas complexos de recursos de uso comum. Se os apropriadores de uma unidade de recurso ganham poder de mercado considerável, pela criação de um cartel para influenciar preços, suas estratégias afetam tanto a eles mesmos como a outros. Esta análise [a que é feita no livro] refere-se a situações em que os apropriadores de um recurso de uso comum não têm nenhum poder em um mercado de bens de consumo, nem suas ações têm um impacto significativo no ambiente das pessoas que vivem fora desta área. (OSTROM, 2000, p. 67, tradução nossa).

É necessário que sejam observadas as relações e as tensões entre membros que compartilham um bem comum e a parcela da comunidade que não compartilha este bem, sob risco de se menosprezar as externalidades decorrentes da gestão de determinado recurso.

Outro ponto relacionado à construção política da ação coletiva diz respeito ao "cercamento dos bens comuns" (*enclosure of the commons*), que se configura a partir do processo, por parte do mundo empresarial e político, de conversão de recursos públicos ou coletivos em propriedade privada. Este processo traduz o modelo neoliberal vigente em que o direito de propriedade privada é tido como a maneira mais eficiente de produzir riqueza.

Para Bollier (2008) esse é o processo que permite e incentiva o capitalismo a se desenvolver porque a partir do momento que alguns possuem poder de compra de capital e passam a investir em propriedade privada, inicia-se um processo que incita a mais valia e o mais trabalho e, consequentemente, gera mais capital.

No turismo rural há comunidades com iniciativas que são apropriadas por grandes operadores turísticos que, detentoras de capital financeiro, controlam de forma exógena a atividade. Isto acaba por banir a população de escolher sobre os aspectos inerentes ao desenvolvimento da atividade, já que estes operadores dominam as decisões sobre preços e processos internos e menosprezam as características peculiares dos recursos e sua capacidade de carga.

Nestes casos são os operadores externos que "cercam" os recursos e que ficam responsáveis por sua gestão, com o artifício de que possuem conhecimentos técnicos e mercadológicos maiores do que os da comunidade. Assim, estas comunidades, por falta de conhecimento, por falta de tempo para assumir integralmente a gestão daquele bem ou por alienação, acabam por entregar a gestão de seus bens comuns com exclusividade para alguma operadora de turismo, ficando aquém das suas reais possibilidades de desenvolvimento.

Apesar de isto ocorrer com frequência, há casos em que a própria comunidade consegue decidir sobre seus recursos e trabalhar de forma organizada para o turismo, como atesta o próprio objeto empírico desta tese.

A ação coletiva para manutenção de um recurso comum é um exemplo de prática de governança que ocorre em algumas comunidades rurais e que tem levado estas comunidades à autogestão de seus recursos. Com isto, estes grupos conseguem provocar o desenvolvimento de seus projetos de forma autônoma e eficaz. Exemplo disto é o plantio ou a colheita de alimentos feitos de forma conjunta; a utilização de espaços comuns para comercialização de produtos (como as feiras de agricultores); sistemas conjuntos de irrigação local; e quando se reúnem para decidir sobre as regras relacionadas com itens anteriores. (OSTROM, 2004).

No turismo rural, a sistematização de atividades em um roteiro turístico também pode configurar uma forma de ação coletiva, já que as diferentes propriedades precisam estar articuladas para que atinjam o objetivo comum que é a comercialização do roteiro e sua plena

execução. Ainda, o compartilhamento de infraestrutura, de saberes e de fazeres locais pode fazer com que os agricultores se envolvam em ações coletivas e produzam formas próprias de governança.

Estas ações, entretanto, ocorrem em determinadas condições. Ostrom (2000) investigou as condições empíricas em que os indivíduos cooperam entre si para se apropriar de recursos de uso comum. Também buscou entender as condições em que as previsões das teorias convencionais, dentre elas a "tragédia dos bens comuns" (HARDIN, 1968), resultam corretas.

Em relação ao método de análise de Ostrom, interessa o fato que seus estudos partiram da compreensão que a organização social se dá a partir de instituições, sejam elas formais ou informais. Também interessa o fato de que, para a autora, os indivíduos se empenham ao máximo em buscar seu autointeresse, que por sua vez passaria a ser moldado pelas instituições que os rodeiam, sendo que, desta forma, as escolhas dos indivíduos seriam direcionadas tanto por sua capacidade cognitiva quanto pelas informações disponíveis para avaliar os ganhos e as perdas futuras.

As pesquisas publicadas no principal livro de Ostrom (2000) apontam que são oito os princípios comuns (*design principles*) existentes em comunidades que conseguem gerir seus recursos de forma eficaz: a) definição de limites claros para o grupo, a fim de delimitar qual é o recurso e quem são seus utilizadores; b) adequação das regras que regem o uso dos bens comuns às necessidades e condições locais, tais como tempo, espaço e tecnologias disponíveis; c) garantia de que as pessoas afetadas pelas normas possam participar na modificação das regras; d) garantia de que a criação de regras sobre direitos de membros da comunidade sejam respeitados pelas autoridades externas; e) desenvolvimento de um sistema operado por membros da comunidade, para monitorar o comportamento destes membros; f) aplicação de sanções graduais aos infratores de regras; g) fornecimento de meios acessíveis e de baixo custo para resolução de conflitos; h) ligação entre a gestão de recursos de menor escala com os de maior escala, partindo do particular para o mais geral (camadas aninhadas).

Dadas estas características comuns, Ostrom resume que a estrutura de um problema relativo à autogestão de um recurso comum depende da *estrutura dos recursos*, no tocante ao tamanho do recurso em si, seus limites, sua estrutura interna; dos *atributos dos indivíduos*, que diz respeito ao quanto participam na gestão daquele bem, quais são os horizontes de tempo em relação à utilização do recurso por parte da comunidade, se participam conjuntamente em muitas atividades, se seus interesses são homogêneos, se há normas que

compartilham, etc.; e *regras compartilhadas*¸ estabelecidas a partir de acordos formais ou informais.

Ao longo do livro, Ostrom explica alguns de seus estudos empíricos centrados, principalmente, em recursos comuns de pequena escala, entre 50 a 15000 integrantes cujos ingressos econômicos dependem de maneira importante do recurso. O entendimento é que o nível de dependência é um aspecto relevante e está relacionado à perspectiva imediata ou futura do indivíduo em relação a este recurso, as taxas de desconto[17].

> Nos horizontes de tempo, importa tanto a expectativa dos indivíduos de que eles ou seus filhos viverão para colher estes benefícios, como as oportunidades para obter lucros mais rápidos em outras situações [...]. Os horizontes de tempo da pesca costeira se estendem a muito longo prazo: (os pescadores) tem esperanças que seus filhos ou os filhos de seus filhos possam ganhar a vida no mesmo lugar, por outra parte, os pescadores mais móveis podem mudar suas zonas de pesca a outros lugares quando se esgota a pesca local. (OSTROM, 2000, p.72).

Apesar disto, Ostrom afirma que os indivíduos geralmente estarão dispostos a renunciar ganhos imediatos com a finalidade de conseguir maiores benefícios conjuntos, se observarem que os outros agem da mesma forma.

Outro aspecto importante é o nível de informação que os indivíduos possuem sobre o recurso que necessitam compartilhar. Ostrom (2010) compreendeu que se os indivíduos não conhecem as limitações destes recursos não teriam motivações para preservá-lo e, por isto, não despenderiam esforços para administrá-lo de maneira eficaz. A informação, portanto, oferece instrumentos para que os indivíduos avaliem o nível de suscetibilidade do recurso e possam agir para preservá-lo.

Os grupos que conseguem atingir seus objetivos costumam delimitar regras para suas ações, que são monitoradas pelos próprios participantes. Estas regras podem ou não ser semelhantes à legislação em vigor, podendo conferir direitos e deveres que diferem dos direitos e deveres de um sistema legal formal. Nos casos estudados por Ostrom (2000) os próprios indivíduos estabeleceram suas próprias regras, criaram organizações para assumir a administração do recurso comum e com o tempo modificaram estas regras que foram estabelecidas anteriormente, baseadas nas próprias experiências anteriores.

---

[17] Ostrom chama de taxas de desconto a escolha do indivíduo a partir da análise de benefícios imediatos e de benefícios futuros. Se o indivíduo valoriza um benefício imediato, a taxa de desconto é alta; se ele dá mais valor a algum benefício que terá no futuro (e que garantiria a sustentabilidade deste recurso compartilhado para as gerações futuras, por exemplo) a taxa de desconto é baixa.

Cabe analisar que as regras diferem de comunidade para comunidade, porque tomam em conta características específicas dos recursos, tanto fisicamente quanto nas perspectivas culturais do mundo e das relações políticas e econômicas que existem no dado cenário.

Para que estas regras estabelecidas sejam cumpridas por todos os indivíduos é necessário algum mecanismo de supervisão. Ostrom (2000) entendeu que a maior parte das comunidades que cooperam para ação coletiva utiliza de supervisão mútua por indivíduos internos ao recurso. Sendo assim, não há necessidade de supervisão nem de coerção externa, porque os próprios integrantes da comunidade o fazem. O monitoramento seria um subproduto natural do uso dos bens comuns. (OSTROM, 1998).

Geralmente são os próprios participantes que se tornam monitores para o cumprimento de regras, verificando se há comportamentos oportunistas (que se configurariam em autointeresse com malícia, segundo a autora). "Em qualquer grupo haverá indivíduos que ignorarão as normas e atuarão de maneira oportunista se lhes apresenta a ocasião." (OSTROM, 2000, p.74). Mesmo com o equilíbrio na comunidade e no uso dos recursos de acesso comum, existem os chamados *free riders*[18], que, apesar das normas existentes, do monitoramento e das sanções, irão desrespeitar as regras estabelecidas. São indivíduos que não participam dos esforços coletivos, mas usufruem os bens gerados.

Caso percebam algum participante descumprindo um acordo preestabelecido, aplicam algum tipo de sanção. Em relação às sanções, Ostrom (2000) notou que os grupos geralmente usam pequenas sanções para indivíduos que geralmente não quebram as regras, pois permitem algumas exceções. Se o indivíduo infringiu mais do que uma vez alguma regra, aplicam-se sanções mais modestas, como o pagamento de alguma multa. Infrações repetidas são sancionadas de maneira mais severa, e, eventualmente, possibilita a exclusão daquele participante da utilização do recurso.

As regras que possuem sanções atreladas a elas fazem com que sejam reforçados os compromissos e podem aumentar a segurança dos participantes em saber que os outros também irão manter seus compromissos. Algumas vezes, a própria consciência do participante em saber que o restante do grupo sabe que infringiu alguma regra já é uma punição suficiente, pois isto abalaria sua reputação enquanto um bom membro do grupo.

Ostrom (2000) fala que existem normas que são internalizadas, existindo, para estas, uma sanção interna como vergonha, culpa, diminuição da autoestima e autoexclusão. Já nas

---

[18] *Free rider* (carona) é o termo utilizado nas teorias que analisam a ação coletiva para se referir ao membro da comunidade que não colabora para a manutenção de um bem comum, mas acaba por se beneficiar ou usufruir de benefícios provenientes deste bem.

normas que são compartilhadas, a sanção vem dos outros e, em muitos momentos, os indivíduos acabam por internalizar as normas compartilhadas, gerando sanções dobradas (e, por consequência, pagando por seus custos duas vezes: uma sanção social e outra moral). Da mesma forma, o indivíduo que identifica um infrator de regras ganha status e prestígio por ser um protetor do recurso.

Em relação à supervisão mútua é importante refletir sobre as dificuldades em monitorar as ações dos outros participantes, já que não se torna simples que algum indivíduo aponte a falha no outro apenas para aumentar sua reputação. Ostrom (2000) ainda expõe que há regras que não podem ser impostas porque não há ninguém controlando o cumprimento delas.

Isto aponta para problemas na supervisão mútua, pois se os integrantes do grupo não supervisionarem o cumprimento de regras, a confiança poderá estar comprometida e, assim, toda a autogestão poderá ficar suscetível a problemas. Além disso, é difícil que algum indivíduo esteja disposto a supervisionar, uma vez que a supervisão levaria à sanção de algum outro membro do grupo e isto poderia comprometer a relação entre o supervisor e aquele que foi supervisionado.

Além destes aspectos, a interdependência do grupo também importa. Para Ostrom (2000) a ação de um indivíduo afeta todos os demais, desta forma é desejável que o grupo aja de forma interdependente, porque a ação independente pode prejudicar o restante do grupo.

Outro aspecto importante que foi observado por Ostrom (2000, p.298) é a presença de participantes com uma liderança substancial e a semelhança de interesses no grupo, que fortalece a ação coletiva.

As pesquisas de Ostrom deixam claro que muitos dos acordos institucionais que foram utilizados nos casos exitosos citados nestes estudos são exemplos de que há, pelo menos, um nível mínimo de solução por parte dos usuários dos recursos comuns. Isto não quer dizer que estes casos possam ser generalizados nem que a não participação efetiva de autoridades externas seria a solução para todos os males da gestão de recursos comuns. A principal contribuição destas pesquisas está em identificar quando é mais provável que os apropriadores que compartilham recursos se auto-organizem de maneira eficaz e quando é mais provável que fracassem. (OSTROM, 2000, p.291).

Há, assim, problemas a serem enfrentados e que devem fazer parte das análises sobre recursos comuns, identificados pela própria autora como, por exemplo, superestimar ou subestimar a capacidade de carga do recurso e também o sistema de supervisão, que está sujeito a falhas.

Vieira (2014) pondera ao identificar o que chama de “pontos cegos” na teoria de Ostrom e, de forma mais geral, nas análises da abordagem neoinstitucionalista sobre os bens comuns, particularmente no que diz respeito às relações entre atores mercantis e não-mercantis, às relações de poder e à questão de escala.

> Algo que a teoria de Ostrom caracterizaria como um bem comum com potencial de sucesso pode não ser uma força de resistência a mercantilização e ao neoliberalismo, e pode chegar até a reforçar esses dois processos; a teoria, porém, não é capaz de equacionar adequadamente os problemas e consequências que esses processos acarretam (no interior do próprio bem comum ou de forma sistêmica). (VIEIRA, 2014, p.147).

Como exemplo, Vieira (2014) cita o caso de direitos de autoria detido pelo conglomerado de mídia e entretenimento Disney, que veda judicialmente qualquer uso deste bem intelectual a qualquer indivíduo ou empresa que não faça parte deste conglomerado.

Da mesma forma se analisa este aspecto no turismo rural. Por exemplo, um recurso natural, como a cachoeira já mencionada anteriormente, por estar dentro de terras privadas não pode ser usufruída por pessoas que não façam parte daquela propriedade ou que não possam pagar o valor do ingresso cobrado para visitação, já que, frequentemente, os recursos privados são acessíveis, no turismo, mediante pagamento de ingresso.

> Os bens comuns podem assumir formas “desviadas”, no sentido de que reforçam e ampliam a mercantilização (e a privatização, e a desigualdade social); e embora a teoria neoinstitucionalista possa dizer se um bem comum como esse tem ou não o potencial de ser duradouro (verificando se ele manifesta ou não os *design principles*), ela não é capaz de identificar esse favorecimento a mercantilização, nem de ponderar as conseqüências negativas que ele pode acarretar. (VIEIRA, 2014, p.149).

A análise deste autor pondera que a utilização de bens comuns por determinado grupo de indivíduos pode acentuar ou perpetuar desigualdades já existentes. No caso de um roteiro de turismo rural, a formação daquele bem comum (o roteiro turístico em si) só é possível mediante a utilização de propriedade privada (assim como a propriedade pública e a propriedade comum) e, para isto, integra o grupo quem possui propriedade privada ou quem possui força de trabalho (como funcionários contratados pelas propriedades, guias de turismo, artesãos) – o que todos podem ter.

Ocorre que depois de formado o grupo e formatado o roteiro, cria-se um processo de exclusão, uma vez que o próprio grupo se fecha, principalmente porque o circuito formado por um roteiro não costuma ser muito grande e não costuma aglomerar muitas propriedades.

Ainda, os agricultores integrantes do roteiro turístico criado, se utilizam de um “retalho” da história local, retalho este do qual fazem parte, mas se apropriaram de tal forma que muitas vezes não levam em conta que outros atores locais também fazem parte desta mesma história e que poderiam integrar este pequeno grupo.

No turismo rural se percebe que este processo de exclusão de membros de uma mesma comunidade em participar da prática turística muitas vezes se dá, talvez, porque existem elementos culturais, simbólicos e de conhecimento que são bastante desiguais na sociedade e talvez isto faça com que muitos agricultores que tenham interesse em participar do turismo acabam por não se colocar como parte do processo. Isto também pode explicar o porquê de muitos agricultores com potencial para a inserção no turismo não queiram se envolver nesta atividade. São visões diferentes sobre o mesmo objeto, são percepções diferentes sobre o mundo, sobre a sociedade e sobre o mercado.

Vieira (2014) percebe outro ponto que a teoria neoinstitucional não dá conta ao analisar os bens comuns: o fato de existirem bens que de alguma forma são nocivos ou incompatíveis com a existência de outros bens comuns, o que chama de bens comuns “predatórios”. Para que um roteiro de turismo rural exista e traga benefícios localizados, é necessário, muitas vezes, danificar outro bem comum.

Este raciocínio não pode ser levado ao limite sob o risco de recusa de qualquer atividade turística, mas, os bens comuns construídos e utilizados no turismo podem trazer consigo custos ambientais, sociais e culturais impactantes e que talvez não sejam percebidos pelas comunidades detentoras destes bens nem pelos turistas consumidores destes serviços. “É necessário tentar mitigar essas consequências e tomá-las em conta quando ponderamos o valor estratégico desses bens comuns.” (VIEIRA, 2014, p.151).

A teoria da ação coletiva pode explicar o porquê de algumas comunidades conseguirem gerir seus recursos de forma eficaz e outras não (a saber, porque existem alguns elementos que levam a esta autogestão eficaz, como visto anteriormente). Apesar desta explicação, os questionamentos em relação às razões sobre o trabalho coletivo seguem, como, por exemplo: qual a origem ou a motivação destes indivíduos em estabelecer regras, em obter informações sobre o recurso, em manter uma perspectiva de longo prazo? Por que alguns indivíduos trabalham com estes elementos?

Ostrom (2000) explica que a gestão dos recursos comuns relaciona-se com a noção de interação social que, por sua vez, está relacionada ao conceito de confiança. A confiança seria a chave para explicar a cooperação, uma vez que os indivíduos tendem a cooperar se

observarem que os outros membros do grupo também estão cooperando ou que estes outros membros tendem a cooperar no futuro.

Assim, a reputação dos indivíduos afetaria diretamente a pré-disposição dos demais em cooperar e em utilizar normas recíprocas (como se dissessem: "eu te ajudo porque confio que tu me ajudarás"). Para Ostrom a cooperação está na inversão que os demais fazem em saber se o outro também possui reputação confiável (no sentido de como os outros percebem as ações de um indivíduo e como ele é visto pela sociedade) e a probabilidade de que os demais usuários usarão normas recíprocas, como uma probabilidade de os outros agirem de forma igual e não desequilibrada. Estes três conceitos: confiança, reputação e reciprocidade estariam no cerne da teoria da ação coletiva de Ostrom.

Os laços sociais, de parentesco, de vizinhança ou de amizade, podem reforçar esta interação e gerar confiança:

> A interação repetida entre indivíduos, um sinal de rede sólida e uma forma importante de capital social, fornece-lhes incentivos para a criação de uma reputação de confiabilidade. Nestas circunstâncias, até mesmo pessoas muito egoístas, provavelmente, não irão trair a pessoa em quem confiam. (OSTROM, AHN, 2003, p.183, tradução nossa).

Continuando com a explicação sobre as formas da ação coletiva, cabe a reflexão: os indivíduos que trabalham com os princípios comuns (*design principles*) confiam uns nos outros porque observam a reputação dos demais para saber se os outros agirão com reciprocidade. Sendo assim, a reciprocidade seria o princípio da confiança, que por sua vez geraria cooperação, que por sua vez induziria os *design principles.*

Se este raciocínio é pertinente, então, é necessário que se entenda o que é reciprocidade e como ela se dá.

## 2.2 A Reciprocidade como lógica socioeconômica

A reciprocidade como conceito vem sendo estudada, principalmente, a partir da identificação da existência da tríplice obrigação de *dar, receber e retribuir*, na obra "Ensaio sobre a Dádiva", do antropólogo Marcel Mauss (1925/2011). Atualmente, as publicações do sociólogo Eric Sabourin (2009a, 2010, 2011a) têm sido utilizadas como referências sobre o tema por apresentar diversas pesquisas sobre as relações de reciprocidade[19] e os valores que

[19] Entre Mauss e Sabourin está uma relação extensa de autores que conduziram estudos sobre Reciprocidade. Para uma leitura mais completa sobre teóricos que trabalharam com o tema pode-se consultar as obras de Dominique Temple (1997) e de Eric Sabourin (2011a). Na presente tese, ao invés de realizar uma pesquisa

estas relações geram, em comunidades rurais da América Latina, da Europa, da Oceania e da África.

De maneira sucinta se pode dizer que a reciprocidade está diretamente relacionada à solidariedade, a preocupação com o outro e a necessidade de se equilibrar uma relação social. Sabourin (2003, p.1) a define como "a dinâmica de dádiva e de redistribuição criadora de sociabilidade, de vínculo social".

Os estudos sobre reciprocidade enquanto lógica econômica constituem a Teoria da Reciprocidade, que atesta que há uma lógica vivida por diversas comunidades em que a relação econômica entre duas ou mais pessoas se dá levando em consideração o outro e suas necessidades e não apenas o aspecto material estabelecido. Esta seria uma lógica que privilegia o laço social, os valores e os sentimentos em detrimento do objeto e a torna, assim, uma relação econômica movida por humanidade e por sociabilidade.

O que torna a Teoria da Reciprocidade interessante, principalmente do ponto de vista do desenvolvimento rural, é que esta teoria atesta que existem outras formas de relações econômicas na vida em sociedade, diferentemente do que vem sendo proposto em muitos projetos de desenvolvimento que acabam por propor medidas que promovam apenas a concorrência que visa lucro financeiro.

Com o olhar mais direcionado ao intercâmbio mercantil, as sociedades ocidentais parecem concordar entre si com a noção de que esta, a troca mercantil, é a forma mais desenvolvida das prestações econômicas humanas, apesar de existir iniciativas econômicas que levem em conta princípios morais e valores éticos e comunidades que desenvolvam certa autonomia em relação aos mercados (conforme atestam os próprios estudos sobre reciprocidade).

A lógica do intercâmbio (ou da troca mercantil) expressa uma relação econômica em que não há nada além de coisas que são intercambiadas e o único objetivo das relações econômicas é atingir a acumulação de bens e de capital. Esta lógica, atualmente, parece dominar diversos aspectos da vida em sociedade, mercantilizando muito das relações sociais e fazendo com que muitas das práticas que existiram há séculos e que regeram por muito tempo as relações econômicas sejam sobrepostas pelo mercado de troca. (SABOURIN, 2011a).

Estas práticas que sempre existiram (e que ainda existem), resgatadas a partir do olhar pela lógica da dádiva e da reciprocidade, são práticas econômicas e sociais dadas nas relações

---

histórica sobre publicações já realizadas sobre Reciprocidade, optou-se por priorizar as obras destes autores, além de uma leitura geral - e obrigatória – da obra de Marcel Mauss, pois são autores que realizaram este trabalho com maestria e confiabilidade.

familiares, nas relações entre homem e natureza, nas relações entre gerações, ente vizinhos e entre comunidades mediante antigas, mas também renovadas, formas de cooperação (PLOEG, 2011).

Ploeg (2011) aponta que parte da resiliência da agricultura familiar traduz a existência de relações que não são mercantis, mas sim recíprocas, e que, apesar de transformadas e ressignificadas, não desapareceram como se supunha. Estas relações de reciprocidade poderiam contrapor algumas características da evolução neoliberal vivenciada atualmente, opondo a concorrência e a competitividade que buscam lucro financeiro individualista, em detrimento de relações sociais éticas.

As duas lógicas (do intercâmbio e da reciprocidade) podem ser encontradas em todas as civilizações e, na maior parte das vezes, coexistem: "intercâmbio e reciprocidade constituem dois modelos teóricos "ideais" correspondendo a dois princípios econômicos que coexistem hoje, na maioria das sociedades rurais, gerando, por vezes complementaridades e, mais geralmente, tensões." (SABOURIN, 2003, p.2).

Mas em que consiste a reciprocidade enquanto lógica econômica? No que ela difere da troca? Como as relações sociais e econômicas podem ser analisadas a partir desta lógica? Quais são as complementaridades e as tensões que geram?

Inicialmente é importante definir o que se entende por troca. Para os economistas a troca seria uma forma de monetarização do escambo (SABOURIN, 2011a): eu te dou um objeto (ou serviço) e tu me dás um valor monetário previamente acordado como correspondente ao objeto entregue. Com a troca, basta permutar o objeto pelo valor monetário correspondente e as partes se dariam por satisfeitas. Para a antropologia e para a sociologia a troca também é apenas uma permuta de bens e serviços entre pessoas.

Cabe ressaltar que as relações de troca não geram vínculo ou sentimento entre as pessoas que a realizam, a não ser, eventualmente, a satisfação, tanto para aquele que adquiriu o bem ou serviço quanto para aquele que recebeu pela venda. Por não gerar vínculo afetivo a troca se torna uma forma de satisfazer um interesse privado para a acumulação individual do lucro, privilegiando as próprias necessidades no lugar das necessidades do outro. (TEMPLE, 1997).

Esta lógica econômica que prioriza valores materiais individuais acaba por incentivar a exploração do homem pelo homem, produzindo processos de exclusão social e de distanciamento de valores sociais éticos, do modo apontado na crítica marxista à alienação do intercâmbio capitalista. (SABOURIN, 2003).

Ocorre que existem sociedades que não baseiam suas práticas econômicas apenas na troca. Estas sociedades parecem não ser organizadas pelo princípio do lucro pelo lucro e mostram ter conseguido manter ou recriar as práticas que eram cotidianas para seus antepassados. Tais práticas, mesmo sendo econômicas, privilegiam o interesse pelo outro e geram valores como respeito, amizade e confiança. Assim, estas práticas são também sociais porque são dadas na relação com o outro, o que as leva a compreendê-las como práticas socioeconômicas.

Para as sociedades ocidentais a reciprocidade é interpretada como uma forma de intercâmbio realizado pelas sociedades antigas onde tudo ganharia algum valor que pudesse ser intercambiado, entretanto, na relação de reciprocidade a coisa é secundária, porque o que interessa é o laço social, são os valores gerados. (SABOURIN 2011a). Também não se pode dizer que a reciprocidade é uma forma de intercâmbio arcaico, porque os dois, reciprocidade e intercâmbio, correspondem a dois princípios diferentes.

> A troca é motivada pelo interesse que atribuímos às coisas por elas mesmas ou pelo seu valor simbólico. Ela é submetida à possessão senão à acumulação. Outra é a dádiva recíproca na qual o ato permanece prioritário sobre a coisa [...]. Mas a troca é, às vezes, dita recíproca porque ela satisfaz o interesse de cada parceiro. Em que ela difere, portanto, da reciprocidade? **A reciprocidade implica a preocupação pelo outro, quer dizer, valores afetivos, tais como a paz, a confiança, a amizade, a compreensão mútua.** A troca utiliza esses primeiros valores humanos para fazer a economia da violência. A troca é uma relação de interesses, mas que supõe uma reciprocidade mínima. (TEMPLE, 1997a, p.106, *apud* SABOURIN, 2011a, grifo nosso).

As relações de troca, que estão relacionadas ao que se chama de Economia do Intercâmbio, tendem a produzir valores de uso e valores de troca, já a Economia da Reciprocidade tende a produzir valores humanos e são estes valores humanos que permitiram a continuação das relações de reciprocidade.

Para Sabourin (2011a) a teoria da reciprocidade pode fornecer ferramentas teóricas que permitam olhar de outra forma para as práticas econômicas e também pode instrumentalizar pesquisadores e comunidades na percepção (e possível valorização) de princípios e atitudes mais humanas e integradoras.

Importa salientar que a existência desta lógica da reciprocidade não nega a existência da lógica da troca mercantil. O que ocorre é que estas duas lógicas são mais ou menos desenvolvidas de acordo com as prioridades humanas: privilegiar o interesse privado que gere processos de economia de intercâmbio ou privilegiar valores humanos para que se configure uma economia de reciprocidade. (SABOURIN, 2011a).

A reciprocidade seria, então, a dinâmica de dádiva e de redistribuição[20] que cria sociabilidade (SABOURIN, 2003) e estaria atrelada a tríplice obrigação de dar, de receber e de retribuir, identificada por Mauss (2011).

A principal obra de Mauss trata de estudos com povoados da América do Norte e do Pacífico, buscando entender "qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa que se dá que faz com que o donatário a retribua?." (MAUSS, 2011, p.56).

Mauss (2011) percebeu que o ato de receber uma dádiva cria uma obrigação moral em quem recebe e isto faz com que seja necessário retribuir quem a deu. Esta retribuição não necessita estar em conformidade com a primeira dádiva porque o que está em jogo não é tanto o objeto ou o serviço dado, mas o ato de dar, o ato de receber e o ato de retribuir, que estão vinculados de maneira definitiva e formam o que o autor chama de tríplice obrigação.

Na tríplice obrigação se percebe a criação do vínculo social, porque, se o que motiva a retribuição não é o objeto dado, é, então, algo imaterial que entrelaça doador e donatário. "O vínculo de direito, ligação pelas coisas, é uma ligação de almas, porque a própria coisa tem uma alma." (MAUSS, 2011, p.70). Esta citação expressa a importância atribuída a dádiva recebida justamente porque a dádiva é a expressão do interesse na relação, ela mostra o interesse pelo outro. Isto cria a necessidade de retribuição, de retribuir para que os sentimentos fiquem equilibrados entre as duas partes.

> Compreende-se clara e logicamente, neste sistema de ideias, que seja necessário retribuir a outrem aquilo que é, na realidade, parcela da sua natureza e substância; **porque aceitar qualquer coisa de alguém é aceitar qualquer coisa da sua essência espiritual, da sua alma**; a conservação dessa coisa seria perigosa e mortal, e isso não apenas porque seria ilícita, mas também porque essa coisa que vem da pessoa, não apenas moralmente, mas física e espiritualmente, em essência, esse alimento, esses bens, móveis ou imóveis, essas mulheres ou esses descendentes, esses ritos ou essas comunhões, tem poder mágico e religiosos sobre vós. Enfim, **essa coisa dada não é uma coisa inerte**. Animada, frequentemente individualizada, ela tende a entrar naquilo a que Hertz chamava o seu 'lar de origem' ou a produzir, para o clã e o solo donde saiu, um equivalente que a substitua. (MAUSS, 2011, p.70, grifo nosso).

É como se os bens materiais tivessem uma alma ou levassem consigo a alma de quem o doou, como se fosse algo animado que precisasse ser cuidado e respeitado. Isto implicaria

[20] Como redistribuição se pode citar as pastagens comuns, as reservas comunitárias de água, entre outros, que são formas de produção socialmente motivadas.

na responsabilidade de receber, porque quem recebe tem igualmente uma obrigação: assim como a obrigação de retribuir, há a obrigação de receber.

Neste aspecto, por ser a dádiva criadora de vínculo social, não se pode negar a dar ou negar a recebê-la porque isto equivaleria a declarar guerra com a outra parte, já que, negando uma dádiva, nega-se a aliança e a comunhão. Temple (2003) fala que o clã, a família ou o hóspede não estão livres para não receber os presentes e a hospitalidade que se dá.

> Estas três obrigações são, realmente, as diversas operações de uma única estrutura, uma vez que nenhum deles faz sentido sem os outros dois. Para que o presente seja um presente, esse dom precisa ser recebido pelo outro, senão o dom não teria sentido. Dar não existe sem receber. Mas quem recebe não aceitaria receber se tivesse que perder a face. Somente recebe com a condição de poder devolver. Não pode conceber-se receber sem devolver. (TEMPLE, 2003, s/p).

Assim, há obrigação moral em receber e em retribuir, porque nenhuma das partes quer "perder sua alma" e seu prestígio somente recebendo. Receber uma dádiva está relacionado a ser menor, a se fazer escravo de quem deu. Compreende-se, então, que cada um queira dar para que possa manter sua honra e seu prestígio e queira, também, retribuir, para que se equilibre a relação.

Se a retribuição não ocorre cria-se um desequilíbrio no ciclo da dádiva que pode causar superioridade de um sobre o outro ou, ainda, a necessidade de vingança, por isto, a obrigação de retribuir é importante para que se complete o rito positivo de dádivas.

Em relação a retribuição, é fato que há expectativa de retorno da dádiva, mas ela não é contratual e sim moralmente e socialmente esperada. Ela é incentivada pela pressão social e por normas morais (SABOURIN, 2006). Esta retribuição não necessita (e muitas vezes não consegue) ser imediata, nem ser diretamente feita a quem deu, pode ser que a dádiva seja retribuída anos depois ou até as gerações futuras. A dádiva também pode ser retribuída por um gesto de amizade ou pelo auxílio ao outro em momento de dificuldades. (SABOURIN, 2006).

A riqueza na análise de Mauss (2011) também está na percepção que as sociedades modernas (referindo-se às sociedades dos anos 1925, quando publicou a primeira edição da obra "Ensaio sobre a dádiva") se dizem evoluídas, mas não percebem que sua atuação social e econômica está relacionada ao passado e nele se constitui. As civilizações antigas mantinham outras formas de compra, de venda e outras regras para determinar seus contratos, regras estas que tinham pouco de econômicas e muito de culturais e de sociais. A existência destes "outros" mercados gerou práticas que ainda são percebidas, hoje, na agricultura familiar.

Assim, pode-se dizer que a sociedade atual ainda mantém na economia, mesmo que minimamente, práticas em que se trocam dádivas, em que a tríplice obrigação se faz presente e é este olhar que pode auxiliar na compreensão do objeto de estudo desta tese.

> E como haveremos de verificar que esta moral e esta economia funcionam ainda nas nossas sociedades de maneira constante e por assim dizer subjacente, como **cremos ter encontrado aqui um dos rochedos humanos sobre os quais estão construídas as nossas sociedades**, poderemos a partir daí deduzir algumas conclusões morais sobre determinados problemas colocados pela crise do nosso direito e pela crise da nossa economia. (MAUSS, 2011, p.57, grifo nosso).

A atualidade destas relações é percebida na economia, na política e em outros campos da sociedade contemporânea, pois "é possível estender estas observações às nossas próprias sociedades" (MAUSS, 2011, p.195). Para exemplificar, Mauss (2011) explica o processo de retribuição por parte do Estado que se torna recíproco a partir da legislação de seguridade social. Neste caso, o trabalhador deu a sua vida e o seu trabalho à coletividade e aos seus chefes e, por isto, os beneficiários do trabalho deste indivíduo não estão quites para com ele através do pagamento do seu salário, apenas. Sendo assim, o próprio Estado, representando a comunidade, lhe deve uma retribuição (juntamente com suas próprias contribuições e com os pagamentos de seus chefes), traduzida em benefícios que lhe protegerão em caso de desemprego ou na velhice.

Outro aspecto importante na Teoria da Reciprocidade é a produção material que as dádivas geram. Para ser doador, é interessante que a dádiva não somente se iguale aos bens que o outro deu, mas que possa incrementá-los. Isto, segundo Temple (2003), pode conduzir a uma concorrência comparável a concorrência do intercâmbio mercantil. Para o autor, ambas são forças que impulsionam o crescimento, mas esta concorrência, para a economia do intercâmbio, tem por objetivo a ganância, enquanto para a dádiva, tem por objetivo o prestígio.

Apesar disto, para que existam dádivas é necessário que elas sejam produzidas, portanto, o próprio ciclo de dádivas é um motor de produção:

> A lógica da reciprocidade pode constituir um motor da produção, e de uma produção de excedentes, tão poderosos como aquele da lógica da troca para a acumulação do lucro. Contudo, as relações de reciprocidade geram valores humanos que garantem modos de regulação capazes de estabelecer justiça e contra poderes podendo limitar os excessos, assim como foram propostas modalidades de regulação dos excessos do livre mercado. (SABOURIN, 2011a, p. 57).

Apesar da teoria da reciprocidade prever que a reciprocidade pode gerar valores que regulem a acumulação de lucro e a geração de concorrência, percebe-se uma linha tênue entre a produção para a lógica da reciprocidade e a produção para a lógica da troca mercantil. Este estreito caminho que delineia uma e outra lógica, embora interessante, não é de fácil identificação, como bem constatou Sabourin (2011a).

A pertinência da Teoria da Reciprocidade para a compreensão de práticas socioeconômicas que se dão no turismo rural se dá justamente na percepção de que existem outras formas de relações econômicas, não somente as que estão inseridas no mercado de troca capitalista.

### 2.2.1 Do material ao simbólico: origens e formas de reciprocidade

Foi Dominique Temple (1983), quem sistematizou as diferentes estruturas, formas e níveis de reciprocidade, a partir de Mauss, Levi-Strauss e Lupasco, entretanto, foi Eric Sabourin (2011a) quem traduziu para o português a Teoria da Reciprocidade e a aplicou à realidade rural brasileira.

Sabourin (2011a) estudou ao longo de mais de 30 anos comunidades indígenas e camponesas em Guiné Bissau, em Angola, na Nova Caledônia, no Peru e no Brasil (no Nordeste e na Amazônia), a partir de outra leitura das relações econômicas, uma leitura que enfatiza a existência de uma agricultura familiar (e/ou camponesa) que mantém atualmente uma lógica que associa práticas mercantis e práticas de reciprocidade.

A reciprocidade pode ocorrer de diversas formas, em diferentes planos e gerar diferentes sentimentos. (TEMPLE, 1997; SABOURIN, 2011a). Estas relações de reciprocidade podem envolver duas ou mais pessoas ou até mesmo comprometer gerações a partir de uma dádiva. Algumas destas relações podem ser pertinentes para explicar as práticas de turismo rural em Morro Azul.

As comunidades que trabalham dentro da lógica da reciprocidade podem a mobilizar tanto em ações que traduzam aspectos materiais (a que Sabourin chama de plano do real), quanto na base da linguagem, da palavra, marcadas por ritos e costumes (a que chama, concordando com Temple, de plano do simbólico e do imaginário).

Estas relações de reciprocidade podem ser percebidas tanto em comunidades tradicionais quanto em sociedades modernas. Quando os indivíduos praticam rituais religiosos de oferendas, por exemplo, estão propondo uma relação recíproca de dádivas com seus deuses, de quem recebem alguma dádiva e a quem retribuem com comidas, rezas e cantos,

fechando um ciclo de dar (neste caso, quem dá é o ser superior que dá alguma bênção), receber e retribuir (por parte do ritualista). Estes rituais, muitas vezes, são recriados para constituir alguma identidade ou para expressar práticas realizadas por antepassados e inseri-las no mercado do turismo, por exemplo.

Também a relação entre homem e natureza pode se configurar em uma relação de reciprocidade. Ploeg (2011) percebeu uma relação de reciprocidade entre camponeses andinos e a natureza que os circunda, pelos cuidados que dispensam a terra. "Neste contexto, torna-se quase evidente dizer, por exemplo, que 'este pedaço de terra é grato' (pelos cuidados que recebeu) e que, consequentemente, 'ela (a terra é notadamente feminina) é generosa' (ou seja, disposta a dar de volta)." (PLOEG, 2011, p.11). A relação recíproca está na generosidade da terra em devolver, dando o alimento a quem cuidou dela: o agricultor.

No plano do material as relações de reciprocidade podem se dar de diversas formas. Enquanto geradora de vínculo social pode se configurar no que Temple (1997) chama de reciprocidade cara a cara, que é uma das formas de reciprocidade que se dá entre duas ou mais pessoas, de forma direta. Sabourin (2011a) procurou explicar essa estrutura de reciprocidade em várias situações, como, por exemplo, na ajuda mútua agrícola:

> Em todas as sociedades rurais no mundo, existe um termo específico para a ajuda mútua: *coubiage* em patoó do Poitou (França), *juntamão*, em crioulo de Guiné Bissau, *n'catoa fungha quisif* para os rizicultores balantas do mesmo país, *Tiwi*, *waké* ou *Tapai* em língua canaca-xaraaçu da Nova Caledônia, *ipaamuu*, para os jivaros (Peru e Equador), *mitka*, *minka* e *ayni* nas comunidades camponesas quíchua, dos Andes, *mutirão* no Brasil. (SABOURIN, 2003, p. 7).

No Brasil, o mutirão como forma de ajuda mútua é o termo utilizado para designar o trabalho coletivo para construção de algum equipamento comum, como a manutenção de estradas, o auxílio para a construção de escolas e de igrejas, por exemplo; ou pode designar ajuda para o trabalho que beneficie alguma família da comunidade, principalmente para trabalhos mais penosos. Geralmente os mutirões estão associados a comida e bebida, como uma forma de agradecimento a quem ajudou e um modo para motivar a ajuda recíproca (SABOURIN, 2003).

Esta forma de reciprocidade pode gerar um sentimento de amizade entre grupos, famílias ou indivíduos. Também pode gerar participação, confiança, união, solidariedade e pertencimento, que são sentimentos positivos. Apesar disto, existe a possibilidade de serem gerados outros sentimentos, como a inveja e o ciúme, que fazem parte do que Sabourin (2011a) e Temple (1997) chamam de reciprocidade negativa, que será analisada mais adiante.

As práticas de ajuda mútua também podem evoluir para uma monetarização à medida que o tempo de trabalho, ao invés de ser doado sem interesse financeiro, passa a ser contado ou pago através da remuneração por diárias. Sabourin (2003) analisa que esta forma de ajuda pode ser percebida como uma forma de intercâmbio monetário, porque é um tipo de trabalho assalariado. Da mesma forma há agricultores que pagam um diarista para ajudar no mutirão ao invés de assumirem o trabalho diretamente, assim, apesar de cumprirem com a obrigação material estes agricultores não cumprem com o dever social, uma vez que ele próprio deveria estar auxiliando na prestação.

Sabourin (2011, p. 120) afirma não perceber significativa perda na produção de sentimentos e valores éticos, nem a evolução das relações de reciprocidade para relações de troca mercantil, pois, segundo ele, “Quando a estrutura de reciprocidade é forte o suficiente, a monetarização da ajuda mútua não significa necessariamente uma mercantilização do trabalho”.

Estas percepções indicam que podem ocorrer casos em que a ajuda mútua evolua para uma perda de valores e para um direcionamento à troca mercantil, mas também podem ocorrer casos em que os valores e sentimentos éticos continuem a ser produzidos. Assim, ocorreria uma mistura das duas lógicas e o que diferenciaria os dois casos seria justamente a geração de valores éticos.

A reciprocidade também está representada nas relações de compadrio, quando duas famílias que não possuem laços de parentesco acabam por criar um laço definitivo a partir do apadrinhamento dos filhos. O apadrinhamento é a busca pelo estreitamento do laço social, do vínculo afetivo, do agradecimento de uma família a outra. O convite para o apadrinhamento de um filho é uma forma de agradecimento a uma dádiva recebida, dando os cuidados do filho como uma retribuição.

Outra forma de reciprocidade é a hospitalidade, que é uma das primeiras formas universais de reciprocidade e constitui uma estrutura base para a reciprocidade. (SABOURIN, 2011a). O bem receber é uma forma de dádiva e aceitar a hospitalidade faz parte da tríplice obrigação (dar, receber e retribuir). A retribuição, neste caso, pode ser feita a outros ou pode ser feito mediante a prestação de serviços ao dono da casa.

Esta forma de reciprocidade interessa ao estudo do turismo rural porque a partir do momento em que um agricultor recebe um visitante em sua casa, muitas vezes, inicia-se um processo que está dentro da tríplice obrigação de dar, receber e retribuir.

Ao dar abrigo, comida ou acolhida, o agricultor/doador, apesar de receber um valor monetário por isto, se dispõe a um processo maior do que a simples prestação de serviço. Ele

está propondo oferecer ao visitante/recebedor suas histórias, a mostrar sua vida cotidiana e a envolver sua própria família neste processo.

Como retribuição, o visitante/retribuidor, lhe dará, além do pagamento financeiro, seu interesse em ouvir e conhecer, que pode ser fonte de prestígio e de fama, uma vez que outras pessoas irão saber o quão hospitaleiro este agricultor é. Além disto, este processo propõe a criação de vínculo social que pode, muitas vezes, gerar amizade e criar laços permanentes entre as partes. Não é incomum que o visitante retorne tantas vezes à propriedade rural que acabe por se tornar amigo do agricultor e de sua família.

Assim como na hospitalidade, nas festas comunitárias também podem ser identificados laços sociais que se originam das relações de reciprocidade. Temple (2003) analisa que algumas festas são mais do que eventos celebrados por parceiros ou parentes, são festas que geram sentimentos de pertença a um determinado grupo, etnia, nação ou civilização, mas também podem gerar rivalidade em relação à qualidade do trabalho prestado pelo outro ou ostentação por parte de quem oferece a festa.

A gestão de recursos comuns, discutida no capítulo anterior, é uma forma de reciprocidade coletiva chamada de compartilhamento e pode gerar senso de pertença e de confiança. “O sentimento de pertencer a um todo é muito forte e aparece de forma espontânea na maioria dos depoimentos de camponeses, associado a uma noção de unidade, de solidariedade, de força e de vida do ser coletivo ou comunitário.” (SABOURIN, 2011b, p.38). O que é feito em conjunto, o que pertence ao grupo, cria este sentimento de unidade, diferentemente do que é imposto externamente ou o que provém de algo externo ao grupo.

No turismo rural este aspecto é determinante para que haja continuidade das iniciativas, dos projetos e dos roteiros. É comum na literatura encontrar casos de sucesso em comunidades que construíram por si próprios os caminhos para o trabalho com turismo. De outra forma, os projetos que foram construídos verticalmente, quer seja por iniciativas públicas quer seja por grandes investimentos privados, tendem a ter maiores dificuldades em se manter ao longo do tempo por falta de engajamento comunitário, justamente porque nem sempre conseguem gerar sentimentos de pertencimento e de confiança entre os participantes. (BARRETTO, 2005; SCÓTOLO, NETTO, 2015; KRIPPENDORF, 2009).

A atualidade das relações de reciprocidade pode ser percebida também na participação em associações de produtores já que a integração ao mercado exige que as comunidades rurais criem novas estruturas de organização e estas novas estruturas, para os agricultores familiares, geralmente ocorrem sem que pretendam abandonar os valores e as práticas de reciprocidade. (SABOURIN, 2003). Assim, a organização de instituições como associações de produtores

podem mobilizar práticas de reciprocidade e gerar valores éticos, uma vez que os associados estão trabalhando para um bem comum.

Apesar disto, podem ser criados problemas na existência destas instituições porque os novos modelos de organização geralmente são concebidos dentro do princípio do intercâmbio que gera concorrência e competição. (SABOURIN, 2003). Desta forma o equilíbrio entre os dois sistemas torna-se um desafio para as comunidades rurais.

Estas são estruturas simétricas porque tanto um quanto outro indivíduo, ou grupos, se dão dádivas equivalentes. Sendo uma relação simétrica, podem gerar amizade entre as partes porque se cria uma relação igual de preocupação com o outro, de valorização do outro e da própria relação. Nota-se que estas relações se dão tanto de pessoa para pessoa (com no caso do compadrio) quanto entre famílias (nas relações de casamento, em que duas famílias se envolvem) ou grupos (no caso, por exemplo, das associações de produtores).

Apesar de muitas vezes gerar sentimentos positivos, a reciprocidade nem sempre ocorre de forma igualitária porque a devolução da dádiva nem sempre está equilibrada com a primeira. Ela pode gerar certa competição entre as partes, uma vez que cada lado pode querer dar mais que o outro. Para Sabourin (2003) este tipo de reciprocidade pode ser fonte de autoridade e poder, que conferem prestígio do doador perante a comunidade a que faz parte, como no *potlach*[21] citado por Mauss.

Pode ocorrer também de a reciprocidade cara a cara gerar submissão do outro, principalmente quando os dois lados (quem dá e quem recebe) são de classes econômicas diferentes. Chama-se, assim, de reciprocidade assimétrica ou negativa. (SABOURIN, 2011a).

O objetivo desta relação assimétrica é o de restabelecer o equilíbrio quando há algum excesso, “este último abre um ‘vazio’ que o ‘recebedor’ tem, absolutamente, que chegar sob pena da maior humilhação: se devolve o mal com mal, tal como um presente por um presente ou uma mulher por outra.” (TEMPLE, 2003).

---

[21] O *potlatch* consiste em uma cerimônia praticada entre tribos indígenas da América do Norte e também na Melanésia. Trata-se de um festejo religioso em que alguém é homenageado, geralmente oferecendo-se um banquete seguido pela renúncia a todos os bens materiais acumulados pelo homenageado. Estes bens devem ser entregues a parentes e amigos presentes no rito. A expectativa do homenageado é receber presentes também daqueles para os quais deu seus bens, quando ocorrer o *potlatch* destes. A própria palavra *potlatch*, significa “alimentar” e “consumir”. (MAUSS, 2011, p.59). É uma forma de prestação alimentar que envolve dádiva e alimento. A qualidade dos bens dados como presente são sinais do prestígio do homenageado. Originalmente este rito ocorria em ocasiões especiais: como nascimento de um filho e casamentos; mas a partir da interferência do comércio europeu os *potlaches* passaram a ser mais frequentes, já que se compravam bens que seriam presenteados. Assim, surgiram nestas tribos diversas formas de lutas pelo poder, suscitadas pelo *potlatch*, pois cada chefe da tribo queria dar mais que o outro. Em alguns casos, os bens eram simplesmente destruídos após a cerimônia.

Atualizando esta forma assimétrica de reciprocidade e se aproximando a reflexão sobre o objeto empírico desta tese pode-se refletir que a própria hospitalidade pode propor formas assimétricas da dádiva. (SABOURIN, 2011a). No turismo rural, a acolhida de um visitante, ao mesmo tempo em que está voltada a um interesse financeiro, é, senão principalmente, também um ato de generosidade porque o agricultor recebe o visitante em sua própria casa e o trata com amorosidade para que este goste e retorne a visitar.

Ocorre que este ato acaba por gerar prestígio e fama do agricultor (SABOURIN, 2011a) na sua comunidade e no lugar de origem do visitante, porque outros irão saber "o quão bem acolho meus hóspedes e o quanto eles manifestam o desejo de vir outra vez". Estes sentimentos podem, além de gerar prestígio e fama, serem bases de autoridade e poder. Podem, também, ser acompanhados por outros sentimentos: o ciúme e a inveja.

Assim, mesmo gerando sentimentos que não são positivos, a reciprocidade negativa busca equilibrar a relação, porque o que está em jogo é a construção, com o inimigo (com o outro), de uma relação que gere uma consciência comum, tal como na reciprocidade positiva. (TEMPLE, 2003).

Outra forma de alienação dessa estrutura de reciprocidade é o fechamento do círculo sobre o grupo ou a comunidade. No caso do turismo rural esta alienação se torna evidente quando o grupo não permite o ingresso de outras propriedades no roteiro ou quando não permitem que sejam atualizadas as atrações turísticas que fazem parte daquele circuito.

Percebe-se que na lógica da reciprocidade, assim como na lógica do intercâmbio mercantil, há possibilidade de ocorrer relações assimétricas e justamente por isto é necessário cuidado na leitura destas práticas comunitárias sob uma perspectiva da reciprocidade. O olhar do pesquisador necessita ser cauteloso para que não se romantize a reciprocidade em detrimento da lógica mercantil. Este é um dos desafios impostos ao se estudar o tema.

Outro desafio é o de identificar os valores gerados nas práticas dos indivíduos, porque são estes valores que irão apontar em qual lógica a prática está inserida.

Para Sabourin (2011c) é evidente a existência das duas lógicas nas sociedades atuais e isto se expressa quando percebe, no meio rural, práticas que oscilam entre troca e reciprocidade:

> Nas prestações de redistribuição direta de alimentos (autoconsumo, dádivas mútuas aos parentes, vizinhos e próximos) a relação de reciprocidade domina a lógica de troca. Nas prestações de redistribuição indireta para a comunidade regional, por meio dos mercados de proximidade e das cadeias curtas (venda direta na propriedade ou nas feiras, venda por meio de cooperativas de consumidores, etc.) a tensão sempre pode oscilar entre a lógica da reciprocidade (a relação humana pessoalizada entre agricultor e consumidor) e a lógica da troca mercantil (obter o preço máximo pelo menor serviço). (SABOURIN, 2011c, p. 13).

Percebem-se nesta citação a coexistência das duas lógicas e alguns pontos que são importantes para análise. Primeiro, o fato de que quando há redistribuição de alimentos (ou dádivas a vizinhos ou parentes) o laço afetivo é anterior ao interesse econômico, uma vez que a lógica da reciprocidade se expressa como principal e faz com que se dê sem expectativa imediata de retorno.

O segundo aspecto trata das feiras locais de agricultores, das cooperativas ou das vendas diretas nas propriedades. Fica evidente quando Sabourin (2011c) aponta que nestes casos há o interesse privado porque há comercialização, que visa obter o maior lucro possível pelo mínimo serviço, mas, também há relações sociais geradas, relações de amizade a partir do contato entre agricultor e consumidor. Assim, ao mesmo tem em que gera lucro financeiro, gera respeito mútuo entre os participantes e pode gerar fidelização, já que através das relações geradas ali o consumidor pode conhecer quem produz o alimento que está sendo consumido, a maneira como é cultivado e criar, assim, um laço social.

Nota-se que é tênue o limite entre as duas lógicas. Ao mesmo tempo em que é difícil analisar e validar a alternância entre uma e outra lógica é interessante perceber quais valores e sentimentos são gerados nas relações entre os membros de um grupo.

A oscilação entre estas duas lógicas não leva consequentemente ao desaparecimento de uma ou de outra. A entrada de dinheiro, por exemplo, não leva a um mercantilismo das relações sociais e econômicas de determinado grupo “visto que esses valores são redistribuídos coletivamente para fins cerimoniais e de prestígio colocados nos circuitos de redistribuição familiar e interfamiliar.” (SABOURIN, 2011a, p.102).

Cabe observar que, para a Teoria da Reciprocidade, a análise deve se dar para verificar o que mais importa: o serviço prestado e a mercadoria trocada ou a relação que se dá ali. Caso a relação seja a mais importante, significa que existe um valor humano e social que não pode ser comparado, porque é maior que o serviço ou o bem material.

Todos estes aspectos apontam para a pertinência do estudo das práticas de turismo rural sob a perspectiva da lógica da reciprocidade. A reciprocidade pode explicar a origem dos

valores éticos que são evidentes e que motivam algumas comunidades a gerir de forma eficaz seus recursos comuns, mas o que motiva a reciprocidade e qual sua origem?

Ostrom (2000) entendeu que a reciprocidade é uma capacidade humana herdada geneticamente e que tem a finalidade de vencer a ampla diversidade de dilemas sociais da vida diária (p.12). A autora concorda com biólogos e psicólogos evolucionistas sobre a origem da reciprocidade. Neste sentido, a reciprocidade se explicaria pela confiança mútua, seria uma norma moral internalizada pelos indivíduos e teria uma explicação biológica para sua origem.

Sabourin (2010) analisa o papel da reciprocidade para Ostrom (2000) e busca fazer aproximações entre as duas teorias, já que a gestão dos recursos comuns constitui formas de ajuda mútua. Neste esforço Sabourin (2010) verifica que há diferenças nas duas análises.

Para o autor é a reciprocidade simétrica que gera confiança e reputação - que são valores, diferentemente de Ostrom (2000) que compreendeu reciprocidade, confiança e reputação como atributos dos indivíduos que vivem em situações de compartilhamento.

> As repetições do jogo recíproco do face a face começaram logo no início da humanidade e a recorrência dos resultados desta relação original tem construído a figura de uma estrutura elementar de reciprocidade. A tendência que leva a dar, receber e retribuir é de fato uma característica da humanidade. Nem sempre existem explicações para os comportamentos da natureza humana. Mas, não deixa de ser preocupante procurar a origem desses comportamentos a partir de explicações biológicas, o que pode levar até à invocação da seleção natural. (SABOURIN, 2010, p.156).

Compreende-se, assim, que os valores éticos e os sentimentos não são culturalmente ou biologicamente dados, eles são, sim, constituídos nas relações sociais, são as relações de reciprocidade que criam os valores, não o contrário.

A reciprocidade é tida como algo encontrado em todas as culturas, é algo inato na vida em sociedade e, parafraseando Sabourin (2010), nem sempre se consegue explicar todos os comportamentos da natureza humana.

Neste caminho, o capítulo que segue busca analisar de que forma a ação coletiva e as relações de reciprocidade estão presentes na prática turística da comunidade de Morro Azul, em Três Cachoeiras.

# 3 AÇÃO COLETIVA E RECIPROCIDADE NAS PRÁTICAS TURÍSTICAS EM MORRO AZUL

Este capítulo apresenta a análise das práticas de ação coletiva e das relações de reciprocidade dos agricultores que integram o Roteiro Vale do Paraíso. Ao longo da construção desta tese se buscou responder a seguinte questão: de que forma as relações de reciprocidade estimulam a articulação dos agricultores em torno de ações comuns, mantendo-se configurados em um roteiro de turismo rural? Este problema de pesquisa direcionou tanto a construção do referencial teórico quanto a pesquisa de campo.

O pressuposto foi o de que a organização em torno de um roteiro turístico requer, como exposto no referencial teórico, ações que precisam ser realizadas conjuntamente. A compreensão é de que estas ações obtêm melhores resultados se no grupo que as realiza houver relações de reciprocidade. Estas relações, por sua vez, são resultado de um processo histórico, social e cultural, que se constitui dia a dia, sendo permeados por identificações, conflitos e ressignificações. Compreender este processo é crucial quando se pretende entender as práticas de determinada comunidade.

A presente pesquisa possuiu caráter qualitativo porque se preocupou com uma realidade que não pode ser quantificada, já que trabalhou com um universo de significados, de valores, de costumes, de hábitos de vida que correspondem a um espaço complexo das relações sociais.

A leitura dos elementos mencionados neste texto esteve fundamentada no método materialista histórico e dialético. (MARX, 2002). “A partir da dialética é possível pensar a realidade como um processo histórico e contraditório, em constante transformação, que necessita ser desvelada na sua totalidade para que haja a apreensão do real.” (KIST, 2011, p.25).

Esta abordagem permite conceber o homem enquanto um sujeito que é “social” e “histórico” (MARX, 2002), sendo a historicidade compreendida enquanto um processo que permite, por sua vez, entender os fenômenos sociais e os processos de mudança dos sujeitos, que se dão de forma processual e contínua e acabam por provocar alterações na própria sociedade.

Sobre a abordagem dialética Prates (2003) reflete que se trata de um equilíbrio entre condições subjetivas e objetivas, do “movimento contraditório de constituição dos fenômenos sociais contextualizados e interconectados à luz da totalidade e a articulação entre dados

quantitativos e qualitativos, forma e conteúdo, razão e sensibilidade.” (PRATES, 2003, p.124).

A escolha deste método permitiu a utilização de algumas categorias que puderam direcionar a análise, são elas: a **historicidade**, a **totalidade** e a **contradição**. Estas categorias serviram para iluminar as reflexões sobre o objeto de estudo, sendo tratadas como dimensões norteadoras, porque direcionaram o olhar da pesquisadora desde os primeiros contatos com o objeto de estudo.

A categoria historicidade pôde explicar o movimento constante da sociedade no tempo e no espaço e pode possibilitar, neste sentido, que se entendam as práticas de turismo rural em sua complexidade dialética.

A categoria totalidade, por sua vez, pôde permitir que se apreendesse o conjunto de relações existentes entre objeto, fato e fenômeno. Uma totalidade “é sempre mais que a simples soma de suas partes” (PRADO JUNIOR, 2001, p. 24), para isto, é necessário compreender o todo, as relações em que as partes estão inseridas.

A contradição, como categoria do método escolhido, expressa uma relação de conflito entre duas forças opostas, gerando uma realidade nova. (CURY, 2000). A realidade histórica não é uma substância uniforme, ela é um complexo de atores e de forças que se confrontam e acabam por gerar, a partir deste confronto, uma nova realidade.

Além das categorias do método foram elencadas algumas categorias teóricas, definidas a partir das leituras apontadas no referencial teórico desta tese. Neste sentido, as teorias de Ostrom (2000) e Sabourin (2011a) puderam oferecer elementos que serviram para identificar e refletir sobre diversas questões, principalmente durante a pesquisa de campo. São elas: **ação coletiva,** com os indicadores “estrutura dos recursos”, “atributo dos indivíduos” e “regras’; e **reciprocidade**, com os indicadores “compartilhamento”, “ajuda mútua”, “cara a cara”, “hospitalidade” e “redistribuição”.

Juntamente com as categorias do método e as categorias teóricas, identificou-se a categoria **historicidade** como categoria empírica. Neste aspecto, importa destacar que esta, a historicidade, possui duas conotações nesta pesquisa: primeiro, ela representa uma categoria do próprio método de abordagem, segundo, que ela representa uma categoria empírica por mostrar ser indispensável que se analise o objeto de estudo tendo clareza sobre os aspectos de constituição daquela comunidade, bem como da constituição do próprio roteiro estudado, compreendendo que as práticas, tanto de ação coletiva quanto de reciprocidade, são constituídas historicamente na comunidade.

Com a definição das categorias, foi estruturado um quadro de análise que serviu para direcionar a pesquisa de campo e a análise dos resultados:

Quadro 1: Categorias, indicadores e questões norteadoras

| **AÇÃO COLETIVA** | |
|---|---|
| INDICADORES | QUESTÕES NORTEADORAS |
| Estrutura dos recursos (OSTROM, 2000): tipos de propriedades e formas de acesso. | - Quem compartilha estes recursos?<br>- Quem pode acessar os recursos e em quais condições? (livre acesso, privado ou público – pagando?)<br>- Qual a natureza dos recursos? (público, particular - herança, etc...)<br>- Como delimitam (como regulam? com que regras?) o acesso aos recursos?<br>- Descrição das propriedades (hectares, cultivos, tipo de atividade turística) |
| Atributo dos indivíduos (OSTROM, 2000): tamanho do grupo, liderança, interdependência, mecanismo de resolução de conflitos, perspectiva imediata/futura. | - Quantos participam do Roteiro (de forma direta e indireta)?<br>- Quem tem autoridade de decisão sobre o Roteiro e em qual área?<br>- Quais são seus recursos (capitais) individuais e coletivos?<br>- Qual a situação econômica do grupo? Que tanto dependem dos RC?<br>- Percepção em relação aos benefícios às gerações futuras (em relação ao Roteiro, ao RC enquanto paisagem, e do futuro).<br>- Como é a perspectiva imediata x a futura para eles, em relação aos ganhos e à gestão do Roteiro?<br>- Qual a origem dos aportes monetários que necessitam?<br>- Por que não trabalham sozinhos e sim em grupo? (por terem maiores chances de lucro ou porque querem auxiliar e colaborar com o meio e com os demais?)<br>- Agem de forma interdependente ou independente? De que modo?<br>- Quando trabalham de forma desvinculada do Roteiro, por que o fazem? Tentam inserir o restante do grupo ou trabalham de forma individual?<br>- Em relação a oferta dos produtos (principalmente das refeições): há consenso sobre quem irá ofertar determinado produto/serviço? (em relação a interdependência)<br>- Em relação a sucessão das propriedades: esperam que os filhos retornem para continuar os trabalhos com turismo rural?<br>- Motivações para o trabalho com turismo |
| Regras (OSTROM, 2000): estabelecimento de regras, monitoramento e sanção. | - Quais as regras formais e quais as implícitas?<br>- Há reuniões sistemáticas? Qual quórum?<br>- Quais procedimentos devem ser seguidos?<br>- Quais os mecanismos de resolução de conflitos utilizados?<br>- Como seguem as regras?<br>- Acham as regras justas?<br>- Há sanções graduais para quem infringe regras?<br>- Quem tem autoridade para sancionar quem infringe estas regras?<br>- Como transmitem as regras de uma geração à outra ou a quem migra ao grupo?<br>- Há supervisores (para monitoramento e sanção? Quem e como o faz?<br>- Quem arrecada os valores durante a prática e quem estabelece quais valores devem ser cobrados (há impasse nisto?)?<br>- Quem e como estipularam os preços (inclusive as refeições)?<br>- Há regras para utilização da Casa da Colonização? Quais?<br>- Como regulam o acesso aos recursos? (quais as regras?) |
| **RECIPROCIDADE** | |

| INDICADORES | QUESTÕES NORTEADORAS |
|---|---|
| Compartilhamento (SABOURIN, 2011a) | - Quais são os recursos de uso comum no Vale do Paraíso?<br>- Que saberes/fazeres compartilham?<br>- Como percebem o meio natural? E o cultural? Como comum, publico ou privado?<br>- Como estipularam a ordem para visitação no Roteiro? Há revezamento, turnos?<br>- Como percebem o meio natural? Como possibilidade de renda ou como bem a ser preservado?<br>- Por que cobram este preço e não outro (maior)?<br>- Como é mantida a Casa da Colonização?<br>- Qual a percepção do grupo em relação a Casa da Colonização?<br>- Fechamento do grupo<br>- Nível de aprendizagem institucionalizada para a comunidade |
| Ajuda mútua (SABOURIN, 2011a) | - Revezamento nos guiamentos<br>- Mutirões<br>- Manutenção dos bens coletivos<br>- Trabalho em festas e outras atividades da comunidade<br>- A ajuda para a manutenção da Casa da Colonização?<br>- Como são as festas realizadas para angariar fundos para o Roteiro? (Foi organizada por quem, como foi aplicada a renda, como estipularam funções). |
| Cara a cara (SABOURIN, 2011a) | - Existem atividades que dependem de uma ajuda mútua específica entre duas famílias ou pessoas ou duas comunidades?<br>- Essas formas de ajuda mútua estão associadas a relações de amizade, parentesco ou vizinhança?<br>- Existe uma relação diferente com essa família do que com o restante da comunidade? |
| Hospitalidade (SABOURIN, 2011a) | - Quais eram as regras da hospitalidade tradicionais dessa comunidade?<br>- Como são hoje? (na vida cotidiana)<br>- Como são como os turistas? Há algum padrão? As famílias fazem/dão mais do que a média esperada ou menos?<br>- Há disposição para o atendimento ou somente o cumprimento do que foi pago?<br>- O que percebem receber dos turistas?<br>- O que percebem dar?<br>- O que os turistas percebem dar e receber? |
| Redistribuição (SABOURIN, 2011a) | - existe uma parte da arrecadação que é dividida, repartida, redistribuída?<br>- mediante que modalidades e regras? |
| **HISTORICIDADE** | |
| INDICADORES | QUESTÕES NORTEADORAS |
| Constituição histórica das práticas/relações de reciprocidade (MARX e ENGELS, 2001, MARX, 2002). | - Como a reciprocidade foi constituída historicamente naquele lugar? (reciprocidade como uma questão processual, não estanque)<br>- Qual a origem destas práticas?<br>- Relacionado ao cotidiano hoje, o que mudou?<br>- O que permanece, durante certas festas e cerimônias?<br>- Em que medida o turismo ajuda a reconstruir relações de reciprocidade? Como?<br>- Como era a utilização dos recursos comuns antes, historicamente? |

Fonte: elaborado pela autora

Para que a pesquisa de campo pudesse ser realizada e os elementos levantados neste quadro pudessem ser entendidos, foi necessário que a pesquisadora estivesse imersa no contexto pesquisado. Para tanto, a pesquisa de campo foi dividida em algumas etapas.

A primeira etapa foi realizada em 2013, consistiu em uma fase exploratória e foi um período de aproximação com o objeto, em que se pôde ter contato inicial com os agricultores, além de realizar um reconhecimento do local (enquanto distrito) e percorrer o roteiro algumas vezes como turista, tendo um caderno de campo para anotações que fossem consideradas importantes para que pudesse compreender alguns dos elementos levantados a partir da revisão bibliográfica.

Nesta fase foi mantido contato com os agricultores que integram o roteiro, conversando informalmente com eles em diversos momentos e registrando expressões em suas falas, impressões sobre aquelas práticas e percepções sobre o roteiro.

Estes primeiros contatos permitiram um acesso livre a documentos que seriam necessários consultar (documentos oficiais, atas e fotos, principalmente) que pudessem sinalizar os aspectos que se buscava. A maior parte destes documentos foi acessada na Casa da Colonização, onde existe um acervo com diversos documentos relativos ao Distrito de Morro Azul e ao Roteiro Vale do Paraíso. Também foi necessário acessar alguns documentos oficiais disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Três Cachoeiras.

Esta etapa foi importante no sentido de estabelecer relações de confiança entre pesquisadora/agricultores e também porque as conversas informais e as anotações no caderno de campo possibilitaram o levantamento de algumas questões que necessitariam ser mais aprofundadas.

Estes contatos iniciais e o levantamento dos documentos coletados, juntamente com as referências teóricas, puderam direcionar a construção dos instrumentos de análise, que foram os seguintes:

a) Histórias de vida (apêndice 1): para que pudesse ser capturada a construção das relações de reciprocidade ao longo do tempo e para que se pudesse entender como os próprios sujeitos percebiam sua trajetória como integrantes de um projeto de turismo rural.

Esta técnica pôde esclarecer a trajetória histórica das pessoas no campo de análise, bem como possibilitou que se compreendesse a dinâmica das relações que se deram ao longo dos processos sociais que acabaram por constituir o Roteiro Vale do Paraíso.

Foram coletados 6 relatos de histórias de vida entre os agricultores de Morro Azul. Destes, 5 foram com agricultores que integram o Roteiro e 1 foi com um membro da comunidade que não participa do Roteiro. Fez-se esta opção para que se pudesse identificar alguns elementos da trajetória histórica da comunidade de Morro Azul e não apenas dos integrantes do Roteiro.

b) Entrevistas abertas (apêndices 2, 3, 4 e 5) “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando as feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões.” (MINAYO, 2010, p. 64). Com esta ferramenta, os entrevistados puderam falar livremente sobre “como começou o Roteiro Vale do Paraíso”, sendo feitas algumas interferências ao longo dos relatos, no sentido de aprofundar a investigação.

Foram realizadas, ao total, 18 entrevistas, sendo que destas, 6 foram realizadas com os agricultores que integram o Roteiro, 6 com sujeitos que possuem alguma relação, mesmo que indireta, com o Roteiro (denominados, para fins de sistematização dos dados, como membros de “Instituição” ou “informante”), 4 com turistas e 2 com membros da comunidade de Morro Azul que não integram o Roteiro[22].

c) Técnica de observação participante (apêndice 6), em que os gestos, as ações, a receptividade e as práticas cotidianas foram observadas e registradas, para auxiliar na compreensão do “não dito”, daquilo que os relatos não contam, do subjetivo.

Estes procedimentos foram importantes para conversar com os atores que participaram da constituição do Roteiro, para conhecer algumas relações existentes entre eles, para identificar as principais motivações para que trabalhassem com turismo rural, bem como elementos indicadores de reciprocidade e de ação coletiva. Esta fase também possibilitou que fossem evidenciados valores que as relações entre os sujeitos investigados geram. Além disto, permitiu compreender a relação histórica e processual das práticas de reciprocidade na comunidade.

Nas entrevistas e na coleta das histórias de vida (exceto na entrevista com turistas) foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice 7), sendo que todos os sujeitos entrevistados foram informados sobre os objetivos do estudo e sobre as questões éticas da pesquisa.

Para que estas etapas pudessem acontecer foi necessário imergir no objeto de estudo, permanecendo em Morro Azul por períodos maiores de tempo a fim de obter um contato mais próximo com a realidade vivida ali. Isto possibilitou que se coletassem os depoimentos dos agricultores que integram o roteiro, de membros de Instituições e de informantes-chave. Também foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com turistas, para entender como se dá

[22] Importa destacar que a maior parte das entrevistas foi coletada nas casas dos agricultores e, em determinados momentos, algum outro membro daquele núcleo familiar realizou alguma interferência na entrevista e esta interferência possuiu significado para a pesquisa. Desta forma, estas interferências foram consideradas e, por isto, ao longo da análise, serão citadas como “agricultor 7, agricultor 8 e agricultor 9”.

a hospitalidade enquanto forma de reciprocidade e com a comunidade externa ao Roteiro, para apreender suas percepções em relação ao turismo rural em Morro Azul.

A coleta destes dados aconteceu entre 2013 e 2014. Inicialmente foi estabelecido o primeiro contato da pesquisadora com os entrevistados, para apresentação e explicação dos objetivos da pesquisa. Este primeiro momento foi importante porque cada encontro foi longo, pois tanto os agricultores quanto os demais entrevistados demonstraram, já no primeiro contato, interesse em contar suas histórias e em comentar sobre o Roteiro. Também neste primeiro contato, o "bate papo" informal pôde se tornar objeto de anotações no caderno de campo, pois traziam elementos importantes para a análise. Neste primeiro encontro foi agendada a segunda visita, quando puderam ser aplicados os instrumentos de pesquisa.

Foi necessário retornar diversas vezes as propriedades, ora porque as conversas com os agricultores se tornavam longas demais (e, por isto, a continuação das entrevistas eram feitas no dia seguinte) ora porque as conversas com outros sujeitos da pesquisa traziam à tona questões que mereciam ser mais aprofundadas.

As observações foram realizadas durante a recepção de grupos de turistas, em diferentes datas. Além da execução do Roteiro em si, foi realizada observação participante em dois eventos: durante o Filó e durante a Feira da Páscoa.

A interpretação e a análise dos dados foram realizadas através da análise de conteúdo com base em Bardin (1986) e contemplaram duas fases distintas. A primeira fase foi de organização do material coletado e sistematização das ideias percebidas nos relatos, nas entrevistas e nas observações. Foram separadas expressões que pudessem ter significado para a pesquisa e estas expressões foram agrupadas em categorias que foram sendo evidenciadas. Esta fase foi importante porque nela se pôde ter uma ideia geral do que havia sido encontrado na pesquisa de campo.

Na segunda etapa as expressões agrupadas foram analisadas a partir das categorias teóricas pré-definidas e, ao longo deste processo, foram identificadas categorias empíricas que puderam ser acrescentadas às teóricas. Após esta tarefa, passou-se a interpretar os dados e a realizar inferências sobre estes, em um constante ir e vir entre dados coletados e fundamentação teórica.

Importa explicar que, no que se refere aos sujeitos da pesquisa, a identificação dos entrevistados foi referenciada nesta tese visando privilegiar as questões éticas de pesquisa, a fim de que não se divulgue o nome dos entrevistados. Assim, formaram-se grupos de entrevistados, nomeados conforme segue: agricultores (integrantes do Roteiro), instituições (membros de Instituições que participaram de alguma forma do Roteiro), informantes

(sujeitos que possuem alguma influência no Roteiro mesmo não participando diretamente do mesmo e, ainda, demais membros da comunidade que não integram o Roteiro) e turistas.

Para situar o leitor, é importante, além de mencionar o método e a metodologia escolhida, retomar os objetivos desta pesquisa. O objetivo geral desta tese foi *investigar de que forma as relações de reciprocidade estimulam a articulação de agricultores em torno de um roteiro de turismo rural.*

Os objetivos específicos, que serviram para alcançar o objetivo geral e responder ao problema de pesquisa serão desmembrados em cada subcapítulo da análise, para uma melhor compreensão. São eles: a) reconstruir a formação sociocultural dos atores envolvidos no turismo rural em Morro Azul; b) resgatar o processo histórico de constituição do Roteiro Vale do Paraíso c) identificar práticas que apontem a ação coletiva existente nesta prática turística; d) identificar e qualificar as relações existentes entre os atores envolvidos no Roteiro, bem como os valores gerados por estas relações, sob o olhar da lógica da Reciprocidade.

## 3.1 A comunidade do Morro Azul: reconstruindo a formação sociocultural dos envolvidos no turismo rural

Compreender o povoamento de Três Cachoeiras e, particularmente, de Morro Azul, pôde trazer elementos importantes sobre aspectos que parecem ter influenciado na definição da identidade desta localidade. Este subcapítulo busca responder ao seguinte objetivo específico: *reconstruir a formação sociocultural dos atores envolvidos no turismo rural em Morro Azul.* A análise contida nesta seção está relacionada à categoria historicidade, uma vez que nesta parte a formação histórica da comunidade e do Roteiro Vale do Paraíso serão expressas.

Inicialmente, a população indígena habitou o Litoral Norte e a existência destas tribos pode ser comprovada pelas áreas de sambaquis existentes na região. Em Três Cachoeiras os índios pertenciam à tribo chamada Carijós, identificada a partir de vestígios arqueológicos que constituem o Sambaqui da Dorva, localizado na costa oeste da Lagoa dos Quadros, dentro da área do município. (HILBERT, 2011).

Por volta de 1550 iniciou-se a ocupação europeia deste território, quando monges franciscanos iniciaram o processo de catequização destes índios. Em 1605, missionários jesuítas viajaram do Rio de Janeiro para esta região a fim de catequizar e proteger as populações indígenas da ação dos bandeirantes paulistas, que objetivavam capturar índios do Sul para o trabalho escravo em São Paulo. (HILBERT, 2011).

Foi a estes bandeirantes, inclusive, que se atribui a definição do nome “Três Cachoeiras”, pois, segundo registros oficiais, entre 1605 e 1615, um dos viajantes, encantado com a beleza natural e as cachoeiras do local, deixou inscrito à faca, em uma árvore, as iniciais "T.C." (Três Cachoeiras) e duas cruzes, símbolo que os Bandeirantes usavam pendurados no pescoço.

Após este período, compreendido entre 1750 e 1760, houve o primeiro processo oficial de colonização cuja população era proveniente da Ilha dos Açores. Dentre o grande número de imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul, cerca de 15 famílias se alojaram no local hoje denominado Três Cachoeiras. Construíram suas casas às margens da Lagoa Itapeva e iniciaram o plantio, principalmente, de cana de açúcar e de mandioca. (SCHÜTZ, 2009).

Em 1824, com a chegada dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, algumas famílias se deslocaram para o Litoral Norte. Parte destas famílias passou a ocupar o território que compreende Torres, Três Forquilhas e Três Cachoeiras. (PREFEITURA DE TRÊS CACHOEIRAS, 2013).

Outra fase importante foi a imigração italiana no Rio Grande do Sul. Inicialmente, por volta de 1875, se instalaram na Serra Gaúcha e passaram a cultivar principalmente milho e trigo, sendo que o cultivo da uva (e do vinho) foi iniciado logo após sua chegada. Em 1883 alguns imigrantes se deslocaram da Serra em direção ao Litoral Norte, com o objetivo de escoar sua produção pelo porto que seria construído em Torres, fato que não se concretizou. (PEREIRA, 2005). Este aspecto é relatado no depoimento deste agricultor:

> *Teve uma notícia que tava pra sair um porto aqui em Torres [...], daí como Pelotas era a terra do charque, diz que o Rui Barbosa desviou esta verba daqui pra Rio Grande. O porto de Rio Grande foi projetado aqui pra Torres. Daí eles [os avós do narrador] vieram de Caxias pra plantar aqui que ia ficar perto pra vender, do porto. Inclusive os irmãos do [nome] vieram também. Primeiro vieram só os dois, depois vieram os irmãos. O pai dele terminou morrendo aqui. Depois eles foram tudo embora, ficou só ele. Estas histórias eu sei por que meu pai contava, meus tios, é história que eu sei da família.* (AGRICULTOR 2).

Alguns documentos indicam que Morro Azul foi o local que os primeiros imigrantes escolheram para se instalar na parte norte do Litoral Norte do Estado. Nesta época Morro Azul era chamado de colônia Júlio de Castilhos, nome do Interventor do Estado no período. Este nome veio a ser mudado mais tarde para Morro Azul, em virtude de morros que formam a paisagem da localidade, pois, segundo percepção dos moradores, conforme a iluminação do sol os morros existentes ali variam sua cor de verde à azul.

As famílias italianas que chegaram inicialmente em Morro Azul foram os Maggi, depois os Boff, Rigotto, Donassollo, Capeletti, Lunardi, Casagrande e Canalli. Os primeiros imigrantes alemães foram os Lumertz, Behenck, Schwanck, Justo, Evaldt, Becker e Hainzenreder (PEREIRA, 2005). Os agricultores que compõe o Roteiro são descendentes diretos destas famílias, sendo que o grupo congrega descendentes diretos de alemães e italianos, embora a predominância de origem e hábitos ainda cultivados seja de descendência italiana.

Os traços da colonização alemã e italiana predominam na paisagem edificada no distrito de Morro Azul. São taipas de pedras ao longo do caminho, tinas para armazenamento de vinho nas casas dos moradores, edificações e utensílios utilizados que remetem à época da colonização.

Dentre os italianos, destacam-se dois imigrantes que, segundo relatos de seus netos e registros existentes no Museu Casa da Colonização, foram os primeiros italianos a chegar à localidade. É nítido o envolvimento social e cultural destes imigrantes com Morro Azul, uma vez que foram eles os doadores de terras para a construção da Igreja e da praça do distrito e, ainda, a construir a primeira escola do lugar. Não por acaso dois núcleos familiares que integram o roteiro são descendentes destes primeiros imigrantes e desempenham um papel muito ativo na organização para o turismo em Morro Azul.

O desenvolvimento educacional no distrito parece estar fortemente relacionado à iniciativa deste imigrante, pois ele construiu a primeira escola do lugar. Este morador, além de construir a primeira escola, enviou um dos filhos a Porto Alegre para estudar, afim de que pudesse retornar a Morro Azul para ministrar aulas na comunidade. Os primeiros alunos foram da própria família e logo em seguida a comunidade como um todo foi beneficiada.

> *O nosso distrito aqui era o mais desenvolvido de toda a grande Torres. Eu acho que começou por causa do aprendizado né. Ela não ficou uma comunidade de analfabetos, desde os primeiros. Eu considero isso aí, que meu avô foi de uma inteligência muito grande, trazer o estudo primeiro pros filhos e depois pra comunidade. Então é uma comunidade que sempre se desenvolveu.* (AGRICULTOR 2).

Este fato traz um elemento importante para a análise: a educação. Sabourin (2009b) apresenta reflexões sobre a dádiva e a reciprocidade do ato educativo.

> De fato, educar é dar; é dar conhecimentos, transmitir valores, compartilhar saberes, regras... É um ato de dádiva por natureza: educar, mesmo quando remete para a sua função instrumental, caracteriza-se como um ato materialmente desinteressado, associando uma função simbólica e valores morais à função instrumental da aprendizagem. (SABOURIN, 2009b, p.1).

Ao proporcionar educação à comunidade, este imigrante parece ter expressado uma relação de reciprocidade para com o lugar: Morro Azul lhe deu morada e sustento, ele, por sua vez, proporcionou conhecimentos aos seus moradores. Neste gesto, a ação educativa pode ser compreendida como um apoio social de sujeitos comprometidos com valores éticos e não monetários.

Os agricultores que integram o Roteiro parecem valorizar a educação recebida. Apesar de que nem todos tenham terminado os estudos formais, eles participam de uma série de cursos oferecidos pela EMATER/RS-ASCAR, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), ULBRA, Sindicato, entre outras instituições.

Ocorre que no grupo há integrantes que receberam educação formal (inclusive com curso superior) e outros não. Mesmo os que não possuem educação formal mostram-se engajados com no aprendizado, mostrando que há uma herança cultural forte neste sentido.

Todos os entrevistados que compõe o grupo que trabalha com turismo rural relataram, satisfeitos, os minicursos e oficinas que já frequentaram. Uma agricultora, inclusive, exibe com orgulho uma pasta em que armazena mais de 30 certificados de cursos, de oficinas e de palestras que já frequentou, a maior parte ofertados pelo Clube de Mães, Sindicato de Trabalhadores Rurais, EMATER/RS-ASCAR e Movimento de Mulheres Camponesas.

Em relação à imigração italiana e alemã, a colonização parece ter deixado diversos traços marcantes na comunidade. Além das edificações e dos traços culturais, as etnias parecem ter se desenvolvido de forma separada. Há o grupo dos descendentes de imigrantes alemães e o grupo dos descendentes de imigrantes italianos:

> *Existe um conflito muito grande aqui, desde que me conheço por gente, entre alemães e italianos. Isto é muito forte. Tudo começou pela criação do Clube. Nas festas da igreja eles proibiam dança, daí criaram o clube que quem construiu foram os "gringos" [italianos]. Eles tem um diferencial de fazer vinho, de serem metidos, mas fazem a coisa acontecer, que o alemão não tem. O alemão é muito trabalhador, ajuda muito na comunidade mas não tem esta destreza do italiano. Assim os italianos passaram a ter uma maior visualização aqui, porque a pessoas vinham comprar vinho, participar das festas e gerou a rixa.* (INFORMANTE 3).

A entrevistada diz ser uma mistura de descendência alemã com italiana, que nasceu em Morro Azul, mas morou muitos anos em Caxias do Sul para cursar faculdade. Quando retornou para morar na localidade acabou se identificando mais com o trabalho do grupo dos descendentes de imigrantes italianos do que com os alemães e acabou, por isto, sendo taxada de "gringa" (italiana).

> *Existem estes dois grupos bem fortes [alemães e italianos] e as pessoas ao redor, que não contribuem muito para a comunidade, não são muito participativos, não se inserem muito. E é isso que eu acho que faz Morro Azul aparecer, sabe? Isso que faz as outras comunidades dizerem: mas o que Morro Azul tanto faz, o que tanto tem? Mas é que nós realmente temos uma forma de conduzir, muita liderança. (INFORMANTE 3)*

A mesma entrevistada parece perceber que, apesar desta separação marcante, a localidade se desenvolve e, para ela, parece ser estes grupos que conduzem o desenvolvimento de Morro Azul, em função das lideranças marcantes que existem ali.

Apesar do fechamento dos grupos em si, isto não quer dizer que não há quem participe dos dois grupos, em algum momento ou em alguma atividade social. O que ocorre parece ser uma maior identificação com as pessoas da mesma origem étnica. Parece que, apesar da separação, os dois grupos auxiliam a comunidade de Morro Azul.

Os entrevistados explicam que os descendentes de alemães compõem a maior parte do grupo de agricultores da Associação de Agricultores e Agricultoras de Morro Azul e também do projeto da Farmacinha Ecológica. Pelos relatos, são agricultores que não tiveram acesso a educação formal, são raros os casos de algum agricultor com curso superior.

Já no grupo de descendência italiana, há um maior grau de instrução, o grupo é formado por agricultores e professoras (que também trabalham na agricultura), mas que receberam educação formal e, muitas delas possuem curso superior. É o grupo responsável pelo Clube Vera Cruz e pelo Baile do Queijo e do Vinho.

Estes traços, ao mesmo tempo em que geram amizade entre os descendentes da mesma etnia, parece gerar concorrência entre os dois grupos. A concorrência, neste caso, parece se dar em função da necessidade de prestígio, uma vez que cada componente do grupo quer ser mais atuante na comunidade que o outro e, ainda, quer atrair mais visitantes que os demais.

Este conflito, apesar de evidente, não impede que as duas etnias trabalhem de forma conjunta, mediando às contradições existentes no seu cotidiano. O que se pôde perceber durante o período de imersão em Morro Azul é que tanto o turismo rural quanto a Igreja Católica acabam por congregar os dois grupos. Nestas atividades, tanto descendentes de alemães quanto italianos se unem para trabalhar em prol do mesmo objetivo.

> *Na Festa do Filó a gente faz apresentações, tudo voltado para a parte italiana, tem comida, depois tem baile. Hoje tem até alemães que se vestem de italianos! O turismo rural contribuiu muito pra isto, guria, transformou! Cantam, dançam e rezam. (INFORMANTE 3).*

Esta citação expressa a existência destes dois grupos étnicos e também mostra que o turismo tem contribuído para minimizar os conflitos existentes entre eles, uma vez que, ao conviver durante o trabalho com turismo, os laços se estreitam e, a partir disto, é possível que sejam gerados sentimentos e valores positivos, tais como a amizade e o respeito.

### 3.1.1 Elementos do passado utilizados como atrativos turísticos no presente

As tradições e as histórias, assim como a própria infraestrutura e a natureza circundante, são atrativos utilizados como recurso turístico no Roteiro Vale do Paraíso.

Este Roteiro é composto por seis unidades familiares, embora outras duas famílias também participem, uma vez que se envolvem ativamente das decisões e conduzem os grupos de turistas, eventualmente. Estas famílias são constituídas basicamente pelo casal, já que os filhos saíram para estudar e trabalhar fora do município. Apenas uma unidade familiar é composta pelo casal e um filho, que reside na mesma casa que os pais.

Quatro destas oito unidades familiares são compostas por mulheres que são ou foram professoras em Morro Azul (uma delas leciona em Três Cachoeiras). Optaram por estudar a ter que ficar vinculadas exclusivamente à agricultura e, com isto, parecem desempenhar certo protagonismo na comunidade.

Isto é evidenciado pela pró-atividade em relação ao turismo e pelo envolvimento e liderança em grupos e atividades sociais e culturais em Morro Azul. Estas mulheres fomentaram a ideia do trabalho com turismo, buscando contatos e parcerias, indo a reuniões, solicitando contrapartida dos poderes públicos, incentivando a comunidade e participando do Roteiro. Além disso, envolvem-se no Clube Social, nas atividades da Igreja Católica e nos eventos organizados na comunidade.

A primeira escola do distrito é, hoje, utilizada como um atrativo turístico que integra o Roteiro. Assim, os aspectos culturais deste lugar, resultado da instalação de diferentes etnias e de suas interações com o meio, possibilitam e complementam o potencial turístico existente em Morro Azul, uma vez que as tradições são utilizadas como atrativo turístico. Um exemplo disto é o Filó, atividade realizada na casa que serviu como a primeira escola da localidade, que tem mais de 120 anos.

Filó é o nome dado ao costume de imigrantes italianos de agrupar moradores do povoado a fim de contar as agruras do dia-a-dia. Este encontro dava-se ao final de um dia de trabalho intenso e, enquanto os homens se reuniam para conversar e afiar seus instrumentos, as mulheres se encontravam para coser e bordar.

Este hábito não é mais praticado cotidianamente pelos agricultores de Morro Azul, apenas para fins de representação em dias que recebem turistas. Durante esta prática, apenas a família e os turistas participam, representando o que, no passado, era um hábito comunitário que agregava, unia, gerava amizade. Hoje, estas relações parecem ficar restritas a uma representação, que mostra a quem não conhece um hábito cristalizado no tempo.

Figura 2 - Primeira escola de Morro Azul e, atualmente, Casa do Filó

Fonte: Acervo da autora, 2013.

Todos os agricultores que trabalham com turismo em Morro Azul são descentes de imigrantes. Mais precisamente, netos. A maior parte dos pais destes agricultores (filhos dos imigrantes) eram tropeiros, os que não eram possuíam alambique ou moinho de pedra.

A história dos tropeiros é contada ao longo do roteiro, pelos próprios filhos destes, que são os que possuem propriedades no roteiro de turismo rural. Estes agricultores parecem gratos a todo trabalho desempenhado por seus pais e, em função disto, pretendem perpetuar as histórias a partir do turismo.

Estas histórias que compartilham acabam por gerar pertencimento (SABOURIN, 2011a) que, por sua vez, parece estimular a prática de turismo rural pelos agricultores. Existe, inclusive, um monumento construído para homenagear os tropeiros:

Figura 3 - Monumento aos Tropeiros

Fonte: Acervo da autora, 2013.

As histórias contadas pelos agricultores também apontam para a existência de laços de amizade, de trocas e de ajuda mútua entre estes tropeiros. Estes laços foram percebidos pelos agricultores quando crianças e hoje parecem utilizar estes conhecimentos adquiridos nas práticas de turismo rural.

Os tropeiros eram comerciantes que iam, com suas mulas, à Caxias do Sul buscar insumos para vender em Morro Azul. O trajeto era longo e perigoso, porque as estradas não tinham movimento, então eles reuniam-se para tropear e saíam em grupos para sentirem-se mais seguros. Traziam de Caxias do Sul sal, açúcar refinado e farinha refinada, insumos que não produziam na localidade. Trocavam por cachaça, açúcar mascavo e farinha de milho, pois a cana de açúcar e o milho eram os principais cultivos na época. Para estes plantios, realizavam mutirões, principalmente para a roça do milho.

Tanto os mutirões quanto a própria reunião para tropear parecem ter estimulado as relações de amizade entre estes tropeiros e estes valores de amizade parecem ter sido passados para a geração seguinte. Os agricultores, filhos destes tropeiros, indicam que "*todos se conhecem*" (AGRICULTOR 4) e que "*somos todos da mesma família.*" (AGRICULTOR 7).

Ao conversar com os agricultores torna-se evidente o saudosismo que mantém em relação tempos passados. Um deles, inclusive, relata a dificuldade que se tem na criação dos

filhos hoje e reflete sobre a importância que se dá ao supérfluo. Relembra que há algum tempo somente precisava comprar "*sal e querosene*" (AGRICULTOR 4), porque se plantava e colhia todo o necessário para viver. Segundo ele, foi assim que criou os seis filhos, mas que estes já não conseguem criar os seus da mesma maneira.

Este mesmo agricultor fala que é exatamente isto que buscam resgatar com o turismo: a simplicidade.

> *Antes nós matava um porco, estendia uma esteira no chão, um pano, sentava tudo em volta, no chão, a tradição era no chão mesmo, convidava os vizinhos pra comer um frito de porco, batata, o aipim, tudo era colhido da roça, pegava bexiga de porco pra fazer uma bola, hoje tu fala nisso ninguém sabe o que é. Aí depois vai se perdendo né. E aí com o turismo a gente ta resgatando isso aí né, contando essas histórias.* (AGRICULTOR 4).

A tradição dos alambiques, dos moinhos e das serrarias movidas à água foi passada de pai para filho. Em relação aos alambiques, em Morro Azul o cultivo da cana-de-açúcar, principalmente, era muito forte, quase todas as propriedades tinham seu próprio alambique. A partir dos anos 1990 o incremento da legislação, tanto em relação ao consumo quanto em relação à produção, fez com que muitos alambiques fossem desativados pelos agricultores que se dedicaram a outras atividades agrícolas. Entretanto, alguns permanecem não somente para contar estas histórias, mas porque acabaram incrementando as técnicas de produção e comercializam, mesmo que em menor escala.

Este é o caso do Alambique Terceiro Gole, que integra o Roteiro. Este alambique foi passado de geração a geração e hoje, além de atender a demanda de clientes fixos, comercializa sua produção de cachaça e melado aos turistas que visitam a propriedade para conhecer o processo da produção artesanal de cachaça.

Figura 4 - Área externa do Alambique Terceiro Gole

Fonte: acervo da autora, 2014.

Da mesma forma que os alambiques, os moinhos de pedra eram comuns em Morro Azul. Hoje, um destes moinhos, também familiar, integra o roteiro. O moinho de pedra é utilizado para a moagem do milho e do trigo, mas inicialmente serviu para gerar energia elétrica que abastecia 28 famílias da redondeza. Cada família pagava uma pequena taxa, de caráter simbólico, somente para manutenção, e a família controlava a geração e distribuição de energia. Quando chegou energia elétrica à localidade o moinho foi transformado para trabalhar na moagem de milho, trigo e arroz.

Atualmente o moinho é utilizado pela comunidade para moer milho, mas os agricultores relatam que isto diminuiu muito em função da diminuição das roças:

> *Antigamente tinha muito, mas hoje em dia depois que entrou a parte do Ibama aqui...o pessoal não pode mais derrubar. Não pode abrir roça pra não derrubar árvore. Daí o pessoal não plantou mais milho. Mas isto também é desculpa porque o pessoal vai no mercadinho e é muito mais fácil [comprar a farinha pronta], porque tem estes grandes moinhos que moem e botam no mercado pra vender.* (AGRICULTOR 6).

Quando questionados o porquê de ainda trabalharem com a moagem, respondem que estão trabalhando com o moinho para não desativar. Nota-se uma relação afetiva com esta

atividade, uma vez que ela tem servido para resgatar a história, manter a tradição da família e da própria localidade. Apesar de pouco, o moinho ainda é utilizado por alguns agricultores que levam o seu milho para moer ali, pagando uma quantia simbólica pela moagem. Esta forma de pagamento parece ter sido mantida desde o passado, quando a comunidade pagava um pequeno valor para que pudesse ter energia em sua casa, a partir do engenho.

Tanto a descendência dos tropeiros quanto os aspectos do passado que acabam tornando-se atrativos para o turismo expressam uma relação de identidade com o lugar. Os agricultores parecem sentir-se orgulhosos por fazerem parte de histórias como a dos tropeiros. Isto gera pertencimento e estimula o sentido de identidade coletiva, contribuindo, tanto para o trabalho comunitário quanto para as práticas de turismo rural.

> *Antigamente, faltou um pó de café? Ah, pega lá no vizinho, uma xícara de arroz, uma xícara de farinha...isso acontecia muito em casa porque era difícil comprar. Hoje não tem mais nada disso. Faltou tu já liga pro mercado e o mercado já traz. [...] Aí depois vai se perdendo. E aí com o turismo a gente ta resgatando isso aí né, contando essas histórias. E também com o turismo a gente ta fazendo aquilo que gosta. (AGRICULTOR 4).*

As histórias de vida também apontam para uma tentativa de resgate das atividades de lazer que se realizavam no passado. Os relatos dos agricultores ilustram um tempo em que as atividades sociais pareciam proporcionar um maior envolvimento comunitário, uma vez que se tratava de jogos esportivos (futebol e bocha, principalmente) e de festas comunitárias.

Os relatos, cheios de emoção, indicam a existência de festas religiosas e outras atividades, também religiosas, como a novena e as missas. Estas atividades religiosas tinham muito de social uma vez que a comunidade, em sua maior parte católica, se deslocava de carro de boi até a praça, um dia antes das festas e novenas, para participar. Contam que ao redor da praça existia (e ainda existem, embora estejam inutilizadas) uma série de casinhas que eram alugadas pelos moradores para que pudessem ali se instalar com seus fogões à lenha e fazer suas refeições, ficando próximos à Igreja e ao Salão Paroquial.

Figura 5 – Praça central de Morro Azul

Fonte: acervo da autora, 2014.

Contam que as famílias andavam por quilômetros em carro de boi, levando consigo utensílios para sua estada, que às vezes durava três dias. Nestas festas o alto-falante reproduzia músicas que eram uma atração à parte, já que os moradores não tinham acesso à rádio nem à televisão.

A Igreja Católica parece, desde antigamente, congregar os membros da comunidade não apenas em missas, mas também nas festas que eram realizadas na praça onde se situa até hoje a Igreja.

Vários moradores relatam, com alegria, os períodos em que se preparavam para as festas e se locomoviam por quilômetros até a praça para participar dos festejos:

> *Quando chegava o dia [da festa] tinha, na praça, casinhas pra alugar, nós íamos de carro de boi. Eu lembro que uma vez a mãe fez peru, daí a gente ia na missa de carro de boi e depois a gente foi lá na casinha, mas era muita felicidade...Tem umas casinhas na praça ainda ali... aquelas casinhas era do pessoal vir passar o domingo. Aquela praça era toda cercada daquelas casinhas ali. O pessoal do interior tinha elas pra poder vir nas missas, nas festas. (AGRICULTOR 1).*

Outros agricultores relatam a felicidade destes momentos e, mesmo quem morava próximo à Igreja e não precisava alugar as tais casas, sentia-se muito contente porque relatam

que a praça ficava enfeitada. "*Na época não existia luz elétrica e na praça eles usavam alto-falante com músicas e todos se impressionavam e gostavam muito.*" (INFORMANTE 4).

Este sentimento, por vezes nostálgico, talvez tenha se perpetuado nos moradores de Morro Azul, pois a maior parte parece tratar o turismo da mesma forma: positivamente, considerando a movimentação que trás para a localidade.

Importa refletir que, para alugar estas casas, era necessário algum recurso financeiro, portanto, conclui-se que apenas as famílias que tinham condições financeiras de arcar com estes custos poderia se instalar durante vários dias na praça e participar ativamente nas festas. Os demais, ou moravam perto e poderiam ir e vir, ou viriam de longe para passar alguns instantes nos festejos. Outros, ainda, mesmo que tivessem interesse em participar, talvez não pudessem dada a distância de suas residências e a falta de recursos financeiros para alugar tais casas.

Também eram feitas reuniões dançantes no Clube Social Vera Cruz, entretanto, nestas reuniões o ingresso era permitido apenas a um determinado público:

> *Antigamente, no Esporte Clube Vera Cruz, nos bailes só entravam de gravata, não entrava mulher que achavam que não era mais virgem, se alguém dançasse mais já tinha fiscal, não entrava negro. Meu tio era fiscal, ele ficava na volta só olhando e se chegasse alguém que não podia entrar, ele já trancava o pé.* (AGRICULTOR 2).

Isto expressa que o lazer, assim como o turismo, tanto como inclui quem se dispõe (e pode) participar, quanto pode excluir residentes que não possuem as mesmas condições.

A reconstituição da formação sociocultural dos atores envolvidos no turismo rural em Morro Azul, como um dos objetivos específicos desta tese, foi possível graças à disponibilidade dos moradores em contar suas histórias, bem como à facilidade de acesso a documentos importantes sobre a formação histórica da comunidade de Morro Azul.

Pode-se apreender que tanto as histórias relacionadas à imigração italiana e alemã quanto àquelas relacionadas à vida dos tropeiros que integraram o Distrito estão intimamente ligadas às relações estabelecidas entre os integrantes do grupo que compõe o Roteiro.

Com todas as contradições apresentadas, tais histórias acabaram por constituir os traços socioculturais da comunidade em questão. O grupo que trabalha com turismo rural parece ter utilizado estes elementos como referências tanto para seus hábitos cotidianos quanto para o trabalho com turismo rural.

### 3.1.2 Quando a cultura faz gerar renda: a história do Roteiro Vale do Paraíso

Buscando atingir o segundo objetivo específico desta pesquisa, *resgatar o processo histórico de constituição do Roteiro Vale do Paraíso,* esta seção buscou reconstruir a história do Roteiro para que se percebam as relações mantidas ali, bem como para desvendar a forma de articulação dos agricultores para as atividades de turismo e os conflitos gerados nestas relações.

Morro Azul é um distrito com aproximadamente 800 habitantes. (IBGE, 213). Como ocorre ainda em muitos lugares pequenos, a maior parte das atividades se dá em torno da Igreja, do Clube Social local e dos Clubes de Mães. Em Morro Azul isto também ocorre e a comunidade participa destas instituições, através de festas, encontros, jogos e nas missas, aos domingos.

É na Igreja, por exemplo, que o grupo se encontra aos domingos, organiza festas comunitárias e realiza trabalhos em prol da paróquia. Estas atividades acabam por aproximar as pessoas e estimular a criação de vínculos sociais. Além disto, a Igreja abriu as portas para as primeiras reuniões de turismo rural: *"A Igreja era nosso canal de comunicação."* (INSTITUIÇÃO 2).

Os relatos dos agricultores, quando questionados sobre o início das atividades de turismo rural, sinalizam que de todas estas instituições, o Clube Social e Esportivo Vera Cruz foi o principal responsável para o fomento do turismo rural ali, bem como a participação de outras duas instituições: a ULBRA e a EMATER/RS-ASCAR.

Ocorre que o Clube Social e Esportivo Vera Cruz é uma instituição tradicional de Morro Azul. Antigamente, era composto por sócios que mantinham a instituição pagando uma mensalidade e participando dos eventos, festas e torneios realizados ali. Segundo relato do presidente do Clube, antigamente, o único espaço que a comunidade tinha para se divertir eram as festas da Igreja, entretanto, nestas festas, não era permitido que as pessoas dançassem e, por esta razão, criou-se um Clube que permitiria realizar festas dançantes. Importa destacar que este Clube foi fundado pelo grupo dos "italianos" de Morro Azul e, em função disto, muitos "alemães" não participam.

Com a saída de muitos jovens do local, para estudar e trabalhar na cidade, o Clube foi perdendo seus sócios e hoje não se constitui mais em uma sociedade. Atualmente é composto por cerca de 10 casais que mantém ativa as atividades sociais na comunidade e a maior parte deste grupo é composta por homens agricultores e algumas mulheres professoras no distrito.

Este grupo desenvolve há mais de 25 anos o Baile do Queijo e do Vinho, à noite, que consegue atrair um número significativo de participantes. Este baile parece ter desempenhado um papel importante para o início das atividades de turismo rural na comunidade:

> *A intenção do Vale do Paraíso, do roteiro, surgiu até pelo Baile do Queijo e do Vinho, pelo que eu entendi ali. As pessoas de fora vinham para o Vale do Paraíso num jantar dançante e festa que o Clube promovia só que não tinham a oportunidade de no dia ficar, elas só vinham à noite. Então a comida, as coisas importantes que eles faziam eram só na noite, no salão, não tinham em outra coisa. Acho que isto fez com que eles avançassem um pouquinho mais. Acho que aí, talvez, surgiu a intenção de trabalhar com o turismo rural.* (INSTITUIÇÃO 1).

Esta fala vai ao encontro dos relatos de outros entrevistados, sobre a ideia de servir um café rural para que pudesse atrair visitantes durante o dia, já que o baile ocorria à noite.

Alguns participantes do Clube decidiram buscar ajuda na Universidade mais próxima do município, a ULBRA – Campus Torres (localizada à aproximadamente 35 km de Morro Azul), porque sabiam, através de um primo, que era diretor geral da Universidade, que havia curso de turismo lá:

> *Mas as pessoas ficaram sabendo que a ULBRA tinha este interesse [em participar de projetos de turismo]. E o [diretor] tinha muito contato com o pessoal ali, porque ele é [sobrenome] e ele disse: mas por que vocês não vão lá na ULBRA e falam com a coordenadora do curso de turismo? E daí, nunca me esqueço, numa noite, numa palestra, alguém me cutucou e era uma moça lá do Morro Azul perguntando se eu não estava afim de desenvolver algum trabalho na nossa região. Ela disse que o lugar era bem simples, que achava que eu não ia encontrar nada lá, mas [a pessoa disse:] 'a gente queria tanto', e aí eu fui lá e encontrei tanto logo no início.* (INSTITUIÇÃO 2).

O entrevistado, ao falar que "encontrou tanto, logo no início", demonstra comoção com a realidade que encontrou no lugar, talvez porque percebeu possibilidades de se trabalhar com turismo rural e atratividades potenciais.

Com este primeiro contato, o grupo percebeu que seria necessário que a EMATER/RS-ASCAR participasse das reuniões, na intenção de que fosse uma instituição parceira no trabalho com turismo rural:

> *Então, quando surgiu isto [a iniciativa de trabalho com turismo rural], os próprios agricultores disseram: bom, mas a EMATER tem que estar junto, não adianta só a ULBRA, a ULBRA vem nos orientar, mas quem realmente tinha que acompanhar dia-a-dia eram nós. Então as primeiras reuniões foram desta forma e aí a gente entrou porque, trabalhando com agricultores, temos que entrar.* (INSTITUIÇÃO 1).

A partir do primeiro contato, o curso de Turismo da ULBRA – Campus Torres passou a pesquisar Morro Azul, identificando propriedades, mapeando trilhas ecológicas e levando professores de diferentes áreas para realizar oficinas com os agricultores. Ocorriam reuniões sistematizadas de trabalho, que contavam com a participação efetiva dos agricultores e com a parceria da EMATER, que passou a visitar as propriedades da região explicando o projeto e convidando para as reuniões sobre turismo rural.

Importa a análise de que a iniciativa de mobilizar as instituições, como ULBRA e EMATER/RS-ASCAR, surgiu de um grupo de pessoas que são vinculadas ao Clube Vera Cruz. Estas pessoas parecem ser líderes da comunidade e, além disto, possuem relações de parentesco. O fomento do turismo rural se deu a partir de um grupo de 10 pessoas e, após isto, outros membros da comunidade apoiaram a ideia e se uniram para o trabalho com turismo.

Outro aspecto importante é o fato de que estes moradores residem na área central do Distrito, nas proximidades do Rio Paraíso, que atravessa o Distrito de Morro Azul. Em função da existência e da importância deste rio para os moradores, o Roteiro foi batizado de Vale do Paraíso.

Tanto a EMATER/RS-ASCAR quanto a ULBRA foram cruciais para a redução do distanciamento dos grupos de descendentes de alemães e de italianos. As reuniões, as visitas e os cursos proporcionados por estas instituições parecem ter, aos poucos, sensibilizado os agricultores em relação às tensões de origem étnica.

> *Acho que não há tensão entre as religiões, mas tensões políticas e culturais, étnicas, alemães e italianos, tem muito. Porque quem dominava o centro ali eram os italianos. Os alemães eram mais fora. E isto os alemães sentiam muito e isto, o trabalho [de integração] a gente buscou fazer, porque não existe a comunidade alemã ou italiana, existe a comunidade de Morro Azul, todos são importantes. E isto era muito importante lá. (INSTITUIÇÃO 1)*

> *Era metade italianos e metade alemães e começou a gerar um conflito ali. Era uma questão delicada. No próprio salão, tu vias, sentavam os alemães para um lado e os italianos pra outro. "A minha galinha é melhor, a minha polenta é melhor". Ainda existe esta rixa, ela é forte, mas já melhorou. (INSTITUIÇÃO 2).*

O grupo de italianos realizava anualmente uma Festa Colonial, para confraternizar e comercializar produtos feitos por diversas pessoas da comunidade. Ocorre que esta festa não era frequentada pelos agricultores de origem alemã:

> *E daí a gente começou a fazer esta festa colonial, daí não sei porque, acho que porque a gente era uma turma mais de italianos né, elas começaram a boicotar [se referindo aos agricultores de origem alemã], diziam que isto era uma palhaçada, que não precisava. Daí eles iam em cima dos morros pra ver, mas proibiam as pessoas de ir e falavam, falavam. Isto antes do curso [de turismo rural]. Daí a gente já tinha feito umas 5 festas, mas quando veio o turismo daí elas viram que podiam ganhar dinheiro, daí amoleceram. (AGRICULTOR 1).*

Percebe-se, com estes relatos, certa competição entre as duas etnias, que parece ocorrer, principalmente, em função da busca por prestígio na comunidade. (SABOURIN, 2011a).

Com a inserção do turismo na localidade, a Festa Colonial acabou não ocorrendo mais, em função de outras atividades que foram organizadas. Estas atividades acabaram por unir os dois grupos em prol do objetivo de receber turistas.

Os primeiros trabalhos com turismo acabaram por motivar a criação de uma festa que incentivasse a diversidade cultural. Foi assim que foram realizadas algumas edições da Festa da Diversidade Cultural, que contou com a participação de diversas descendências étnicas de Morro Azul.

Figura 6 – Lembrança da VIII Festa da Cachaça e da Diversidade Cultural

Fonte: acervo da autora, 2014.

Esta festa congregou, de forma harmoniosa, tanto descendentes de alemães quanto descendentes de italianos e não ocorre atualmente em função do envolvimento do grupo nas atividades de turismo.

A participação da ULBRA e da EMATER/RS-ASCAR no turismo rural iniciou em 2002. Segundo os entrevistados, na primeira reunião compareceram mais de 50 pessoas da comunidade. Percebendo que inicialmente não se poderia trabalhar com todos em um só roteiro, a entrevistada relata: *"Eu tive que fazer uma seleção, usei muito da psicologia que eu usava no mestrado, do sentimento de pertença, vendo quem era mais positivo, quem gosta de fazer estas coisas, daí eu fui selecionando até ficar com 20."* (INSTITUIÇÃO 2).

Apesar de utilizar o termo "selecionando", a entrevistada não realizou exatamente uma seleção, uma vez que isto poderia causar constrangimento e tensões na comunidade. Pode-se dizer que foi feito um direcionamento a partir dos encontros porque, como não seria possível realizar um roteiro com 50 propriedades, foram propostas reuniões, cursos e oficinas para que todos participassem e, aos poucos, fossem sensibilizados sobre questões como bem receber, manutenção de alimentos, vendas e outros temas. Isto foi fazendo com que os próprios agricultores fossem percebendo onde, como e quando poderiam participar:

> *O pessoal que não entrou com as propriedades, logo em seguida teve a chance de participar da Casa da Colonização. Ali servia para vendas. Alguém não tinha propriedade em condições de participar do roteiro ou não queria, podia levar um bordado, um artesanato, um pão pra vender ali.* (INSTITUIÇÃO 2).

Apesar de os relatos não terem apontado nenhuma forma de exclusão dos agricultores em relação à participação no Roteiro, uma vez que apontam que todos foram convidados a participar e que alguns se sentiam capazes e preparados e outros não, podem-se apreender diversos elementos desta parte.

Primeiro, que os agricultores que não quiseram participar talvez não tivessem condições mínimas para ingressar em uma atividade como esta.

Froehlich (2000) propõe uma reflexão pertinente sobre este ponto, analisando que muitos agricultores pobres têm capacidades limitadas para participar de projetos de turismo, devido ao custo de investimentos que são demandados, mesmo que em pequena escala. Por menor que seja o investimento inicial para o trabalho com turismo rural, há que se alterar, mesmo que minimamente, a dinâmica familiar e isto pode implicar em custos para o agricultor. Além disso, este agricultor possui pouca (ou nenhuma) capacidade de endividamento ou de apresentar garantias para retirada de financiamentos.

Além disto, pode ser que os agricultores que não continuaram participando do projeto de turismo rural percebem o turismo de forma diferente dos agricultores que integram o Roteiro. Pode ser que estes agricultores não tiveram interesse em trabalhar com turismo por pensarem que esta atividade é muito trabalhosa e que requer muito envolvimento e que talvez o retorno financeiro não corresponda a tamanha dedicação.

Esta ideia parece ir ao encontro de um relato feito por um casal de agricultores que não trabalha com turismo, mas que vê o fluxo de visitantes semanalmente, já que residem próximos a uma propriedade que integra o roteiro. "*Nossa, vejo que trabalham que nem doido, não para nunca*" (INFORMANTE 4) e se manifestam contrários a "*todo esse trabalho*", apesar de deduzirem que o retorno financeiro seja bom.

Isto reforça a ideia de que os agricultores que integram o Roteiro não percebem apenas o retorno financeiro, mas percebem a geração de algum valor para além do monetário. A relação social e o pertencimento parecem sobrepor a incidência material (a geração de renda a partir do turismo rural) e é isto que reproduz e dá continuidade ao turismo rural em Morro Azul.

Outra consideração importante é a de que nem todos os agricultores podem despender tempo para o trabalho com turismo. Um alambique que inicialmente integrou o Roteiro não continuou no projeto porque faltava tempo para que os proprietários pudessem se dedicar ao turismo. Estes agricultores, especificamente, sentiram falta de mão de obra que pudesse ser dedicada ao turismo, porque trabalham sozinhos na agricultura e porque sua esposa trabalha em outras atividades. Interessante o relato desta família, que diz pretender voltar a trabalhar com turismo rural quando a esposa se aposentar.

Ainda sobre o mesmo ponto, da não participação de todos os 50 agricultores que estiveram na primeira reunião, pode-se também analisar que alguns se sentiram excluídos e que esta exclusão tenha gerado sentimento de inveja.

Um membro de Instituição relatou alguns casos de descaso por parte da comunidade externa ao roteiro, aqueles que não participam diretamente do turismo rural em Morro Azul. A entrevistada apontou alguns casos em que turistas solicitaram informações sobre o Roteiro e alguns moradores informaram não conhecê-lo e não saber do que se tratava, apesar de que seja muito difícil que alguém em Morro Azul desconheça, mesmo que superficialmente, o Roteiro Vale do Paraíso.

Além disto, uma agricultora relata que os moradores que não quiseram participar do projeto inicialmente, hoje, acabam manifestando inveja do grupo que integra o turismo rural: *"Agora que a gente deu certo eles sentem inveja e querem empurrar tudo o que eles fazem*

*pra gente vender pra eles. Eles pensam que porque a gente vende pra turista a gente ganha dinheiro aos montes. Mas não é assim, a gente vende uma vez, se for caro ele não volta."* (AGRICULTORA 5).

Este conflito parece compor o que Sabourin (2011a) chama de reciprocidade negativa, já que "o princípio de reciprocidade funciona também para fazer guerra ou fazer respeitar a honra e os direitos" (SABOURIN, 2011a, p.49). O conflito, para a Teoria da Reciprocidade, é visto como uma forma de socialização, porque integra diferentes formas sociais. Assim, a relação de conflito teria um único objetivo: restabelecer a reciprocidade.

Indo ao encontro deste raciocínio, a inveja e o ciúme que os agricultores relatam sentir por parte de outros moradores que não integram o Roteiro pode ser analisado como uma forma de busca de condições iguais, de equilíbrio nas relações, já que há a necessidade de igualdade e de paridade nas relações sociais. Apesar disto, estes sentimentos também podem ser analisados como uma forma de manifestar interesses puramente econômicos, estando mais próximo de uma economia do intercâmbio, o que parece ocorrer neste caso.

O grupo de participantes ficou, então, formatado conforme segue:

a) Dos membros do Clube: um casal (ele agricultor, ela professora aposentada) que abriu sua propriedade para expor e comercializar artesanato; outro casal (ele agricultor, ela professora aposentada) que organizou um espaço para o Filó; um casal (ela professora aposentada e ele agricultor) que abriu uma pousada e outra professora de Morro Azul que seria a condutora de turismo local;
b) Da comunidade não vinculada diretamente ao Clube: um casal de agricultores e seu filho, também agricultor, com o moinho de pedra; uma agricultora que serviria café rural e almoço, além de abrir sua propriedade para visitação das cachoeiras e mata nativa; um casal de agricultores que também serviria refeições, além de visitação na propriedade; e outro agricultor com o alambique de cachaça e melado.

Figura 7 – Representação ilustrativa do Roteiro Vale do Paraíso[23]

Fonte: Sítio eletrônico da Pousada Casa da Tia Laura

Importa relatar que a constituição deste roteiro parece se dar de forma exposta nestas duas alíneas: o grupo vinculado ao Clube, que possui relações de parentesco (irmãos e cunhados), parecem ser lideranças na comunidade (professoras na ativa ou aposentadas) e apresentou a ideia de turismo rural em Morro Azul; logo em seguida se uniram ao primeiro grupo outros moradores que possuíam propriedades com potencial turístico e que haviam sido convidados pelos membros do Clube, pela EMATER/RS-ASCAR e pela ULBRA para participar do projeto de turismo rural.

Seguindo a reconstituição da história do roteiro, os participantes foram fazendo cursos de qualificação sobre turismo rural, sobre boas práticas a cozinha e outros, que foram, aos poucos, qualificando o serviço prestado.

A partir de contatos da ULBRA com algumas agências de turismo de Torres, o fluxo de visitantes passou a aumentar e por consequência o contato deste grupo com o mercado foi fortalecido.

Os primeiros clientes foram experimentar o café rural servido no salão do Clube, já que as propriedades ainda não haviam sido adaptadas para receber grande número de pessoas.

[23] Este mapa, apesar de ilustrativo, necessitaria ser atualizado, uma vez que o Alambique Zeca e Osmar não participa mais do Roteiro. Além disto, a Casa do Filó não está representada neste mapa.

Após isto, as agências de turismo de Torres passaram a buscar turistas nos hotéis da cidade para levar até Morro Azul e, aos poucos, os primeiros clientes foram retornando e trazendo consigo mais visitantes.

Atualmente o maior público que visita o roteiro é oriundo da Capital do Estado, Porto Alegre, seguido por visitantes da própria região do Roteiro, Litoral Norte. Há um significativo numero de visitantes do interior do Estado e até mesmo de fora do Rio Grande do Sul. (COLODZEISKI, 2005). Os moradores registram, inclusive, turistas estrangeiros que visitaram o Roteiro.

Em 2005 uma das agências que levava grupos para o roteiro realizou um convênio com o Serviço Social do Comércio (SESC) e esta instituição passou a levar, semanalmente, ônibus lotados de visitantes para realizarem o roteiro. Esta parceria foi a responsável por relacionar o aspecto financeiro ao grupo, à medida que estes podiam contar com determinado número de pessoas por semana, às vezes mais de 200 pessoas em um só dia.

Sabendo destas diferenças e tendo em vista que se trata de uma iniciativa endógena, foi interessante, então, entender a origem desta iniciativa. Quando questionado sobre como entende a inserção destes agricultores no turismo rural, se a iniciativa se deu por vontade de mostrar as atividades que desempenham na agricultura, a cultura e as belezas naturais ou para aumentar a renda da família e diversificar as atividades, o entrevistado afirma:

> *Eu acho que eles queriam mostrar mais, não era tanto de renda. Hoje eles estão vendo que dá certo, que pode dar dinheiro, mas na época não era. Era mais pra mostrar mesmo, um engenho, um moinho, o que se planta, a própria bananeira, a própria natureza em si. Então, eu vejo que eles não tinham interesse [financeiro] porque eles não tinham nem noção do que era. Eles queriam era mostrar. E no mostrar, acho que nestas palestras, conosco, com a ULBRA, acho que foram mostrados os caminhos, que eles tinham um potencial bom pra isto aí. Acho que tanto a ULBRA quanto a gente conseguiu levantar tudo o que eles tinham de potencial, porque duas coisas eu acho que é importante, talvez três: a natureza em si, as coisas antigas e a comida. E a comida é muito atrativa lá.* (INSITUIÇÃO 1).

Este relato é importante porque demonstra a percepção de um dos atores deste roteiro, sobre a prioridade social e cultural no turismo rural. Expressa que os agricultores, em um primeiro momento, motivaram-se a trabalhar com turismo rural para mostrar sua cultura e a forma de vida dos moradores de Morro Azul. Isto é explícito também quando dizem que não são motivados apenas pelo retorno financeiro: "*Não fazemos só por dinheiro, fazemos por amor*" (AGRICULTOR 1).

O resgate do processo histórico de constituição do Roteiro Vale do Paraíso, conforme estabelecido no segundo objetivo específico desta tese foi importante por auxiliar na compreensão das relações estabelecidas entre os agricultores que integram o Roteiro, entre estes e os demais membros da comunidade local e também entre os agricultores que compõe o Roteiro e os turistas.

A identificação de aspectos importantes relativos ao início das atividades de turismo rural e às motivações dos agricultores em trabalhar com estas atividades auxiliou na compreensão da ação coletiva e da reciprocidade entre os agricultores que compõe o Roteiro Vale do Paraíso, conforme exposto nas seções seguintes.

## 3.2 A experiência de turismo rural entre os agricultores de Morro Azul: ação coletiva para o bem comum

Para que se compreendam os elementos da ação coletiva dos agricultores que integram o Roteiro Vale do Paraíso, em Morro Azul, as entrevistas, as observações e os relatos das histórias de vida coletados na fase de pesquisa de campo foram categorizados e posteriormente analisados (BARDIN, 1986) a partir dos estudos de Ostrom (2000) sobre ação coletiva.

Esta seção buscou responder ao objetivo específico: *identificar práticas que apontem a ação coletiva existente nesta prática turística*. Assim, foram analisadas as seguintes categorias teórico-analíticas e seus desdobramentos: estrutura dos recursos (no tocante aos tipos de propriedades e formas de acesso), atributo dos indivíduos (em relação ao tamanho do grupo, liderança, interdependência, mecanismos de resolução de conflitos, perspectiva imediata e futura), regras (estabelecimento de regras, monitoramento e sanção).

### 3.2.1 Reconhecendo o Roteiro e as propriedades envolvidas: como é composta a estrutura dos recursos

O estabelecimento da estrutura dos recursos que integram o Roteiro Vale do Paraíso foi importante para que se pudesse entender como se compõe o Roteiro. Ele é composto por nove propriedades, sendo que destas nove, seis são unidades familiares que abriram suas portas para o turista, duas participam do Roteiro de maneira indireta e uma é um recurso comum: o Museu Casa da Colonização.

Nestas seis propriedades que integram diretamente o Roteiro as atividades de turismo se misturam com o local de residência e de trabalho na agricultura, porque as propriedades

são compostas por lavouras, campo para gado e residência das famílias. É este o espaço de maior atratividade no roteiro e contam com algumas adaptações para que o visitante possa ser recebido.

As duas propriedades que participam de maneira indireta são compostas por líderes da comunidade que ajudam a “pensar” questões relativas à estrutura do Roteiro, a propor reuniões e melhorias para as atividades e, eventualmente, guiam os grupos de turistas durante o percurso.

O Museu Casa da Colonização, a propriedade comum existente no Roteiro, iniciou com a iniciativa do Clube Vera Cruz em comprar uma casa próximo à Igreja e ao próprio Clube (portanto, um lugar central em Morro Azul). Esta casa serviria para a fixação de um ponto cultural do lugar, onde pudessem estar expostos utensílios que mostrassem a cultura dos imigrantes da região.

Figura 8 - Museu Casa da Colonização

Fonte: acervo da autora, 2013.

Além destas propriedades há que se considerar que há vizinhos nas propriedades que também acabam por sentir interferências do turismo rural em seu cotidiano, quer seja a venda de ovos, de queijo e de leite para a produção dos insumos nas propriedades que servem refeições, quer seja com a percepção de movimentação existente ali. Dentre estas pessoas,

algumas gostam outros não. Uma destas pessoas, ao ser entrevistada, manifestou descontentamento em relação ao trânsito, mesmo que eventual, de ônibus e vans em frente a sua residência. Relata que se sente “invadida” e que fica com medo de um visitante não ser “pessoa de bem” e roubar algo em sua propriedade.

Estes mesmos moradores, ao serem questionados sobre o interesse em comercializar algum produto aos turistas que passam por ali, como forma de se beneficiar diretamente, respondem que teriam interesse, mas que não o fazem para não criar “briga” com os integrantes do Roteiro.

Podem-se apreender, aqui, alguns elementos. Um deles é que o turismo poderia incluir outros moradores e contribuir financeiramente com mais famílias em Morro Azul, mas os próprios moradores percebem que o grupo não receberia isto de forma positiva. Outro elemento é que o turismo parece gerar aspectos negativos, como a perturbação do sossego de alguns moradores, embora estes mesmos moradores se interessem pelo retorno financeiro. Neste aspecto, parece que o lucro se torna mais importante que o sossego. Também há que se considerar, na reflexão deste morador, que o acesso ao Roteiro (no sentido de inserção de outras propriedades no circuito) parece ser fechado.

Apesar disto, outros moradores que foram entrevistados não percebem aspectos negativos, apenas acham interessante a movimentação causada pelo turismo em Morro Azul. Afirmam gostar porque acham que o Distrito tem ficado conhecido e mais valorizado.

Vale ressaltar, entretanto, que os moradores que acham positivo são os que estão mais afastados das propriedades visitadas e, por consequência, veem a movimentação de longe. Parece que quanto mais próxima a propriedade, menor é a satisfação em somente observar o fluxo de visitantes.

Em relação ao grupo ser composto por poucas famílias, apesar de gerar interferências positivas para menos pessoas, compreende-se, de acordo com Ostrom (2000), que se torna mais fácil observar processos de autogoverno e autogestão em situações de pequena escala, a própria autora estudou situações de recursos comuns de pequena escala (não maiores que 500 habitantes).

Bollier (2008, p.40) faz uma análise que endossa isto: “Los tipos más conocidos y difundidos de bienes comunes tienen una base social y son relativamente pequeños. La mayoría de los bienes comunes tienen que ver menos con sistemas burocráticos que con uma gestión social a menor escala”.

Isto porque o trabalho coletivo se trata de um comprometimento da comunidade (ou de um grupo dela) em organizar-se para obter benefícios de longo prazo e isto tende e se dificultar em grupos maiores.

Talvez esta percepção exista para os agricultores que compõe o Roteiro, pois eles mesmos parecem não querer que o grupo fique maior (sobre o fechamento do grupo, isto será discutido na próxima seção).

Os agricultores que integram estas propriedades compartilham diversos elementos: a herança cultural atrelada principalmente à imigração italiana no lugar, as histórias de quando seus pais tropeavam e as trocas que realizavam na época, os modos de fazer alimentos e de trabalhar, além de equipamentos e de infraestruturas como o Museu Casa da Colonização.

Estes agricultores possuem pequenas propriedades que variam de 20 a 43 hectares por unidade familiar, sendo que os primeiros hectares foram adquiridos a partir de herança familiar, os demais foram comprados geralmente de parentes ou vizinhos.

Estas propriedades são diversificadas, entretanto, a maior parte da produção gira em torno do cultivo da banana, da cana-de-açúcar e da criação de gado. Estes produtos são comercializados a intermediários ou a cooperativa de produtores de Três Cachoeiras. Uma destas propriedades, além da banana e da cana-de-açúcar, vende mel e planta milho porque vende a farinha moída no próprio moinho de pedra. Outros diversos produtos são cultivados para subsistência, como uma diversidade de grãos e verduras.

Percebeu-se que plantam quase tudo o que consomem diariamente e muitos destes produtos acabam por ter seu excedente comercializado aos turistas de forma direta ou a partir da produção de doces, queijos e outros alimentos consumidos durante as estadas.

O trabalho nas lavouras é realizado por integrantes do próprio núcleo familiar. Das propriedades entrevistadas, apenas uma paga diarista para o serviço mais pesado e outra proporciona um emprego fixo na agricultura. Estas duas propriedades, entretanto, empregam pessoas já conhecidas, cujas famílias mantêm relações de vizinhança há anos.

No turismo rural o cenário parece ser diferente: a maior parte das propriedades emprega diaristas quando há necessidade. As propriedades que necessitam de diarista são aquelas que produzem refeições, como o café rural e o almoço e, ainda, quando há o Filó (e é necessário produzir as comidas para o evento). As demais propriedades, como o Alambique e o Moinho de Pedra, não contratam ninguém para o trabalho com turismo, usam mão de obra familiar.

Em relação à natureza dos recursos, o Roteiro Vale do Paraíso contempla diferentes formas e estruturas de propriedade. É composto por bens privados, por bens públicos e por bens comuns.

Os bens privados podem ser caracterizados pelas propriedades agrícolas em que os agricultores produzem e onde tem sua residência, uma vez que cada unidade familiar reside e produz no mesmo espaço.

Estes bens têm acesso privado, uma vez que quem controla seu acesso são os agricultores donos de cada propriedade. Isto não quer dizer que o acesso se dê somente mediante pagamento. Há diversas ocasiões em que os agricultores não cobram ingresso para visitação nas propriedades e isto parece estar vinculado ao orgulho que possuem por residir alie a necessidade de mostrar o lugar a outras pessoas: "*Estes dias veio um carro de fora com cinco pessoas dentro e começaram a bater foto[...]. E eles me perguntaram se podia bater foto e eu disse: claro que pode, pode entrar e ficar á vontade.*" (AGRICULTOR 7).

O acesso privado, neste caso, não está unicamente atrelado à condição de pagamento. Parece que os agricultores sentem prazer em mostrar suas propriedades, parecem sentir orgulho do lugar que residem.

Os bens que podem ser caracterizados como públicos são os que são utilizados amplamente, tanto pela comunidade quanto pelos visitantes, como as estradas de acesso e a mata nativa.

Além dos recursos privados e públicos, observou-se também a existência de bens comuns, como algumas infraestruturas e alguns elementos culturais para o incremento do Roteiro. Estes agricultores compartilham histórias, tradições e saberes que são bens imateriais, utilizados e compartilhados, por vezes com mediação, e, embora tenham sido apropriados para o turismo, não se esgotam.

O acesso às histórias, às tradições e aos saberes é tido pelos membros da comunidade que compartilham este bem, geralmente passado de pais para filhos. O acesso de pessoas que não compõe a comunidade se dá mediante pagamento, uma vez que para ter acesso a estes bens imateriais, o visitante necessita realizar o Roteiro. Esta forma de acesso parece facilitar sua gestão, uma vez que tais saberes e práticas são constantemente revisitados para que possam ser disponibilizados para os turistas e, assim, acabam não se perdendo no tempo.

O próprio Roteiro, enquanto um circuito turístico configura-se em um bem comum com acesso privado porque é compartilhado pela comunidade que participa do Roteiro com as turistas mediante pagamento e é gerida pela própria comunidade.

Ainda, a Casa da Colonização Vale do Paraíso é um recurso comum, porque, apesar de ser de titularidade do Clube Vera Cruz, foi apropriada pelos agricultores que cuidam deste Museu de forma conjunta e se sentem muito vinculados a ele. Embora sejam recursos comuns, estes bens possuem acesso privado porque estão restritos aos membros que compõe estes bens. Assim, quem quiser ter contato com estes bens necessita pagar um valor monetário para isto.

A Casa da Colonização, apesar de ser propriedade legal do Clube Vera Cruz é considerada um bem comum pelos integrantes do roteiro que, inclusive, contribuíram com trabalho coletivo para adquirir recursos para esta compra. A fala de uma das integrantes do roteiro expressa isto: "*A gente tá sempre junto quando tem alguma promoção, lá no Clube, pra Casa da Cultura*[24]*. O dinheiro que conseguimos pra manutenção da casa é com isto.*" (AGRICULTOR 8). Outro entrevistado também expressa esta questão: "*A Casa da Colonização é do Clube, mas os agricultores trabalharam muito pra comprar, contribuíram muito, com as festas, etc.*" (INSTITUIÇÃO 1). Percebe-se que esta propriedade é um bem comum a partir do momento em que os agricultores se mobilizaram para a compra da Casa, mesmo que esta tenha ficado como pertencente ao Clube Vera Cruz.

Figura 9 - Pousada Casa da Tia Laura

Fonte: acervo da autora, 2013.

[24] Termo que utilizam para referenciar o Museu Casa da Colonização.

Figura 10 – Café rural servido no Recanto dos Boff

Fonte: acervo da autora, 2014.

Figura 11 – Sítio Dona Lúcia

Fonte: acervo da autora, 2014.

O reconhecimento da estrutura dos recursos é importante no sentido de conhecer os limites dos recursos e sua estrutura interna. (OSTROM, 2000). Neste sentido, pode-se entender que o Roteiro Vale do Paraíso é formado por pequenas propriedades rurais (privadas) e uma propriedade comum (Casa da Colonização) que podem ser acessadas mediante a aquisição de ingressos para o Roteiro, geralmente a partir de grupos de turistas. Eventualmente, são acessadas por visitantes individuais e pesquisadores sem a cobrança de ingresso. As propriedades que integram o Roteiro são familiares e tem a agricultura como principal fonte de renda.

Além da estrutura dos recursos, para que se compreenda a ação coletiva de integrantes de um grupo é importante conhecer determinados elementos intrínsecos a este grupo, que são comuns nos indivíduos que o integram, elementos estes que Ostrom (2000) denominou como atributo dos indivíduos. A seção que segue trata destes atributos.

### 3.2.2 Para entender o grupo que compõe o Roteiro: os atributos dos indivíduos

Os atributos dos indivíduos, para as teorias da ação coletiva, são importantes porque mostram elementos comuns no grupo que compartilha o recurso e contribuem para as atividades coletivas. A liderança é um destes aspectos.

Os estudos de Ostrom (2000) atestam que uma das variáveis que interferem positivamente nos resultados da ação coletiva é a presença de participantes com uma liderança substancial e com interesses similares.

No grupo que integra o roteiro percebe-se que há diferentes tipos de lideranças. Todos os agricultores que compõe o grupo desempenham papeis de liderança em alguma área da comunidade, quer seja na Igreja, quer seja no Clube de Mães, etc.

Ocorre que dentro do projeto de turismo rural há pessoas que se destacam porque participaram da concepção do roteiro, são pessoas muito dinâmicas e que parecem se importar mais com o trabalho do que com o retorno financeiro. Coincidentemente (ou não) estas pessoas são membros do Clube Vera Cruz (as mulheres são ou foram professoras na comunidade) e acabam por coordenar as atividades da Casa da Colonização.

*"Existem vários líderes lá, por isto que acabou dando certo." (INSTITUIÇÃO 2).* Apesar de o grupo dos descendentes de italianos movimentar o Clube, que possui um papel importante no Roteiro, diversas pessoas possuem perfil de liderança, de pró-atividade. Alguns lideram atividades na Igreja, outros no Clube de Mães, outros, ainda, nas escolas. Todas estas atividades acabam por fomentar a participação nas atividades de turismo.

Em relação ao grupo possuir interesses comuns, todos querem preservar e mostrar a natureza e a cultura local e, além disso, complementar a renda. São aspectos que contribuem para o trabalho coletivo e o desenvolvimento do turismo rural no lugar.

Outro elemento identificado por Ostrom (2000) para a compreensão das ações coletivas é a dependência do recurso. Para a autora quanto mais dependente os indivíduos forem em relação ao recurso em si, maior a tendência à degradação do próprio bem.

O turismo, em Morro Azul, é realizado como uma atividade secundária e é justamente isto que o configura como turismo rural, por ser uma atividade que ocorre concomitantemente à agricultura. A agricultura, para estes integrantes do roteiro, é a atividade primária na propriedade e é ela que mantém o sustento das unidades familiares. O turismo é um importante complemento da renda deste grupo, mas não suas atividades principais.

"*O turismo agrega valores sim. Compensa. Claro, é uma coisa que até tirar o investimento que eu fiz [...] isso é em longo prazo. Mas compensa porque agrega valores né, é muito bom.*" (AGRICULTOR 9). Este pensamento, apesar de refletir o que a compreensão da maioria, não é consenso. Duas agricultoras afirmam obter pouquíssimo retorno financeiro com o turismo rural. Uma delas, inclusive, afirma que, como em todas as áreas, há no turismo certa exploração:

> *Olha, se pagassem mais seria melhor. Ano passado eles tavam pagando 1 real por pessoa, daí não vale a pena. O SESC colocou o preço e não querem aumentar. Agora meu filho disse pra eles que por menos de 2 reais não dá. [...] como em todo o lugar tem exploração e no turismo não é diferente. Eu sei que por aí cada visitação é 5,6, 10 reais e eles estão me pagando 1,40! (AGRICULTOR 7).*

O que ocorre é que os grupos que realizam o Roteiro são compostos por um número grande de pessoas, geralmente em torno de 40, sendo que algumas vezes, em um só dia, chegam 4 grupos.

A precificação do roteiro é estabelecida por cada agricultor, entretanto, quem operacionaliza os passeios são as agências de turismo que comercializam para o SESC. Este sistema acaba por gerar atravessadores (as agências de viagem) que acabam barganhando preços mais competitivos para conseguirem comercializar a preços também competitivos para o SESC, que, por sua vez, comercializa para os grupos já a preços reduzidos. Assim, o recurso financeiro chega diminuído ao agricultor.

Em que pese cada agricultor ter a opção de estipular o valor que aceita ou não, cabe ao sistema operadora de turismo/agência de viagens avaliar este preço como viável ou não. Neste jogo, o agricultor acaba por diminuir o preço cobrado para ingresso na sua propriedade para

que possa entrar no mercado, uma vez que a quantidade de pessoas em grupos comercializados por agências é muito maior do que se receber turistas individuais, mesmo que para estes o preço cobrado possa ser maior do que para grupos.

Vale destacar que cada grupo permanece, durante o percurso, em média 40 minutos em cada propriedade e acaba adquirindo diversos produtos locais, produzidos pelo agricultor que o recebe e isto acaba compondo um recurso final maior para a unidade familiar. Assim, apesar dos argumentos sobre a falta de retorno financeiro, estas mesmas pessoas afirmam que acabam lucrando por, além de receber o visitante (e hospedá-lo ou ofertar-lhe uma refeição), ganharem ao vender produtos coloniais a este mesmo turista, que dificilmente sai de sua propriedade sem comprar algo.

Uma das agricultoras, inclusive, relata que, antes do trabalho com turismo rural, muitos insumos pereciam na propriedade, já que muito do que se colhia nas lavouras acabava estragando por falta de consumo e que agora, com o turismo rural, podem fazer compotas e outros produtos e vender ao visitante.

Percebe-se, assim, que os agricultores não dependem exclusivamente do turismo rural, mas que este contribui financeiramente com as propriedades, principalmente para as mulheres que acabam por dedicar-se mais a atividade.

Ainda, é importante destacar o papel do SESC para a organização financeira do Roteiro. Esta instituição foi a responsável por proporcionar visitantes o ano inteiro. *"Eu acho que o SESC foi o braço direito. Foi aí que entrou o lado financeiro e foi possível viabilizar o retorno econômico."* (INSTITUIÇÃO 1). *"Talvez se não tivesse o SESC ficaria menos fluxo e mais segmentado. O SESC foi importante para a organização do Roteiro."* (INSITUTIÇÃO 2).

Além do aspecto financeiro, o turismo, se bem planejado e desenvolvido, pode trazer benefícios a gerações futuras. Neste sentido, a percepção dos agricultores tanto em relação ao futuro do Roteiro quanto sua percepção em relação à paisagem é importante porque pode sinalizar sua expectativa de envolvimento e de dedicação aquele projeto.

Todas as conversas, entrevistas e relatos apontam para uma percepção crítica dos agricultores em relação ao meio em que vivem e ao trabalho de turismo rural que desempenham. A percepção é a de que todos esperam contribuir para mostrar aos visitantes (e também a sua própria família, que muitas vezes se afastou do Distrito para trabalhar ou estudar) que Morro Azul possui uma paisagem privilegiada, que a natureza ali ainda é preservada e que a cultura que possuem é interessante.

Os agricultores pretendem perpetuar o trabalho com turismo rural, sempre mantendo sua constância e não permitindo que cresça de maneira desordenada, porque percebem a diferença entre crescimento e desenvolvimento:

> *Meus amigos de fora às vezes perguntam: o que tem Morro Azul que não cresce? Eu digo: não quero nenhuma favela lá, porque aqui todo mundo que mora tem sua boa propriedade, é fartura de tudo que é jeito, galinha, gado, tudo. [...] Porque queremos que fique assim, com gente assim.* (INFORMANTE 1).

Esta fala retrata que os agricultores têm consciência do que vivenciam ali e que desejam que isto continue da maneira como está. Parecem perceber que o turismo rural pode contribuir para isto.

A perspectiva que os agricultores possuem em relação ao tempo para utilização dos recursos pode interferir na cooperação para o trabalho comum. Assim, a relação entre a perspectiva imediata e a perspectiva futura pode interferir no quanto os agricultores investem e se dedicam ao Roteiro, uma vez que quanto mais em longo prazo for seu planejamento e a percepção de retornos em longo prazo, maiores as chances de autogerirem de maneira eficaz os bens coletivos. (OSTROM, 2000).

A ideia de longo prazo, no turismo rural em Morro Azul, parece estar muito vinculada à sucessão do roteiro. Quase todos os agricultores possuem mais de 60 anos (exceto uma agricultora que possui 47) e quase todos os filhos não estão mais na localidade, porque saíram para estudar e/ou trabalhar em outras cidades. Isto pode causar certa insegurança aos agricultores, por não terem certeza da continuidade do roteiro ao longo do tempo. Entretanto, alguns deles têm expectativa de os filhos e netos darem continuidade ao trabalho.

Há algumas situações em que os filhos parecem estar vinculados ao turismo rural. Em uma delas um dos filhos assumiu a recepção aos visitantes, já que os pais estão com mais idade e com alguns problemas de saúde. Este filho trabalha no Moinho de Pedra, faz a moagem do milho, recebe os visitantes e dá explicações sobre as histórias.

Em outra propriedade, a Casa do Filó, um dos filhos que havia saído retornou a residir em Morro Azul, entretanto, acabou por se dedicar mais à criação de gado do que às atividades de turismo, mas, mesmo assim, é o responsável por fazer a polenta nos dias de festa. Outro, ainda, terminou os estudos em Direito e retornou a Morro Azul, pretendendo exercer a profissão, mas também trabalhar com hospedagem na propriedade de sua família.

Em diversas oportunidades encontraram-se os filhos envolvidos nas atividades de turismo, mesmo os que moram em outras cidades e possuem outras atividades, quando visitam seus pais acabam se envolvendo com o turismo rural.

> *Eu acredito que no futuro os jovens vão querer voltar e investir aqui no Morro Azul é isto que nós pensamos, porque quando a gente comprou a Casa da Colonização a gente quis pensar em segurar mais o jovem no interior, dar uma chance. Tem gente que casou e ficou morando aqui. Talvez estas pessoas tenham a cultura do Morro Azul e entendam que este é um lugar bom e eu acho que com o tempo eles vão investir aqui.* (INFORMANTE 2).

> *Ah! Meus filhos me dão toda força! [...] Eu acho que eles tocam. Eles dizem que tocam. Minha filha ainda diz assim: "eu vou ser como tu mãe, eu vou ser da cozinha!". Ela adora cozinhar. Eles se aposentando vem pra cá. Meu filho vem todo final de semana pra cá. Ele dá todo o apoio, é ele quem faz a decoração da Pousada, estas plantas, aqueles lustres, aquelas coisas. Ele mesmo é quem vai levar. Os outros também. (AGRICULTOR 9).*

"Eu digo que é a neta que vai continuar porque ela vem, ela ajuda a fazer as coisas. Ela tem 5 anos, ela entra junto, se veste de italiana, entra e canta o canto da polenta". (AGRICULTOR 2). Percebe-se, assim, que, embora haja certa insegurança na sucessão das atividades, os agricultores são esperançosos em relação à continuidade do roteiro, na esperança de que algum filho ou neto possa dar prosseguimento. Isto parece motivá-los a continuar suas atividades.

Para tentar compreender o porquê de trabalharem em grupo, buscando entender as origens da ação coletiva, foi perguntado por que não trabalham sozinhos e sim em grupo. Nas respostas, os agricultores parecem ter a percepção de que quando iniciaram as atividades de turismo rural e a formatação do Roteiro, era necessária esta configuração porque as propriedades ainda eram desconhecidas e o Roteiro daria maior visibilidade para elas. Com o passar dos anos, percebem que podem trabalhar sozinhos e que talvez obtivessem um retorno financeiro maior se trabalhassem individualmente. Nas falas, argumentam que continuam configurados em um Roteiro porque se comprometeram com um projeto comum e acham que isto é mais importante que qualquer outra forma de entrada de recurso. "*A gente gosta deste trabalho e tem espírito comunitário.*" (AGRICULTOR 4). "*Mesmo se quisesse a gente não conseguiria mais sair do Roteiro, porque é um trabalho de um grupo.*" (AGRICULTOR 7).

Isto parece expressar o comprometimento com o desenvolvimento de um projeto comum, parece que os agricultores percebem a importância de certo sacrifício pessoal em detrimento de um projeto coletivo.

Apesar disto, pode-se perceber em duas entrevistadas o interesse atenuadamente financeiro por detrás da participação em um projeto de grupo. Uma delas menciona que continua fazendo parte do Roteiro porque este permite divulgar seu próprio negócio, tornar conhecida sua propriedade.

A prioridade social e cultural parece não ser prioridade em todas as propriedades, apesar de parecer ser na maioria delas.

Estas mesmas agricultoras relatam que, ao serem procuradas por turistas individuais, nem sempre se esforçam para que o restante do grupo seja inserido (seja visitado). Há certa disparidade porque o restante do grupo sempre indica as demais propriedades do Roteiro, mesmo quando o turista procura diretamente determinada propriedade.

Percebe-se, assim, que alguns agricultores agem de forma independente, embora a maioria perceba a importância da interdependência que, segundo Ostrom (2000), auxilia nas ações coletivas na medida em que vincula os usuários dos recursos. As práticas independentes, em contraponto, parecem ser práticas que geram sentimentos egoístas.

O grupo necessita, entretanto, agir coletivamente para que o roteiro se mantenha operante, pois como se configura em forma de um circuito há interdependência entre os usuários, uma vez que cada propriedade depende da outra para que o roteiro possa ser vivenciado pelo visitante. A própria articulação com o mercado e com os poderes públicos também possibilita que os agricultores trabalhem coletivamente. A imagem deste roteiro também é construída pelos agricultores e, para isto, precisam agir de forma conjunta.

Os atributos dos indivíduos (OSTROM, 2000) relacionados à liderança, à dependência dos recursos, às perspectivas futuras e as imediatas, bem como a interdependência entre os usuários dos recursos são elementos que puderam auxiliar na explicação sobre a ação coletiva dos agricultores que trabalham com turismo rural em Morro Azul.

A prioridade que os agricultores dão à agricultura como atividade econômica e a vontade de que os filhos e netos dêem continuidade às atividades do Roteiro são aspectos que fazem entender que estes agricultores trabalham com turismo rural para complementar a renda de suas famílias, mas, também, proporcionam a manutenção de certos traços culturais da forma que se encontravam no passado. Esta percepção também parece ser compartilhada por estes agricultores. Todos estes elementos parecem ser recriados e mantidos a partir de ações coletivas.

### 3.2.3 Os compromissos implícitos: as regras como estruturas organizativas das atividades do Roteiro

Para Ostrom (2000), quando os indivíduos constroem regras e as seguem conseguem estabelecer um compromisso mais seguro e vantajoso. Na comunidade em questão, o estabelecimento de regras se deu desde o início, paulatinamente, à medida que as reuniões foram acontecendo. Todas estas regras são implícitas, pois não estão compiladas em nenhum documento e tem um caráter informal, que congrega valores e códigos de conduta que parecem ser inerentes aos agricultores que participam do roteiro.

Os agricultores não conseguem tornar estas regras explícitas, porém, quando são realizados alguns questionamentos, possuem claramente as respostas.

Mencionam, por exemplo, que todos devem cobrar do visitante somente o que ficou estipulado em reunião. Esta regra expressa que os valores cobrados em cada propriedade, quando da recepção de grupos de visitantes (e não de turistas individuais, que pode ter outro preço) deve ser somente o que foi acordado nas reuniões entre o grupo, que cada propriedade não pode cobrar mais do turista. Isto serve para manter a homogeneidade nos valores dos ingressos, e também para que fique acessível ao turista, já que o lucro, neste sentido, se dá pela quantidade de visitantes.

Outra regra implícita é a de realizar melhorias nas propriedades, conforme condições de cada agricultor. Isto se percebe nas conversas informais com os agricultores, que sempre mencionam o curso de turismo rural que fizeram em que foi indicado que cuidassem da jardinagem e que sempre que possível melhorassem as instalações das propriedades. Uma das participantes incentivadoras do roteiro mencionou da dificuldade de uma propriedade em realizar mudanças. Isto, apesar de não gerar nenhum tipo de sanção direta, acaba por tornar a propriedade alvo de comentários entre o restante do grupo.

Ainda, a participação em reuniões é tida como uma regra implícita. Estas reuniões geralmente são propostas pelos agricultores líderes do grupo:

> *A [nome], a [nome], a dona [nome], elas que chamam as reuniões. A [nome] que agita a organização da Casa da Colonização e também chama reuniões. Nossa, mas é agitadeira! Ela gosta disso e olha que ela já tem idade, mas não respeita a idade, ela vai. Ela bota a cara pra bater.* (AGRICULTOR 7).

Da mesma forma que na cobrança de ingressos, a participação em reuniões é o que é esperado pelo grupo. Caso algum participante não possa comparecer precisa comunicar o

grupo com antecedência e justificar co alguma razão plausível para não acabar sendo alvo dos mesmos comentários de sanção.

Estas reuniões acontecem sempre que é necessário decidir algo. No início das atividades de turismo rural elas aconteciam com maior frequência.

Em relação ao cumprimento de regras, os agricultores procuram respeitá-las: "*A gente sempre se respeita. Eu não faço a galinha caipira porque a [propriedade] faz, porque agora também ta fazendo café rural. Mas cada um tem a sua consciência.*" (AGRICULTOR 3). Esta fala demonstra que não há regras para todas as ações, muito embora as atitudes se deem dentro de limites que parecem ter sido pré-estabelecidos, mesmo que informalmente.

Apesar disto, há ocasiões em que as regras não são respeitadas. Isto parece acontecer principalmente entre as propriedades que oferecem refeições e que, consequentemente, obtém uma maior rotatividade financeira.

No início do trabalho com turismo rural havia sido estipulado que uma propriedade faria almoço e outras duas serviriam café rural aos visitantes. Ocorre que com o passar do tempo e o aumento da demanda as propriedades que faziam café acabaram por fazer almoço também, inicialmente chamando de café-almoço, para não gerar problemas. Mas uma das propriedades, a que servia somente almoço, se sentiu ofendida e passou a ofertar café também. "*Elas não estão me respeitando então não preciso respeitar isso também.*" (AGRICULTOR 9). Isto acontece de forma velada, porque se for discutido em reuniões gera mais briga do que entendimentos.

Percebe-se que quando as propriedades desempenham e oferecem o mesmo produto, há competição por mais clientes (e por mais dinheiro). Além disso, há disputa para ver quem faz e serve o melhor café, quem atrai mais gente, quem fideliza o cliente. Além do aspecto financeiro, há valor moral em jogo. Estas práticas acabam por gerar competição e ganância.

Para resolução de conflitos, não há nenhum mecanismo formal, são resolvidos na base da conversa, do diálogo ou, ainda, ao ignorar o assunto: "*Às vezes tem uns altos e baixos, mas a gente se entende, isso é que é legal.*" (AGRICULTOR 3)

> *Nenhum grupo funciona sempre 100%. Sempre existe uma coisinha e outra, que a gente precisa conversar, as vezes faz alguma coisa diferente e o outro não acha certo. Daí gera competição, mas a gente sempre conversa, resolve tudo na base da conversa. Tem coisas que é melhor nem falar pra não dar mais atrito, tem que levar em banho-maria.* (AGRICULTOR 4).

Com isso parecem saber conduzir as relações sociais, relevando o que realmente importa. Neste sentido, a Igreja Católica também contribui, mesmo que indiretamente, já que

é nos encontros durantes as missas que a comunidade conversa e pode refletir sobre suas relações.

O monitoramento para o cumprimento de regras é feito por todos os integrantes do grupo, não há um único encarregado disto. Ocorre que ninguém quer se indispor com os outros componentes do grupo por ser aquele que fiscaliza e sanciona, fazendo com que a sanção seja mais moral do que legal. A principal sanção para quem descumpre alguma regra é ficar mal falado no grupo.

Talvez fosse mais vantajosos para o grupo se isso fosse discutido abertamente. "Quando os usuários discutem abertamente e entram em acordo sobre seus próprios níveis de uso e seus sistemas de sanções, o descumprimento dos acordos se mantém muito baixo e se obtém resultados perto de ótimos." (OSTROM, 2000, p.11).

A existência de regras, mesmo que implícitas, no grupo que integra o Roteiro Vale do Paraíso complementa os diversos elementos apontados por Ostrom (2000) que acabam por contribuir para a ação coletiva. A estrutura dos recursos, os atributos dos indivíduos e as regras são estes elementos que permitem que se compreendam como se dão as ações que são realizadas em conjunto pelo grupo e o porquê de serem ou não realizadas assim.

No Roteiro Vale do Paraíso, também foram identificadas relações de reciprocidade, que interferem diretamente na ação coletiva.

### 3.3 Reciprocidade e geração de valores: do cotidiano à prática turística

A Teoria da Reciprocidade mostrou-se uma ferramenta importante para entender as práticas sociais que acabam por conduzir o desenvolvimento do turismo rural em Morro Azul. Respondendo ao objetivo específico*: identificar e qualificar as relações existentes entre os atores envolvidos no Roteiro, bem como os valores gerados por estas relações, sob o olhar da lógica da Reciprocidade*, esta seção trata da identificação dos diversos tipos de relações de reciprocidade, tanto entre os agricultores quanto entre estes e os turistas e também entre os agricultores e sua própria terra.

Estas relações se aproximam das estruturas de reciprocidade identificadas por Temple (2002) e Sabourin (2011). São elas: compartilhamento, ajuda mútua, cara a cara e hospitalidade. Tais relações acabam por gerar uma série de sentimentos e de valores, tais como: amizade, confiança, coragem, autoestima, pertença, prestígio, medo, inveja, entre outros. Destaca-se que, embora presente no quadro de análise para esta pesquisa, a categoria

redistribuição não foi evidenciada no Roteiro, uma vez que não há nenhum bem ou recurso que seja dividido ou redistribuído entre os participantes.

### 3.3.1 O meu, o teu, o nosso: elementos e formas de compartilhamento

Em relação ao compartilhamento, Sabourin (2011, p.53) fala que esta é uma estrutura binária de reciprocidade no âmbito de um grupo e que pode gerar sentimentos de participação e confiança.

O compartilhamento no Roteiro Vale do Paraíso vai além de equipamentos e de infraestrutura como o Museu Casa da Colonização. O próprio nome do Roteiro "Vale do Paraíso" se dá em função do Rio Paraíso, que banha a localidade. Isto, segundo Jorge (2009) expressa uma relação de pertencimento, uma vez que os agricultores compartilham deste rio e possuem vínculo com ele.

Além disto, os agricultores compartilham saberes adquiridos ao longo da história e transformam isto em fazeres ao longo de toda a prática turística. Exemplo disto são as histórias contadas sobre os antepassados, da chegada dos imigrantes ao Distrito até sua completa instalação no lugar. Estes saberes são expressos em cantigas, rezas, comidas e utensílios que até hoje estão presentes tanto na vida diária dos agricultores quanto nas atividades que mostram aos turistas.

Este conhecimento é passado de geração a geração, sendo que os mais velhos transmitem aos mais jovens estes saberes, principalmente dentro da unidade familiar, de maneira informal. São os filhos e netos que acompanham a "contação" de histórias e presenciam, no dia-a-dia, a reprodução dos hábitos antigos.

O hábito de "cozer", por exemplo, é um hábito corriqueiro que se perpetua ao longo da história de Morro Azul. "Cozer" para a tradição existente no lugar, não possui o significado presente no dicionário (cozinhar), mas sim o ato de assar pães, roscas de polvilho e merengues no forno de barro. Há ocasiões, inclusive, que o ato de "cozer" acaba por aproximar pessoas, pois alguns vizinhos eventualmente se reúnem para utilização do mesmo forno, ocasionando um estreitamento do laço social.

Tanto as histórias quanto os próprios hábitos acabam por ser compartilhados também com os turistas, dada a própria proposta da atividade de turismo rural. Isto parece estimular e atualizar práticas que poderiam estar perdidas no tempo.

Em Morro Azul o compartilhamento, tanto de saberes quanto das infraestruturas, parecem gerar, além de participação, pertencimento. Isto porque ao compartilhar, os

agricultores identificam que fazem parte de um todo, que pertencem a um grupo e que são seres históricos (principalmente porque possuem a mesma origem: imigração italiana ou alemã e são filhos de tropeiros).

Os agricultores também parecem perceber que compartilham o meio ambiente e que por isto necessitam cuidá-lo. É notável o aumento da conscientização ambiental a partir do turismo. Pode-se perceber que o grupo possui informações importantes sobre o ambiente que os circunda, quer sejam conhecimentos herdados ou adquiridos a partir de cursos de turismo ou de assistência técnica rural. Este mesmo tipo de conhecimento parece ter aumentado após o trabalho com turismo, como relatado pelo agricultor que trabalha com cachaça: "*Por exemplo, o vinhão ou o vinhoto*[25]*, como falam, que antes a gente jogava no mato e eu fui pioneiro e disse pra gente abrir um tanque e guardar e depois usar, levar pra roça.*" (AGRICULTOR 4).

Este agricultor relata que a partir do trabalho com turismo rural pôde participar de cursos e conviver com pessoas que ampliaram sua visão de mundo. Orgulhoso, expressa satisfação ao dizer que está contribuindo com o meio ambiente. Percebe-se assim o nível de cuidado dos agricultores com o meio ambiente, a partir dos conhecimentos que possuem. Este conhecimento também é compartilhado com os turistas, principalmente a partir de orientações como não jogar papeis e lixos no chão e mostrando como utilizam resíduos como adubo para as hortas.

Todos estes saberes acabam por vincular cada vez mais o agricultor à sua terra. O grupo entrevistado parece perceber o meio natural e a cultura local como um recurso comum que necessita ser preservado.

A identificação dos integrantes do roteiro com Morro Azul ficou evidente durante as observações e endossada nos relatos coletados junto aos integrantes do roteiro (tanto os agricultores quanto os outros informantes): "*Estive por estes dias em Cachoeirinha, mas nem consegui dormir direito lá. Isto aqui é paz, lá não dá"* (AGRICULTOR 6), fala um dos agricultores. O sossego e a tranquilidade do lugar são fatores que motivam a permanência ali, que criam vínculo com Morro Azul e interferem no senso de pertencimento do homem com o meio. "*Morreria aqui. Eu amo este lugar. É muito bom.*" (AGRICULTOR 5).

Este fator, da pertença, foi observado por um dos informantes, quando fala sobre o processo de auxílio técnico no início das atividades de turismo rural em Morro Azul: "*Eu tive que fazer uma seleção, usei muito da psicologia que eu usava no mestrado, do sentimento de*

[25] Resíduo gerado na destilação da cana-de-açúcar, poluente ao meio ambiente, mas que pode ser processado e tornado próprio para utilização como fertilizante na agricultura.

*pertença, quem era mais positivo, quem gosta de fazer estas coisas...”* (INSTITUIÇÃO 2). Este grupo, então, conseguiu mobilizar, desde o início, o senso de pertencimento, de vínculo com o meio.

Outra relação de reciprocidade que gera pertencimento é a relação entre o agricultor e a terra, entre homem e meio natural/cultural (PLOEG, 2011), no sentido de pensar que “eu cuido dela e ela me devolve com seus frutos”. Os participantes do roteiro parecem desempenhar as atividades de turismo rural para contribuir ou retribuir, de alguma forma, com o meio em que vivem que tanto lhes dá. Percebe-se este vínculo entre os agricultores e o meio quando relatam as motivações de trabalhar com turismo rural:

> *Fizemos [o trabalho de turismo rural] pra gente mostrar o lugar, divulgar, né. Também pra conseguir recurso, tem o pórtico lá. Tem coisas que conseguimos pra melhorar a comunidade, que o turismo trouxe isso, o pórtico, a praça, as placas lá embaixo.* (AGRICULTOR 7).

Esta fala retrata o interesse em possibilitar que, com o turismo rural, as pessoas conhecessem melhor o lugar e que com isto conseguissem melhorias para a comunidade.

O pórtico construído na entrada do Distrito de Morro Azul, indicando que ali se chega ao Roteiro Vale do Paraíso, e as placas de sinalização, em padrões de sinalização turística nacional (DNER/SETUR) indicam a organização do Roteiro.

Figura 12 - Placa de sinalização na entrada da localidade

Fonte: acervo da autora, 2013.

Figura 13 - Pórtico na entrada principal do Distrito de Morro Azul

Fonte: acervo da autora, 2013.

Segundo os entrevistados, tanto o pórtico quanto as placas de sinalização foram instaladas com recursos de emendas parlamentares de autoria de vereadores e de deputados conhecidos no lugar, a partir da solicitação (e dos contatos políticos) de alguns agricultores. Segundo relatos, o pórtico era uma ideia que há tempo queriam colocar em prática e necessitaram de contatos e articulação política para tal. As placas, segundo eles, eram necessárias para orientar os visitantes. Percebe-se, com isto, a organização coletiva para o alcance de objetivos comuns. (OSTROM, 2000).

Um dos informantes, vinculado à EMATER/RS-ASCAR, também manifesta a criação de vínculo com o lugar: "*Não adianta simplesmente fazer por fazer, nós temos que deixar alguma coisa.*" (INSTITUIÇÃO 1). Embora tenha participado somente inicialmente na gestão do roteiro, o informante se mostra interessado em "deixar alguma coisa", contribuir com o lugar.

Esta relação gera, além de pertencimento, responsabilidade (SABOURIN, 2011a), uma vez que o grupo percebe que pode contribuir de alguma forma para a manutenção da cultura do lugar.

As propriedades integrantes do Roteiro recebem os visitantes de forma intercalada. A cada visita o café (e/ou almoço) é servido em uma propriedade diferente, para que todas possam ser beneficiadas. Este acordo foi feito pelo grupo logo no início das atividades.

Ocorre que as propriedades também recebem visitantes ou grupos de visitantes individuais, sem estarem vinculados ao Roteiro e algumas propriedades fidelizam seus clientes de forma mais efetiva que outras. Assim, o turista muitas vezes já realiza sua reserva escolhendo em qual propriedade quer realizar suas refeições:

> *Daí tem concorrência. Não tem que ter inveja, mas tem. As pessoas, no conversar com a gente, dão umas atiradas. Pode ate ser que a gente divida as visitas, mas algumas pessoas dizem que: ai, eu preciso mais do que ela, e assim gera um ciúme.* (AGRICULTOR 5).

Em uma das entrevistas, inclusive, uma agricultora relata que já foram prestadas informações erradas sobre a outra propriedade, para que o grupo não visitasse aquela.

Percebeu-se que em alguns momentos o contato com o mercado promove esta espécie de competição, que gera sentimentos de inveja e de ciúme. Isto ocorre principalmente entre as propriedades que servem refeições, pois são estas as maiores possibilidades de ganhos financeiros porque os insumos não precisam ser comprados, já que a tudo o que servem é cultivado pelos próprios agricultores. Com isto, o valor que cobram pelo serviço que

desempenham para produzir estas refeições, apesar de ser um valor acessível, gera um lucro considerável para as famílias.

Em relação à utilização comum da Casa da Colonização é importante relatar alguns conflitos existentes ali.

Logo no início das atividades do Esporte Clube Vera Cruz, parece ter-se criado uma assimetria que se perpetua até hoje. Além da questão racial (os negros não podiam participar das festividades do Clube) foi este o período que fortaleceu a criação de uma elite cultural no distrito. O grupo da diretoria e do conselho do Clube quer seja por serem parentes, por afinidade ou por compartilharem características de pró-atividade, acabaram por tomar a frente em diversos eventos culturais no Distrito. Este grupo trabalhou (e ainda trabalha) de diversas formas para a comunidade, inclusive, compondo o Roteiro Vale do Paraíso.

Para os outros integrantes do roteiro este grupo se fechou em si e não possibilita que outras pessoas tomem decisões. É como se estivessem à frente e não abrissem espaço para a participação de outros nas decisões sobre atividades da comunidade.

Para os próprios agricultores-líderes, eles tomam a frente porque ninguém mais quer fazer. Isto, ao mesmo tempo em que desenvolve a localidade e o próprio projeto de turismo rural, gera conflitos e processos de autoexclusão.

Esta mesma elite foi quem deu os primeiros passos em relação ao turismo rural em Morro Azul e isto é percebido por alguns agricultores como uma assimetria. Quando questionada se participa do Clube Vera Cruz, uma das agricultoras respondeu:

> *Não participo. Meu pai foi membro, foi fundador na época que fundaram [o Clube]. Meu pai que tem 83 anos ajudou a colocar a primeira pedra e hoje é só uns três ou quatro que mandam. Ali não adianta. Não tem como participar. Ali tem uns três ou quatro que mandam ali e deu. Nós temos baile agora e tu vê se eles chamaram agora alguém... não chamaram ninguém! É mais elitizado. É um grupinho x que tem dinheiro, tem ali uma elite. Não é pra conversa, mas é sério. A gente fica meio assim, mas fazer o que? Até o ano passado eles convidavam a gente pra ir no baile, esse ano não convidaram ninguém. Não sei se é por medo, que a gente consegue gente, não sei por que é.* (AGRICULTOR 3).

Nota-se que há uma relação conflituosa pela não participação no Clube. Parece haver uma relação de poder entre esta agricultora e duas outras, que fazem parte do Clube e também trabalham no roteiro. Ao que parece, isto se dá também porque as duas últimas foram professoras da primeira, o que parece ter gerado um sentimento de inferioridade dela em relação às professoras, talvez por entender que sabem mais que ela. Esta é a agricultora que realizou mais de 30 cursos profissionalizantes, aparentando tentar “correr atrás” do conhecimento já adquirido pelas outras duas.

O outro lado desta relação parece esperar uma retribuição pelos conhecimentos passados através da escola (professora versus aluna). Em uma das entrevistas parece esperar por reconhecimento:

> *Ai, eu ia lá na casa dela, eu dei muita força pra [nome]. Ela não diz, assim, porque ela é muito egoísta, acho que ela não diz pra ninguém que eu dava muita força pra ela. No começo ela dizia, mas depois que ela começou a crescer mais, criar asinha, daí ela não diz.[...] Nossa, o que eu estimulei ela no início sabe... e ela cresceu muito, tu vê o que ela fez, o que eu dizia pra ela foi o que ela fez. Mas ela não reconhece.* (AGRICULTOR 9).

Pode-se considerar esta uma relação de reciprocidade bilateral assimétrica (TEMPLE, 2003), uma vez que há submissão de um em relação a outro, e também porque as partes parecem querer equilibrar a relação, seja a partir da participação no roteiro ou à própria competição por visitantes, a fim de mostrar que estão em situações iguais.

O que fica evidente é que parece haver tensão nesta relação mais em função da necessidade de manter valores éticos (amizade, respeito), do que pela necessidade de lucro financeiro individualista. Sendo assim, a lógica da reciprocidade parece se mostrar nas relações entre os agricultores que integram o Roteiro Vale do Paraíso.

Outro ponto importante para análise é que a maior parte dos integrantes do Roteiro diz não querer que outros integrantes (outras propriedades) ingressem no Roteiro. Dizem que como foi este grupo que iniciou as atividades de turismo rural querem que fique como está, afirmando que não há espaço no Roteiro para outras propriedades, a não ser que se crie outro roteiro turístico em Morro Azul.

Se por um lado um circuito turístico não possibilita que se comportem muitas atividades, por outro lado parece ser importante que, com o ingresso de outras propriedades, se diversifique o Roteiro ou até acabe por se criar um novo Roteiro, que poderá trazer ganhos mais amplos para a comunidade.

Esta percepção é endossada pelo discurso de uma agricultora que trabalha com agricultura ecológica e que não integra o Roteiro, mas gostaria de fazê-lo. Esta moradora relata que os benefícios do turismo rural acabam por ficar restritos ao pequeno grupo e afirma que os agricultores do Roteiro acabaram por se fechar em si.

Além desta percepção, interessa o posicionamento de um vizinho de uma das propriedades que integra o Roteiro. Ao ser questionado sobre a movimentação de pessoas em dias de visitação de grupos, se esta propriedade não se interessa em comercializar algum produto (já que os ônibus e vans passam em frente à sua residência), diz que se ele fizer algo

para vender aos turistas ele iria “criar briga” com as vizinhas que servem refeições e comercializam doces, compotas e outros produtos no Roteiro Vale do Paraíso.

Isto demonstra o fechamento do grupo, que acaba por ser uma forma de alienação da estrutura de compartilhamento, segundo a Teoria da Reciprocidade. (SABOURIN 2011, TEMPLE, 2003).

O compartilhamento, enquanto estrutura que demonstra relações de reciprocidade, permite perceber valores éticos que são gerados, como pertença, responsabilidade e identidade. Também pode ocorrer sob forma de alienação, gerando inveja e ciúme. Em Morro Azul, tais formas de compartilhamento expressam que existem relações de reciprocidade entre os envolvidos no turismo rural.

### 3.3.2 A ajuda mútua como forma de Reciprocidade

Outra estrutura de reciprocidade identificada na Teoria da Reciprocidade é a ajuda mútua. A ajuda mútua constitui-se em um tipo de reciprocidade à medida que um ajuda o outro para atingir determinado objetivo. Isto ocorre frequentemente na agricultura quando, por exemplo, vizinhos se auxiliam mutuamente no plantio. Um, auxilia o outro a plantar algum alimento e depois recebe alguns insumos como retribuição da dádiva (doação de mão de obra).

A ajuda mútua ocorre muito nas relações entre membros de uma mesma comunidade. Ploeg (2011) fala da ajuda mútua para construção de poços comunitários, em que indivíduos da mesma comunidade se auxiliam para um determinado objetivo comum. Este tipo de ajuda pode gerar confiança, união, solidariedade e pertencimento.

Em Morro Azul, uma das formas de ajuda mútua evidenciada é na realização de guiamentos no Roteiro. Ocorre que o Roteiro não conta com um guia de turismo especializado para este fim, sendo assim, os agricultores acabam por desenvolver a atividade de guiamento, recepcionando os grupos e os conduzindo até as propriedades que serão visitadas, contanto as historias da colonização e realizando a interpretação ambiental e cultural do lugar.

Para os guiamentos, os agricultores se revezam (com exceção das agricultoras que preparam as refeições, por estarem envolvidas demais com as tarefas). O desempenho desta tarefa de guia é recompensado financeiramente, sendo que os valores estão incluídos nos custos do Roteiro. Quanto a estes revezamentos há consenso entre todos, não se percebeu nenhum conflito em relação a isto, nem em função de alguns participantes não guiarem, já que estão produzindo a refeições.

A cobrança dos valores quando chega algum grupo geralmente é feita pelo guia do dia. Nesta tarefa percebe-se confiança no grupo. O revezamento parece gerar cooperação e engajamento entre as partes.

Em relação à ajuda para manutenção da Casa da Colonização foi evidenciado um impasse. Apesar de uma parte dos recursos arrecadados no roteiro serem destinados à manutenção deste bem (valores previamente estipulados em reunião, com consentimento de todos) e de os integrantes do grupo afirmarem que acham este bem comum importante, a realidade dos discursos expressa certo tipo de conflito em relação à manutenção deste bem.

Para os cuidados com a Casa da Colonização, pode-se perceber durante a pesquisa de campo que apenas os integrantes do Clube auxiliam. A principal envolvida com estes cuidados expressa que não adianta pagar, o que ela gostaria é envolvimento de todos.

"*Eles tem uma faxineira ali e quem manda ali é eles.*" (AGRICULTOR 3). Destaca-se o termo *eles* porque isto parece expressar o distanciamento desta agricultora em relação ao grupo que mantém a Casa da Colonização.

> *A casa eles compraram com o dinheiro da festa, desse Baile do Queijo e do Vinho. Daí eu acho que a gente fez umas rifas, alguma coisa assim, nem me lembro mais, daí fizeram uma angariação na escola pra conseguir tudo ali. Foi uma coisa boa aquilo ali, só que quem tem a chave é eles, a gente não tem acesso ali.* (AGRICULTOR 3).

Quando questionada se acha interessante para o roteiro, responde: "*É* (não muito enfática). *É legal pra chegada, mas tem outras coisas que a gente pode chegar também.*" (AGRICULTOR 3). Estas falas expressam o descaso desta agricultora com um bem comum a todos os integrantes do Roteiro.

Por outro lado pode-se analisar que a maior parte do grupo não percebe desta maneira. Uma das agricultoras, mesmo não pertencendo ao Clube Vera Cruz, relata:

> *A gente tá sempre junto quando tem alguma promoção, lá no clube, pra Casa da Cultura. Pra aumentar, pra comprar alguma coisa que precisa pra Casa da Cultura. O dinheiro que conseguimos pra manutenção da casa é com isso. (AGRICULTOR 7).*

Nesta fala já se pode ver que o verbo foi conjugado na primeira pessoa do plural, o que expressa uma relação de pertencimento.

Os agricultores que auxiliam a manter a Casa da Colonização percebem que é necessário manter uma prática social além da financeira. É como acontece em um mutirão em que o agricultor não quer ajudar e prefere pagar um diarista para cumprir seu trabalho.

(SABOURIN, 2011a). Apesar de a tarefa ser cumprida, o dever moral não o foi e, por isto, não foi estimulado o laço social.

Em Morro Azul, como as atividades comunitárias são frequentes, o grupo participa ativamente delas. Além das que são realizadas pela Igreja e pelo Clube de Mães, o grupo realiza eventos para arrecadar recursos para os objetivos comuns relacionados ao turismo rural.

Um exemplo que foi observado foi a Feira da Páscoa. Esta festa é uma das atividades organizadas para arrecadar recursos para o roteiro. O objetivo da Feira de 2014 era juntar dinheiro para a construção de uma réplica da primeira igreja do lugar. A festa consistiu em um almoço servido nas dependências do Clube Vera Cruz, seguido por uma exposição e venda de produtos feitos artesanalmente, por membros da comunidade.

Foi observado que o tempo dedicado à organização da festa é uma dádiva do grupo para o grupo, pois há desprendimento em relação ao tempo dispensado para organizar o evento. Os integrantes se mobilizam de varias formas: vendendo ingressos, recepcionando, decorando o lugar, cozinhando, servindo bebidas e lavando as louças depois do almoço. Há uma fluidez nas atividades, de modo que cada um tem sua função determinada de forma natural e espontânea, sem imposições. Esta participação em ações coletivas para alcançar objetivos comuns gera cooperação e união.

Apesar disto, pode-se perceber alguma disparidade de participação de um ou outro participante em relação ao grupo. Isto foi evidenciado tanto nos relatos quanto nas observações. Percebeu-se que a minoria, apesar de participar e estar presente se envolve mais intensamente com atividades que vai lhe gerar lucro, por exemplo, na exposição e comercialização de produtos artesanais, já que cada um vende o que produz.

O mutirão também é um tipo de ajuda mútua referenciado em Morro Azul. Alguns integrantes do grupo relatam que foram feitos vários mutirões para a reforma e manutenção da Casa da Colonização. Também relatam que fazem mutirões para melhorar moradias de membros da comunidade que não tem condições de fazê-lo. Isto gera união.

Este é um hábito praticado pelos imigrantes italianos, relatado pelos moradores, hábito este chamado de *pichuru*[26]. Em Morro Azul, existem muitas taipas de pedras ao longo de várias estradas de chão batido (pois no distrito não existe asfalto). Estas taipas foram construídas pelos imigrantes e restauradas pelos seus descendentes através de uma espécie de ajuda coletiva, de um mutirão: o *pichuru*. Os *pichurus* eram realizados quando algum morador

[26] O termo “pichuru” é encontrado no dicionário com a grafia “pixurum”, entretanto, a primeira forma é a que é utilizada pelos moradores de Morro Azul.

precisava realizar algum trabalho difícil ou penoso. Quando isso ocorria, os vizinhos e amigos ajudavam no trabalho e eram recompensados com uma farta refeição. Este hábito foi diminuindo de intensidade com o tempo:

> *Naquela época [quando casou] se fazia aquilo, tinha o tal do pichuru, que daí fazia uma comida diferente e todo mundo ia lá ajudar, um tal de 15, 20, todo mundo ia lá ajudar. Quando eu vim de muda pra cá eu fiz, porque eu tava sozinho. Qual é o dia que vocês podem ir lá fazer um pichuru comigo? Daí agente ia lá, fazia uma carne e trabalhava o dia todo, os vizinhos, amigos, a gente se ajudava e vinha todos. Ou faziam uma roça, ou faziam uma taipa, ou só um potreiro, um serviço mais pesado, sabe, mais demorado.* (AGRICULTOR 4).

Outra agricultora relata o *pichuru*:

> *Quando queimava uma roça de cana, eu me lembro que uma vez botaram fogo numa roça de cana, e todo mundo ajudava né, porque não podia chover em cima da cana queimada porque não rendia mais nada. Então daí se ajudavam.* (AGRICULTOR 7).

Para Sabourin (2011b) o mutirão é uma forma de reciprocidade binária, uma vez que diz respeito a uma forma de ajuda mútua entre grupos, famílias ou indivíduos. Este tipo de ajuda pode gerar amizade, união, pertencimento e outros valores que estão ligados à participação, ao envolvimento, a doar uma parte de seu tempo sem esperar retribuição monetária em troca. A retribuição, neste caso, se traduz no desfrute da comida oferecida e/ou em ajuda quando o primeiro indivíduo necessitar.

Atualmente, os *pichurus* tal como aconteciam, parecem se limitar a ajuda para famílias necessitadas, principalmente quando há algum doente que necessite de cuidados. Pode ser que isto ocorra pela monetarização das relações, uma vez que os próprios agricultores relatam pagar diaristas para realizar algum serviço que seja mais pesado, como para abrir roças e na colheita.

De outra forma se pode analisar que os *pichurus* se remodelaram e se ressignificaram. Nas festas comunitárias, sejam elas organizadas pela Igreja Católica ou não, há um tipo de ajuda mútua muito semelhante ao *pichuru.* Em datas festivas, quem pode ajuda, seja na venda de ingressos, seja na preparação das comidas ou na decoração do salão. É um tipo de trabalho coletivo para o bem comum que é recompensando ora com comida e bebida, ora com o reconhecimento por parte da comunidade.

As formas de ajuda mútua evidenciadas em Morro Azul, no que dizem respeito aos guiamentos, à cobrança de valores, à manutenção da Casa da Colonização e a ajuda em festas e eventos comunitários são evidentes e demonstram nem sempre ocorrer de forma equilibrada.

Importa considerar que o que foi evidenciado é que a ajuda entre os integrantes do grupo ora parece dar-se de forma gratuita e desinteressada ora parece manifestar-se com certo interesse financeiro. Este último tipo, embora seja menos evidente entre estes agricultores, é um resultado natural do processo de inserção no mercado turístico, que cujo objetivo maior é o lucro.

A ajuda mútua e o compartilhamento, já analisadas até aqui, juntamente com a reciprocidade cara a cara e a hospitalidade, formam o conjunto de estruturas de reciprocidade evidenciadas em Morro Azul.

### 3.3.3 A reciprocidade cara a cara

A reciprocidade cara a cara faz parte de uma estrutura de reciprocidade bilateral simétrica (SABOURIN, 2011) e acaba por produzir sentimentos de amizade entre as partes. Em Morro Azul, um evento pode ser considerado como reciprocidade cara a cara:

> *Foi oferecido pro grupo da Farmacinha, da Associação de Agricultores, foi oferecida uma verba que veio de alguma emenda parlamentar. Só que tinha que ser investido em algum lugar público. Então este grupo veio conversar conosco pra aplicar em alguma coisa do turismo, mas teria que ser público, aí nos fizemos uma reunião lá na praça e decidimos que seria o pórtico e as placas.* (INFORMANTE 2).

Na Associação de Agricultores e Agricultoras de Morro Azul (que não contempla todos os integrantes do grupo de turismo rural) há um grupo de mulheres que trabalha com o projeto de uma farmácia natural. Este grupo, então, recebeu uma verba, mas não via meios de aplicá-la, porque a destinação deste recurso haveria que ser pública. Optaram, então por chamar o grupo do turismo rural para que, juntos, pudessem destinar melhor estes recursos.

O fato de dois grupos trabalharem juntos em prol de um objetivo comum pode ser considerado como reciprocidade cara a cara, pois há dois envolvidos (neste caso, dois grupos), que estão frente a frente. Este tipo de trabalho parece estar relacionado a relações de reciprocidade, uma vez que na localidade todos são, em alguma medida, parentes, amigos ou vizinhos.

Em Morro Azul, os integrantes do roteiro possuem relações de parentesco e relações de vizinhança. O grupo de agricultores que pertence ao Clube é, grande parte, constituído por irmãos e cunhados. Os demais possuem relações de parentesco (primos) e relações de vizinhança.

Estas mesmas relações parecem explicar o porquê do conflito entre algumas agricultoras dentro do grupo que trabalha com turismo rural. Duas delas não tinham intimidade com os demais. Outra agricultora, inclusive, relata: "*A gente não tinha intimidade com [nome], com [nome], a gente só conhecia. Daí veio o curso de Turismo e começou, daí foi onde veio elas.*" (AGRICULTOR 1). A única relação existente foi a de professor/aluno, que acabou por se tornar uma relação assimétrica, gerando sentido de inferioridade de um e superioridade de outro.

Já entre os agricultores que já mantinham algum tipo de relação, o discurso é outro: "*A gente se conhece desde criança. A [nome] foi minha colega até. A [nome] foi professora dos meus filhos. É tudo gente de casa. Uma grande família.*" (AGRICULTOR 7).

O trabalho com turismo rural também gerou alguns impasses na comunidade. Um deles está relacionado à insegurança sentida pela comunidade que não participa do roteiro e isto pode ser analisado a partir do conceito de reciprocidade assimétrica, de Sabourin (2011a).

> *Eles acham que pode estragar o lugar, que pode trazer gente estranha, ladrão, mas eu digo: capaz que ladrão vai pagar ingresso e passear! Também por causa das leis ambientais, sabe que aqui o pessoal tem que trabalhar, né, e às vezes tu tem que derrubar mato pra fazer uma rocinha pra poder plantar, e as pessoas aqui tem medo que alguém venha aqui e denunciem. Eles têm medo, mas ninguém denuncia. Mas as pessoas têm esse medo.* (AGRICULTOR 6).

"*Também achavam que como vem gente boa vem gente ruim, uns vem só pra explorar e ver como é ingênuo o povo do interior pra depois vir os espertos e roubar.*" (AGRICULTORA 7). Cabe destacar, neste aspecto, que a inserção no mercado turístico não parece ter suprimido as relações de reciprocidade e os valores gerados por ela. Exemplo disto é um fato ocorrido com uma agência de turismo que levava grupos de turistas para realizar o roteiro. Em determinado momento da parceria com o grupo esta agência veio a falir e deixou um saldo de dívidas bastante alto para o grupo. As agricultoras que serviam refeições foram as mais prejudicadas financeiramente, uma vez que produziram os almoços e os cafés e não receberam por isto.

Mesmo assim, os relatos apontam para uma superação por parte do grupo e um sentimento de gratidão por este agente de viagens ter contribuído inicialmente com o roteiro: "*E o grupo se manteve firme [...], não tem nenhum rancor porque ele que deu o pontapé inicial para nós. Claro que ele foi errado e tudo, mas ninguém tem raiva dele porque ele nos ensinou muito, fez propaganda pra nos e contribuiu muito.*" (INFORMANTE 3).

A análise é de que o grupo não percebe apenas o retorno financeiro como importante, se assim fosse o sentimento de gratidão não existiria ou estaria diminuído se comparado ao prejuízo obtido.

As relações de reciprocidade cara a cara, embora ocorram de forma menos evidente que os outros tipos de relações de reciprocidade em Morro Azul permitem considerar que esta estrutura é responsável por gerar sentimentos de amizade entre pessoas da comunidade e que este sentimento, de forma cíclica, estimula a participação e o envolvimento nas atividades de turismo rural.

### 3.3.4 A hospitalidade como mediadora das relações turísticas

A hospitalidade, enquanto forma de reciprocidade, é evidente no Roteiro Vale do Paraíso, tanto nas observações quanto nos relatos. Os agricultores relatam histórias que permitem compreender como a hospitalidade foi construída através do tempo:

> *Ah, mas nós éramos muito sem-vergonhas [quando crianças]. Porque a mãe colocava o café na mesa, naquele tempo botavam a lata de doce lá em cima, a gente não podia comer, era só pras visitas. [...] quando vinha visita a mãe fazia café e proibia nós de vir na mesa, só quando a visita ia embora. Mas daí a gente ia na mesa e dizia - mãe, me dá um pedaço? Daí quando eles iam embora a gente ganhava uns trotes, só as visitas podiam, a gente só espiava, mas daí quando tinha visita ela não podia dizer que não né.* (AGRICULTOR 1).

Naquela época, em algumas famílias, as melhores comidas eram oferecidas às visitas. No cotidiano as famílias comiam os alimentos que plantavam e os derivados destes produtos (como farinha de milho, já que o milho era plantado ali e havia moinho para transformar milho em farinha). Quando os tropeiros retornavam de suas viagens, traziam consigo produtos que a localidade não produzia (como o açúcar refinado e a farinha de trigo). Em função disto estes produtos eram escassos e só eram utilizados para fazer comida em ocasiões especiais e os visitantes tornavam os dias especiais em razão da sua estada.

Este hábito de bem receber os visitantes parece ter passado de pais para filhos, de geração a geração. Durante a pesquisa de campo, antes mesmo da criação de vínculo com os entrevistados, se pode presenciar práticas de hospitalidade que nada tem a ver com interesse financeiro.

Na primeira visita a localidade, se obteve duas ofertas de hospedagem (com tanto acolhimento que se pode sentir constrangimento por ter que retornar para casa). Depois disto, por diversas vezes, em função da pesquisa de campo, houve a necessidade de hospedagem em

Morro Azul e isto ocorreu na casa dos agricultores porque eles não permitiam que a pesquisadora pagasse hospedagem em alguma das pousadas dali. Todas estas hospedagens foram regadas a muitos cuidados, conversas, refeições fartas e ainda muitas comidas para levar para casa.

Na primeira ocasião em que foi necessário hospedar-se nas pousadas existentes ali, a proprietária não queria cobrar pelo valor da diária. Após muita insistência, a cobrança foi feita de forma constrangida, como se estivesse fazendo algo que iria contra seus princípios. Quando cobrou o valor devido pela hospedagem e alimentação o fez com a condição de dar pão caseiro e doces, como se fosse necessário compensar alguma coisa. Aqui nota-se a tríplice obrigação presente em uma prática socioeconômica: a agricultora deu hospedagem, em troca receber seu pagamento, mas, como forma de retribuição deu alimentos para o hóspede.

Logo após este episódio, antes que fosse necessário se hospedar na outra pousada existente (como uma forma de poder prestigiar as duas pousadas integrantes do Roteiro), a proprietária da segunda pousada soube da estada da pesquisadora em Morro Azul. Na primeira oportunidade que obteve tratou de oferecer hospedagem e almoço gratuitos. Pela entonação da voz, pelos gestos e pela preocupação em saber o valor cobrado na outra propriedade, se pode perceber que se tratava de competição por prestígio, tendo em vista que a outra pousada já havia recebido a visita da pesquisadora.

Em Morro Azul, o prestígio parece servir ora como motivação da produção ora como fonte de autoridade (entre os mais e os menos “letrados”).

Os agricultores sempre vendem produtos aos turistas durante as visitas, mas também oferecem provas de comidas aos visitantes sem cobrar a mais por isto. Para eles isto é uma forma de retribuir o que os turistas trazem para eles: respeito, valorização, reconhecimento, carinho e alegria.

> *Às vezes tu levanta cedo pra fazer o café. Cada vez que tem café tu tem que levantar às 4 horas pra ser tudo novinho, daí as vezes chega as 14 horas vai te dando uma canseira, uma lombeira... Daí eles chegam e perguntam quem fez aquilo tudo – mas que mão abençoada! Chegam a dizer assim: que Deus proteja tu, estas mãos.! Daí tu te anima assim toda, já dá vontade fazer mais uns 10! Eles te botam lá em cima! Isto pra mim faz muito bem. Eles chegam rezar orar por mim aqui dentro de casa. (AGRICULTOR 3).*

Esta fala expressa que além da relação de troca (o café que é servido e que é cobrado), existe uma relação de reciprocidade (o carinho despendido para a produção do café é recompensado pelo reconhecimento por parte dos turistas, de suas orações e de seu carinho).

Esta forma de receber acaba por gerar fidelidade dos clientes. Um agricultor de outra propriedade relata: "*Teve um senhor que veio oito vezes aqui. E ele diz que se tiver excursão de novo, eu venho de novo!*" (AGRICULTOR 6). Nota-se que os turistas, ao serem bem atendidos, acabam por retornar às propriedades. Esta relação parece gerar respeito entre as partes.

> *Eu queria ligar ali o computador pra te mostrar os e-mails que eles [os turistas] mandam agradecendo e os elogios sobre a receptividade, a maneira de a gente receber [...] Tem uns que abraçam, beijam e beijam a cabeça, agradecendo e assim, esta semana mesmo o ultimo grupo já ligou e disse que quer trazer um grupo de novo e já querem deixar agendada uma outra janta, mas tem que ser igual aquela! Tem gente que já voltou 15 vezes aqui, em três anos. Eles dizem que é pela nossa maneira de ser e pela comida é que a gente segura os turistas, pelo estômago também. (AGRICULTOR 9).*

Um dos turistas entrevistados relata perceber que recebeu muito mais do que pagou. Diz que a recepção ao longo do roteiro é algo incomensurável, algo que jamais vai esquecer. Outro, diz que pode pagar a mesma coisa para qualquer outro lugar, mas não vai ter tudo o que teve ali: simplicidade e carinho.

Além destas relações de reciprocidade, percebeu-se que os agricultores despendem seu tempo sem controlar o horário, parece esquecerem-se das horas quando recebem turistas. Isto ocorre justamente porque percebem a reciprocidade dos clientes.

Em uma das propriedades (pousada) é disponibilizado um telefone para que os hóspedes possam telefonar para suas casas, uma vez que o sinal de telefonia móvel na localidade é precário. Vale ressaltar que as ligações não são cobradas dos hóspedes. Quando questionada sobre o porquê disto, a agricultora que disponibiliza este telefone responde que é porque se comove com quem quer falar com sua família e não consegue.

Outro gesto que expressa a não contagem do tempo, foi em uma das visitas à propriedade que realiza o Filó. Uma das primeiras visitas para a pesquisa de campo em Morro Azul foi no dia de preparos para o Filó, que aconteceria naquela noite. Os preparativos estavam sendo feitos, muito trabalho pela frente, mas mesmo assim a agricultora parou tudo o que estava fazendo para que pudesse responder as questões de pesquisa ou simplesmente bater papo, mesmo sob protestos para que não parasse com seus afazeres, visto que a visita poderia ocorrer em outro momento.

Em todas as propriedades os agricultores demonstram boa vontade para contar suas histórias. Histórias estas sempre regadas a comidas e bebidas, oferecidas como um "agrado", gratuitamente.

Neste mesmo sentido, os produtos agrícolas tornam-se, em certos momentos, dádivas ofertadas em diferentes momentos. Ao longo de toda pesquisa de campo, sempre se pôde retornar com alimentos como banana, abóbora, frutas e doces produzidos ali.

A alegria com que doavam isto em cada visita era visível e pode-se interpretá-la como um momento de criação de um vínculo, pois os agricultores sentiam-se orgulhosos e valorizados por participarem um estudo acadêmico.

Inicialmente, o que poderia ser uma dádiva interessada (eles forneceriam informações a pesquisadora e esta poderia oferecer auxilio técnico a eles) se mostrou dádiva geradora de valor ético: respeito e amizade. *"Ela já é nossa"*, *"parece um membro da família"* foram expressões ouvidas frequentemente durante a pesquisa de campo, expressando que, além de amizade, uma relação de identificação com o lugar, pois o "nosso" se referia ao "nosso lugar", à "nossa terra" porque, se a pesquisa buscava entender as relações dadas naquele roteiro, era porque a pesquisadora havia se identificado com o lugar.

Para os agricultores, o trabalho com turismo rural parece ser uma oportunidade de trocar experiências de vida com os visitantes, de conhecer novas ideias, de aprendizado. Além disso, todos enfatizam a satisfação em conhecer pessoas novas e em manter novas amizades, principalmente pela fidelização do cliente. "*Ah...o turismo traz muita troca de experiência, é muito bom! Porque, olha, o que vem gente de gente, de culturas diferentes...nós aprendemos muito!*" (AGRICULTOR 9).

> *Eu gosto muito de estar no meio de pessoas diferentes, de outros lugares...Eles contam histórias que se parecem com as minhas e eu conto histórias que eles dizem que parecem com as deles, de quando eu me criei, de como eram as coisas antigamente. É muito importante esta troca de conversa. (AGRICULTOR 5).*

Percebem que conseguem mostrar aos turistas que o que é simples é interessante (tanto que mantém sua simplicidade em todas as práticas) e também veem a possibilidade mostrar a natureza que os circunda e a cultura produzida ali.

Os turistas, por sua vez, percebem receber mais do que pagaram. Argumentam que pretendem retornar trazendo mais pessoas, principalmente o restante da família porque "*precisam conhecer este lugar*." (TURISTA 1). Isto expressa que os turistas pretendem construir uma reputação favorável do Roteiro, de maneira geral, não de uma propriedade em particular. Isto também é um fator interessante, porque, apesar dos conflitos e das diferentes maneiras de conceber a prática turística todos os agricultores conseguem deixar boas impressões a quem os visita e gerar relações sociais.

Como de forma cíclica, a hospitalidade, como manifestação da tríplice obrigação de dar, de receber e de retribuir, parece gerar outro valor: a autoestima. Os agricultores relatam ter sua autoestima aumentada em função do turismo: "*O turismo na questão financeira ajuda, mas eu me sinto bem porque a gente tem mais uma autoestima, né. Se sente valorizado, as pessoas conversando, parece, assim, que a gente se sente respeitado pelos outros.*" (AGRICULTOR 4).

Outro agricultor relata: "*Ah... o turismo deu um nome tão bonito pra Morro Azul! Quando falam do Vale do Paraíso, do café colonial, a gente se sente lá em cima! Todo mundo fica tão, é muito bom!*" (AGRICULTOR 5), "*Hoje, pra mim, ta sendo muito bom. Pra mim hoje é uma terapia, além de agregar valores.*" (AGRICULTOR 9).

Estes elementos permitem compreender que a hospitalidade em Morro Azul foi construída historicamente e que ela é estimulada pelas próprias práticas cotidianas, destacadamente aquelas relacionadas às visitações dos turistas. A hospitalidade no Roteiro Vale do Paraíso, ao mesmo tempo em que é resultado de um processo histórico, é o que faz, juntamente com os demais atrativos turísticos, com que o próprio Roteiro se torne mais conhecido e visitado a cada ano.

# CONCLUSÕES

Esta tese buscou compreender de que forma as relações de reciprocidade estimulam a articulação dos agricultores em torno de ações comuns, mantendo-se configurados em um roteiro de turismo rural. Esta questão levou a uma reflexão sobre o papel que exercem certos elementos carregados de subjetividade, como cooperação, ajuda mútua, identidade, reciprocidade, entre outros.

A reflexão sobre estes aspectos levou em conta que o meio rural é composto por atores com diferentes lógicas, que podem agir ora sob o domínio da economia do intercâmbio, ora sob o que se chama da lógica da Reciprocidade.

A questão central desta tese girou em torno da inquietação teórico-empírica sobre como alguns atores, particularmente alguns agricultores familiares, mantêm-se configurados em um roteiro turístico, agindo em cooperação com o outro e trabalhando de forma coletiva em prol de um objetivo comum, enquanto em determinados lugares estas práticas não acontecem ou acontecem regidas por instituições externas, que acabam por impor práticas conforme seus interesses.

A realidade concreta sobre esta percepção pode ser observada no Roteiro Vale do Paraíso, no distrito de Morro Azul, em Três Cachoeiras/RS. Este roteiro, tanto em função de sua composição, já que é composto por um pequeno grupo de unidades familiares, quanto de sua localização, por estar situado em uma região litorânea, que precisa dar conta da sazonalidade em sua economia, foi escolhido para ser objeto de estudo.

Para que se pudesse compreender se (e como) a reciprocidade influencia no agir coletivo dos integrantes deste roteiro de turismo rural, foram estabelecidos alguns objetivos específicos: a) reconstruir a formação sociocultural dos atores envolvidos no turismo rural em Morro Azul; b) resgatar o processo histórico de constituição do Roteiro Vale do Paraíso; c) identificar práticas que apontem a ação coletiva existente nesta prática turística; d) identificar e qualificar as relações existentes entre os atores envolvidos no Roteiro, bem como os valores gerados por estas relações, sob o olhar da lógica da Reciprocidade.

A reconstituição da formação sociocultural dos atores que integram este Roteiro foi importante porque pode permitir que se conhecessem algumas histórias de seus antepassados que interferem, senão são reproduzidas, em práticas cotidianas atuais. Dito de outra forma, alguns elementos evidenciados nos relatos dos agricultores sobre seus pais e avós e até mesmo sobre sua infância, mobilizaram diversas práticas que são reproduzidas até hoje, como

o trabalho na lavoura, o hábito de “cozer”, a continuidade de alambiques e moinhos, entre outros.

O que se percebeu é que são exatamente estes elementos, enraizados no passado, que se tornam atraentes para o visitante e que permitem a reprodução tanto das práticas quanto do próprio roteiro turístico, uma vez que o agricultor sente que este passado é valorizado e, em função disto, busca sua perpetuação.

Este primeiro objetivo específico também proporcionou que se reconhecessem algumas práticas antigas que eram práticas de reciprocidade e que podem ter influenciado os agricultores a seguirem, em determinados momentos, nesta lógica. Por exemplo, os *pichurus* realizados antigamente parecem ter se atualizado e hoje acabaram por se transformar tanto em mutirões, quando há algum necessitado na comunidade, quanto tenham se transformado em ajuda mútua para festas comunitárias.

No resgate sobre a imigração italiana e alemã na região se percebe o principal conflito existente neste grupo que trabalha com turismo. Estas imigrações se deram, em Morro Azul, em épocas distintas e cada etnia acabou por se fixar em determinadas regiões do Distrito. Esta separação geográfica parece ter deixado como influência um distanciamento entre os dois grupos, que resulta em uma espécie de competição até os dias atuais.

Os agricultores inseridos no Roteiro são descendentes de imigrantes e parecem buscar honrar seus antepassados, almejando preparar a melhor comida e ser o mais prestigiado na comunidade, o que implica em tensões eventuais entre um e outro morador, de descendências diferentes. Embora isto ocorra, pode-se notar que as atividades de turismo rural contribuíram para amenizar as hostilidades existentes, uma vez que o Roteiro Vale do Paraíso congrega as duas etnias de uma forma mais harmônica do que antes das atividades.

Também a hospitalidade é um elemento que possui suas raízes históricas, uma vez que estes agricultores cresceram percebendo o visitante como merecedor de carinho e respeito. Isto foi evidenciado de diversas formas, tanto nas histórias de vida quanto nas entrevistas com agricultores e turistas e nas observações realizadas.

O segundo objetivo formulado para que se respondesse a questão central da pesquisa foi: resgatar o processo histórico de constituição do Roteiro Vale do Paraíso. Ao buscar atingir este objetivo foi sendo evidenciado que este roteiro foi idealizado de forma tipicamente endógena, uma vez que os próprios moradores se sentiram motivados a trabalhar com turismo e acabaram buscando auxílio técnico para realizar de forma adequada a atividade.

Como uma iniciativa endógena, obviamente pode trazer benefícios à comunidade, como a diversificação da renda das propriedades integrantes, o aumento da autoestima dos moradores e do senso de pertencimento em relação ao lugar que vivem. Apesar disto, evidenciaram-se algumas tensões, principalmente vinculadas, mais uma vez, à busca por prestígio na comunidade. As práticas de turismo rural, uma vez que surgiram a partir de determinados atores centrais em Morro Azul, foram alvo de falatórios na comunidade, de algumas desconfianças e, posteriormente, de inveja e ciúmes por parte da comunidade que não participa do Roteiro.

O que se pode perceber é que estas tensões parecem não se dar somente em função da geração de renda, mesmo que isto possa influenciar em alguma medida. O que ficou evidente é que estas tensões se deram (e ainda se dão) porque determinados membros da comunidade necessitam de prestígio e, em certa medida, gostam da "fama" de moradores participativos e envolvidos na comunidade.

O terceiro objetivo, identificar práticas que apontem a ação coletiva existente nesta prática turística, pôde conduzir a uma reflexão teórica específica sobre ação coletiva em comunidades rurais.

A composição do Roteiro se dá tanto por propriedades privadas, de acesso também privado, quanto por recursos públicos (infraestrutura e natureza, por exemplo) e alguns recursos comuns, de acesso privado, como a Museu Casa da Colonização, as histórias, a própria cultura local e a gestão do Roteiro em si.

A ação coletiva para gestão deste Roteiro foi evidenciada em diferentes contextos: nas ajudas para as festas comunitárias, nos guiamentos, na cobrança de ingressos. Estas ações foram identificadas como responsáveis pela geração de sentimentos importantes para manutenção das atividades de turismo rural: pertencimento, amizade, união, respeito, consciência ambiental e confiança.

Apesar de serem estes valores éticos, pode-se apreender que em determinadas ocasiões alguns agricultores que integram o Roteiro contribuem de maneira mais efetiva com o trabalho coletivo quando percebem que podem lucrar financeiramente. Embora o turismo, em Morro Azul, se dê como uma forma de complemento de renda (pois fica evidente que os agricultores não possuem interesse em tê-lo como renda principal) a entrada de recursos nas propriedades pode contribuir de maneira importante para que se atingisse uma melhor qualidade de vida, principalmente na realização de melhorias nas propriedades.

Em outros momentos se percebeu que a entrada no mercado turístico acabou por, de certa forma, gerar algum tipo de conflito, como é o caso da competição por qual propriedade é

mais visitada. Esta competição se tornou mais evidente nas propriedades que oferecem os serviços de hospedagem e alimentação. Apesar de ser perceptível que esta competição se dê muito em função de prestígio, se destaca o fato de que as propriedades que mais competem serem aquelas que ofertam serviços de hospedagem e alimentação e, consequentemente, possuem maiores possibilidades de ingresso de recursos financeiros.

Isto expressa a existência, concomitante, das duas lógicas: da Reciprocidade e da troca mercantil. A lógica da Reciprocidade, evidente nas relações de compartilhamento, de ajuda mútua e de hospitalidade, evidencia a prática social além do lucro. Mais do que isso, mostra em quais momentos a comunidade privilegia relações sociais que geram sentimentos e valores em detrimento de relações unicamente capitalistas. A lógica mercantil, também evidenciada no Roteiro Vale do Paraíso, torna-se evidente quando o que mais interessa são o retorno financeiro e o lucro imediato. Esta lógica, apesar de também gerar sentimentos positivos (como a satisfação em comprar determinado produto ou adquirir determinado serviço) não privilegia o outro, não busca um sentimento coletivo, busca, sim, a satisfação pessoal.

O quarto objetivo: identificar e qualificar as relações existentes entre os atores envolvidos no Roteiro, bem como os valores gerados por estas relações, sob o olhar da lógica da Reciprocidade pode ser atingido quando se apreenderam algumas relações de compartilhamento, de ajuda mútua e de hospitalidade entre os agricultores que trabalham com turismo, entre estes e os turistas e entre estes mesmos agricultores e a natureza (ou à terra cultivada).

Em relação ao compartilhamento, identificou-se que isto se dá tanto em equipamentos utilizados para o turismo quanto em saberes e fazeres que são passados de geração à geração e compartilhados com turistas durante as visitas. Esta estrutura de compartilhamento gera pertencimento, união e respeito e, a partir destes elementos, a comunidade como um todo pode se beneficiar, uma vez que os valores gerados serviram para estimular os agricultores a buscarem melhorias para Morro Azul, como benfeitorias na praça central, a instalação de placas de sinalização e a construção do pórtico do Distrito.

Isto não significa que ao compartilhar os atores envolvidos estão isentos de tensões. O ato do compartilhamento gera contato muito próximo entre eles e torna o grupo fechado aos olhos dos demais. Além disto, internamente, há a presença de conflitos entre os mais e os menos “letrados”, identificando-se, mais uma vez, a busca por prestígio.

Também os cuidados para o recurso comum Museu Casa da Colonização são alvos de conflitos, pois muitos entendem que o pagamento financeiro os isenta dos cuidados pessoais com aquele recurso comum. Isto parece estar vinculado a uma lógica de mercado, em que

tudo se pode resolver a partir do pagamento financeiro, entretanto, para alguns agricultores (talvez os que mais se inserem na lógica da Reciprocidade) este pagamento financeiro não isenta o compromisso mútuo, a ajuda entre o grupo.

Em relação à hospitalidade, ficou evidenciado que ela foi construída historicamente, assim como as relações de reciprocidade entre os agricultores. Percebeu-se que o tempo para a atenção ao turista não parece ser contabilizado, sendo que os agricultores doam mais do que o que seria esperado em uma prestação de serviços inserida unicamente na lógica mercantil.

A partir destes elementos pôde-se responder ao problema de pesquisa, concluindo que as relações de reciprocidade existentes entre os agricultores de Morro Azul acabam por interferir diretamente na predisposição para o trabalho coletivo. São os valores gerados na prática turística que motivam ou sustentam a reprodução do ciclo de reciprocidade e, assim, possibilitam manter os mecanismos que estimulam a identidade, a hospitalidade e, por sua vez, a ação coletiva.

Percebeu-se, durante a pesquisa, que os agricultores não realizam as atividades de turismo rural com apego exclusivo ao lucro porque existem, neste grupo, práticas com interesse social, que preservam os interesses locais, a natureza e a própria comunidade. Tais práticas ocorrem como um dispositivo de vida, de trabalho e de renda que possuem valores específicos que seriam difíceis de serem reconhecidos em um empreendimento estandardizado.

Estas relações de reciprocidade, embora não estejam isentas de alienações, acabam por propor um projeto de desenvolvimento pautado na preocupação com o outro, em valores simbólicos pautados na amorosidade e no vínculo com o lugar e com a história construída ali.

No Roteiro Vale do Paraíso é a lógica da Reciprocidade que parece predominar, muito embora as relações com o mercado e a entrada de recursos financeiros, dada a própria natureza da atividade turística, aproximem os agricultores da lógica de mercado.

O importante desta análise é perceber que o turismo rural pode ser trabalhado a partir de uma lógica diferenciada da lógica unicamente mercantil. Isto importa para as comunidades que desenvolvem projetos de turismo rural, para as instituições que apoiam tais práticas e para o meio acadêmico. Para os primeiros, as comunidades, se torna importante no sentido de valorizar práticas que são realizadas há anos e que não necessitam e, talvez, não devam ser transferidas para uma leitura capitalista e unicamente mercantil. Para as instituições, é interessante por permitir identificar quando estas relações de reciprocidade se fazem presentes, justamente para que sejam alvo de projetos que as estimulem. Para o meio acadêmico, importa por possibilitar reconhecer que há outra lógica em determinadas práticas

turísticas e que esta lógica, longe de ser única e predominante, existe e pode possibilitar a manutenção de sentimentos e valores éticos que influenciem em projetos endógenos de desenvolvimento.

Pesquisar a Reciprocidade não foi tarefa fácil e isto implica em tratar das limitações deste estudo. A primeira delas é a de que a Teoria da Reciprocidade propõe elementos de difícil identificação principalmente por se tratar de aspectos subjetivos.

Outra limitação deste estudo é que o objeto empírico da tese foi um grupo pequeno de agricultores. Seria interessante que fossem estudados também grupos um pouco maiores, em realidades diferentes da apresentada aqui, para que se possa apreender outros elementos que não puderem ser identificados nesta comunidade.

Caberia também analisar a relação de grupos como estes, que tenham presentes em seu cotidiano práticas e relações de reciprocidade, em sua interação com instituições externas, tal como prefeituras municipais. No Roteiro Vale do Paraíso a Prefeitura Municipal não possui papel ativo, mas seria importante que fossem estabelecidas as relações entre os grupos que trabalham com turismo rural e estas instituições.

Ao concluir este estudo, resta outra inquietação, no tocante a sucessão do roteiro. O grupo analisado é composto por agricultores que não são jovens e, em determinado momento, irão parar de trabalhar com turismo. A expectativa de que os filhos assumam os trabalhos é alta por parte dos integrantes do grupo, mas o futuro, em relação a isto, é incerto, uma vez que muitos destes filhos estão envolvidos com outras atividades, a maior parte fora daquele lugar.

Ainda, mesmo que estes filhos acabem por assumir as atividades de turismo rural, será que a lógica da reciprocidade irá se reproduzir ou o turismo rural em Morro Azul irá ser trabalhado unicamente a partir da lógica mercantil? Esta inquietação parece fazer parte não somente das considerações finais deste estudo, mas também do cotidiano dos agricultores de Morro Azul.

Ainda, seria necessário refletir sobre as próprias atividades de turismo rural no Roteiro. Elas são realizadas da mesma maneira há anos e parecem estar cristalizadas no tempo, principalmente em função do fechamento do grupo que não permite que outras propriedades ingressem e possam trazer novidades para o Roteiro.

O Roteiro Vale do Paraíso não oferta novidades aos turistas, principalmente aqueles que retornam mais de uma vez ao local. Se, por um lado, isto pode mostrar que os agricultores não possuem interesse em diversificar suas atividades de turismo rural (o que pode expressar um comprometimento maior com as identidades já construídas, dentro da lógica da Reciprocidade), por outro lado pode comprometer em longo prazo o próprio Roteiro (uma vez

que a lógica mercantil, em que também, invariavelmente, estão inseridos, requer novidades para o consumo).

Por fim, vale ressaltar que não é intenção desta pesquisa sobrepor a leitura das práticas de troca mercantil pela leitura das práticas de Reciprocidade. O que se pode perceber é que é possível, e concreta, uma dupla leitura destas relações, por serem relações sociais e econômicas (por isto chamadas de socioeconômicas) que são dão, sim, em função do lucro, mas que são práticas carregadas de aspectos subjetivos, de valores, relações e sentimentos que importam para a compreensão do todo.

Esta dupla leitura permite estimular reflexões sobre como o pensamento econômico predominante, o da troca capitalista, parece estender-se quase que ilimitadamente nas leituras sobre as práticas de turismo rural. Com a evidência da existência destas duas lógicas, se permite propor que futuros estudos reflitam sobre a evidência de relações não monetárias que ainda existem nas sociedades atuais, para que tais relações não sejam destruídas e sim valorizadas.

# REFERÊNCIAS


BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**. 3ª ed. Campinas – SP: Papirus, 2002.

_____. **Planejamento responsável do Turismo.** Campinas: Papirus, 2005

_____. **Cultura e Turismo**. Campinas – SP: Papirus, 2007.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 1998.

BEZERRA, Maria Lucila; BACELAR, Tânia. **As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no brasil.** In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (org). Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013.

BOLLIER, David. Los bienes comunes: um sector soslayado de la creación de riqueza. In: HELFRICH, Silke. **Genes, bytes y emisiones:** bienes comunes y ciudadanía. Fundación Heinrich Böll, Oficina Regional para Centroamérica, México y Cuba. México: Frente & Vuleta, 2008.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CORRÊA, Walquíria Kruger. **Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo.** In: Campo-território: revista de geografia agrária, v.3, n. 5, p. 214-242. Uberlândia: UFU, 2008.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **A materialização do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), Colombo-PR:** verticalidades, horizontalidades e intencionalidades. Investigaciones Geográficas, Boletín Del Instituto de Geografia, nº69/ago. México: UNAM, 2009.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. **O discurso da viabilidade do turismo rural na agricultura familiar: o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) e o papel do Estado do Paraná no contexto.** In: Revista de Cultura e Turismo, ano 07, nº 02, junho. Ilhéus: UESC, 2013.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção**. In: XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rura, 1997. Anais... Natal, 1997.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurbzeze.html

_____. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: Política de Desenvolvimento e o 'Novo Mundo Rural', Seminário "**O Novo Rural**", São Paulo: Unicamp, 1999.

COLODZEISKI, Ana Carolini Teixiera da Silva. **Turismo e Capital Social:** a experiência do desenvolvimento local sustentável no distrito de Morro Azul, Litoral Norte do RS.

Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

CONTERATO, Marcelo Antônio; NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. Mercantilização e mercados: a construção da diversidade da agricultura na ruralidade contemporânea. In: Sérgio Schneider; Márcio Gazolla. (Org.). **Os atores do Desenvolvimento Rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

CORDEIRO, Dan Gabriel D'onofre Andrade Silva. **Hospitalidade de famílias rurais da Serra Fluminense:** olhares de anfitriões. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: **América Latina:** cidade, campo e turismo. LEMOS, Amalia Inés Geraiges; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. CLACSO: São Paulo, 2006.

_____... [et al.] (org). **Arranjos produtivos locais do turismo comunitário**: atores e cenários em mudança. Fortaleza: Ed. UECE, 2009.

CRISTÓVÃO, Artur. **Acção colectiva e turismo em espaço rural**: as Rotas do Vinho e do Azeite no Douro e Trás-os-Montes, Portugal. In: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. Turismo rural: iniciativas e inovações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

CRISTÓVÃO, Artur... [et al.] (org). **Turismo Rural em Tempos de Novas Ruralidades**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**. São Paulo: Cortez, 2000.

CZAJKOWSKI, Adriana; CUNHA, Sieglinde Kindl. **Organização e coordenação da rede de cooperação em aglomerados de turismo rural.** Revista Turismo Visão e Ação, v.12, nº 1. Itajaí: UNIVALI, 2010.

DE ANGELIS, Massimo. **Re(in)fusing the Commons**. The Commoner: a web journal for other values, nº 11, 2006. Disponível em: http://www.commoner.org.uk/the_commoner_11.pdf. Acesso em janeiro/2015.

DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sergio Pereir; SCHMITT, Claudia Job; GRISA, Catia; KATO, Karina; WESZ JUNRIO, Valdemar. **Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados.** In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (org). Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1987.

EHLERS, Eduardo. **Empreendedorismo e conservação ambiental no interior de São Paulo**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v.45, n.1, jan/mar. Brasília: SOBER, 2007.

ELESBÃO, Ivo; TEIXEIRA, Andressa Ramos. **Turismo e agricultura familiar**: o papel das iniciativas locais na valorização do mundo rural. In: SOUZA, M; ELESBÃO, I. (org.). Turismo rural: iniciativas e inovações. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2011.

FROEHLICH, José Marcos. **Turismo Rural e Agricultura Familiar:** explorando (criticamente) o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento local. In: ALMEIDA, Joaquim Anecio; Riedl, Mário (Orgs.). Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

_____. **O rural múltiplo: a heterogeneidade social, a construção de identidades e as sociabilidades locais.** In: GUIMARÃES, Gisela Martins... [et al.] (org). O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades. Ijuí/RS: Ed. Unijuí, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. In: Revista Nova Economia. Belo horizonte, MG: UFMG, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos avançados, São Paulo: USP, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José; GROSSI, Mauro Del; CAMPANHOLA, Clayton. **O que há de realmente novo no rural brasileiro?** Cadernos de Ciência e Tecnologia, v.19, nº1, jan/abr. Brasília: Embrapa, 2002.

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons**. Science, New Series, Vol. 162, nº. 3859, dez.,EUA: AAAS, 1968.

HELFRICH, Silke. **Genes, bytes y emisiones:** bienes comunes y ciudadanía. Fundación Heinrich Böll, Oficina Regional para Centroamérica, México y Cuba. Frente & Vuleta: México, 2008.

HILBERT, Lautaro Maximilian. **Análise ictioarqueológica dos sítios:** Sambaqui do Recreio, Itapeva e Dorva, municípios de Torres e Três Cachoeiras, Rio Grande do Sul, Brasil. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Zoologia da Faculdade de Biociências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapeamento Topográfico**. [S.l], 2013. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_topo_int.shtm?c=1. Acesso em: setembro/2013.

_____. **Cidades**: dados gerais do município. [S.l], 2015. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=432166&search=%7Ctres-cachoeiras. Acesso em: set. 2015.

JORGE, Rogério Ribeiro. **Território, identidade e desenvolvimento**: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural. Tese (doutorado) do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo:USP, 2009.

KIST, Rosane Bernardete Brochier. **Os grupos de convivência em Porto Alegre e sua contribuição à garantia de direitos e à autonomia de homens e mulheres idosos**: uma aproximação com os centros de idosos em Barcelona. Tese (Doutorado) do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2011.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LAURENTI, Carolina; BARROS, Mari Nilza Ferrari. **Identidade**: questões conceituais e contextuais. In: Revista de Psicologia Social e Institucional. Vol. 2, nº 1, Londrina: UEL, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Forma, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEFÈBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Buenos Aires: Lotus Maré, 1976 [1970].

LUNARDI, Raquel. **Mudanças nas relações de trabalho e gênero no turismo rural.** Tese (Doutorado) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

LANE, Bernard. **Turismo rural de segunda geração:** prioridades e questões de pesquisa. In: CRISTÓVÃO, Artur; PEREIRA, Xerardo; SOUZA, Marcelino de. ELESBÃO, Ivo (org). Turismo rural em tempos de novas ruralidades. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2014.

MAGALHÃES, C. F. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo: Roca, 2002.

MARTINS, Mayara Roberta. **Projetos de vida de jovens rurais:** o caso do roteiro agroturístico "Acolhida na Colônia" em Santa Rosa de Lima/SC. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

MARTINS, Mayara Roberta; CONTERATO, Marcelo Antônio. **Ruralidades e ação coletiva através do turismo: construindo o desenvolvimento rural.** Revista Brasileira de Ecoturismo, v.6, n.1, jan/abr. São Paulo: USP, 2013.

MARX, Karl. **A questão judaica.** São Paulo: Centauro, 2002.

_____.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. de Luis Cláudio de Castro e Costa. 2ª. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2011.

MESA, Jorge Andrés Polanco López de. **Determinantes de um sistema organizacional em red para el desarrollo rural del turismo em Antioquia (Colômbia).** In: Cuaderno de Desarrollo Rural, vol.8 nº 67. Bogotá, Colômbia: PUJ, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO BRASILEIRO. **Turismo rural:** orientações básicas. 1ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. **Inventário da oferta turística.** Site. Disponível em: http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/jsp/sobre_invtur/. Acesso em set/2014.

OLSON, M. **The logic of collective action**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.

OSTROM, Elinor. **A behavioral approach to the rational choice theory of collective action**. In: American Political Science Review, vol.92, nº 1. Washington, D.C. Estados Unidos da América: APSA, 1998.

_____. **El gobierno de los bienes comunes**: La evolución de las instituciones de acción colectiva. México: UNAM–CRIM-FCE, 2000.

_____; AHN, TK. **Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales**: capital social y acción colectiva. In: Instituto de Investigaciones Sociales. Revista Mexicana de Sociología, ano 65, nº 1, jan-mar. México: IIS, 2003.

_____. **Collective action and property rights for sustainable development**: understanding collective action. International Food Policy Research Institute, nº 11, fevereiro. Washington, D.C. Estados Unidos da América: IFPRI, 2004. Disponível em: http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/focus11.pdf. Acesso em junho/2013.

_____. **Elinor Ostrom.** Entrevistadora: Lúcia Araújo. Entrevista concedida ao Programa Milênio, do Canal Futura, 2010. Disponível em: http://g1.globo.com/globo-news/milenio/videos/v/milenio-entrevista-elinor-ostrom-a-vencedora-do-nobel-de-economia/1257305/

PAIVA, Carlos Águedo. **O que são sistemas locais de produção (e porque eles são tão importantes na estratégia de desenvolvimento do governo democrático e popular no Rio Grande do Sul)**, 2002. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_2_paiva.pdf. Acesso em julho/2013.

PATO, Maria Lúcia de Jesus. **Dinâmicas de turismo rural:** impactos em termos de desenvolvimento rural. Tese (doutorado) do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro. Aveiro, Portugal: UA, 2012.

PEREIRA, Vilma Aguiar. **O Turismo na perspectiva da preservação da cultura e do meio ambiente:** unidade de análise no Distrito de Morro Azul. Três Cachoeiras – RS. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma: UNESC, 2005.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Prefácio**. In: Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

_____. **Rural sociology and the new agrarian question:** a perspective from the Netherlands. In: Sociologiaruralis, v. 32, n. 2, p. 240-246, Oxford, 1993.

_____. **Camponeses e Impérios Alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

PRATES, Jane Cruz. Planejamento da Pesquisa Social. In: **Temporalis.** nº7. Brasília: ABEPSS, 2003.

PREFEITURA DE TRES CACHOEIRAS. **Histórico**. Disponível em http://www.trescachoeiras.rs.gov.br/index.php/historico. Acesso em março de 2013.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira...[et al.] (org). **Turismo no espaço rural**: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PUGEN, Bianca; AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de; OLIVEIRA, Vera Lúcia Bueno de. **Vale do Paraíso:** a sustentabilidade de uma iniciativa endógena de turismo no espaço rural. Revista Brasileira de Ecoturismo. Volume 6, nº 3, ago./out. São Paulo: SBEcotur, 2013.

_____. **Vale do Paraíso:** possibilidades e desafios de uma iniciativa endógena de turismo no espaço rural. In: XII ENTBL - Encontro Nacional de Turismo de Base Local, 2012, São Paulo. *Anais*... São Paulo: RBEcotur, 2012.

PUGEN, Bianca; DEPONTI, Cidonea Machado. **Turismo rural como atividade pluriativa**: a importância do Capital Social e das Instituições no Roteiro Vale do Paraíso, em Três Cachoeiras, RS, Brasil.. In: VII Congreso de Investigación en Turismo, 2013, Iquique, Chile. *Anais*...Iquique: Societur, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado do Turismo. Site da Secretaria. Disponível em: http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=3&opt=24&fg=2&tp=24. Acesso em: 28/08/2013.

_____. **Lei 12.845**. Porto Alegre, 2007.

REJOWSKI, Miriam. **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastreri. Turismo e territorialidades plurais: lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: **América Latina:** cidade, campo e turismo. LEMOS, A. I. G. L., ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L.. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: São Paulo, 2006.

SABOURIN, Eric. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas**. XI Encontro Norte e Nordeste de Ciências Sociais, Aracaju. *Anais*..., p.1-26. Aracajú: UFS, 2003.

_____. **Economia solidária no meio rural brasileiro: uma análise a partir da noção de Reciprocidade.** VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Quito. *Anais*...Quito, Equador: ALASRU, 2006.

_____. **Camponeses do Brasil:** entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009 a.

_____. **Educação, dádiva e reciprocidade**: reflexões preliminares. Jornal do Periódico del MAUSS, 2009 b. Disponível em: http://www.jornaldomauss.org/periodico/?p=659. Acesso em mar/2013.

_____. **Manejo dos recursos comuns e reciprocidade:** os aportes de Elinor Ostrom ao debate. In: Sustentabilidade em debate, vol.1, nº2, Brasília: UNB, 2010.

_____. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011 a.

_____. **Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento.** Sociologias, ano 13, nº 27, mai./ago. Porto Alegre: UFRGS, 2011 b.

_____. **Políticas públicas de desenvolvimento sustentável e reciprocidade.** Raízes, v.31, nº2, jul-dez, Campina Grande: UFCG, 2011 c.

SALES, Gabriela Arantes Ferreira de. **Redes solidárias de turismo comunitário.** Dissertação (Mestrado) do Programa em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo: ANHEMBI, 2011.

SANTOS, Telma Mara Bittencourt Bassetti dos. **Turismo e campesinato**: embates ideológicos e culturais em Colombo/PR. Tese (doutorado) do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio. **Turismo em comunidades rurais**: inclusão social por meio de atividades não-agrícolas. In: Diálogos do turismo: uma viagem de inclusão. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **Savanas**: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHUTZ, Rosvita. **Aplicação do Sensoriamento Remoto na Roteirização Turística na Encosta Nordeste do Planalto Meridional do Rio Grande do Sul – RS. Estudo de Caso:** Município de Três Cachoeiras. Dissertação (Mestrado) do Programa de Pós-Graduação em Sensoriamento Remoto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCÓTOLO, Denise; NETTO, Alexandre Panosso. **Contribuições do turismo para o desenvolvimento local**. In: CULTUR – Revista de Cultura e Turismo, ano 09, nº 01, Bahia: UESC, Fev/2015.

SOUZA, Marcelino de; ELESBÃO, Ivo. **Turismo rural:** iniciativas e inovações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

TEMPLE, Dominique. **La dialética del Don**: Ensayo sobre la economia de las comunidades indígenas. Laz Paz: Hisbol, 1983. Disponível em: http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=150. Acesso em abr/2014.

_____. **Princípio de Reciprocidad.** Publicado originalmente em francês como *Transdisciplines, Revue d'épistémologie critique et d'anthropologie fondamentale*, Paris, L'Harmattan, p. 9-42, 1997. Disponível em português: http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad&id_rubrique=80. Acesso em dez/2013.

_____. **Teoría de la Reciprocidad, Tomo I:** La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos. La Paz, Padep-gtz, 2003. Disponível em: http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=279. Acesso em jan/2014.

TULIK, Olga. **Turismo rural**. São Paulo: Aleph, 2003. (Coleção ABC do Turismo).

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Hospitalidade no turismo rural**. In: SOUZA, Marcelino; ELESBÃO, Ivo. Turismo rural: iniciativas e inovações. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____.; FAVARETO, Arilson. **A singularidade do rural brasileiro: implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas.** In: MIRANDA, Carlos; SILVA, Heithel (org). Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013.

VEIGA, José Eli da. **Nascimento de outra ruralidade.** In: Estudos avançados. São Paulo: USP, 2006.

VIEIRA, Miguel Said. **Os bens comuns intelectuais e a mercantilização**. Tese (Doutorado) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014.

# APÊNDICE 1

## História de vida

Data:
Nome completo:
Local de nascimento: Idade: Telefone:
Escolaridade:

**PERGUNTA INICIAL: Conte-me sobre sua vida como morador(a) de Morro Azul, como agricultor(a) e, depois, integrante de um roteiro de Turismo Rural.**

### 1 – Na convivência familiar e comunitária

Descrever: As relações entre gerações; transmissão de saberes; relações entre vizinhos; os mutirões; as formas de hospitalidade tradicionais; as festas na comunidade; o que mudou em relação aos dias atuais.

Perguntas norteadoras:
- Podes me contar um pouco sobre como era a relação com seus pais e avós?
- Com quem aprendestes a realizar determinado trabalho (cachaça, comidas, artesanato, etc)? De que forma este conhecimento foi passado para o senhor?
- Como eram, antigamente, as relações entre vizinhos? Quais eram os contatos mantidos com estes vizinhos?
- Me conte como era, antigamente (na infância, inclusive), quando alguma visita chegava para visitar sua família (em relação à comidas, cuidados com a casa, atividades, etc)
- Como eram as festas comunitárias antigamente? Quem e como ajudava? Por que participavam?
- Existiam mutirões? Para que serviam?
- E como é hoje? O que mudou?

### 2 – Na agricultura

Descrever: As relações de ajuda mútua; as trocas de sementes/alimentos; compartilhamento de recursos (equipamentos, pastos); dádivas a partir da colheita.

Perguntas norteadoras:
- Como eram as relações pessoais na agricultura (troca de sementes, mutirão, ajuda na lavoura, existiam? De que forma se davam?)
- A comunidade compartilhava algum recurso (pastos, poços, etc)?
- Na época da colheita, davam e recebiam muitos alimentos? Como isto acontecia?

### 3 – No turismo rural

Descrever: As relações que mantinham antes da estruturação do roteiro (com os integrantes e com a comunidade em geral); quais práticas buscam resgatar em festas e cerimônias; práticas de lazer anteriormente existentes e possíveis mudanças a partir da implementação do turismo rural.

Perguntas norteadoras:

- Antes do trabalho com turismo, quais eram as relações com os integrantes do grupo? Desde quando era assim?
– O que mudou em relação a hoje? (os laços se estreitaram?) O que permanece?
- Em relação à comunidade que não participa do roteiro, comparando ao passado, mudou alguma coisa nas relações pessoais, depois do turismo rural?
- Há algo que tentam preservar ou resgatar deste passado? Com festas? Com o próprio turismo?
– O turismo contribui para este resgate?
- Quais atividades realizavam anteriormente quando não estavam trabalhando (algo que faziam para se divertir, atividades prazerosas, de lazer)?
- E hoje, como são os momentos de lazer?

# APÊNDICE 2
## Entrevista
## Agricultores integrantes do Roteiro

Data:_____

## DADOS DO ENTREVISTADO

Nome completo:
Local de nascimento:
Idade:
Telefone:
Escolaridade:

## CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE

Número de pessoas que integram o núcleo familiar:
Do grupo familiar quantos trabalham na agricultura:
Agricultura baseada em:
Autoconsumo ou venda:
Tipo de propriedade (herança...):
Tamanho da propriedade:
Há (quais) produtos que trocam/dão/consomem?

## CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE EM RELAÇÃO AO TURISMO RURAL

Do grupo familiar quantos trabalham com turismo:
Por que outros integrantes não trabalham?
Atividades turísticas ofertadas na propriedade:
Perfil dos turistas (há registro?):

## ROTEIRO PARA DEPOIMENTO

SOBRE O HISTÓRICO DO ROTEIRO

- Antes de integrarem o roteiro, quais atividades desempenhavam?
- Como tiveram os primeiros contatos com a ideia de turismo rural?
- O que motivou para a integração no turismo rural?
- Você esteve na primeira reunião sobre turismo rural (no salão, com ULBRA)?
- Como e quem conseguiu aquele número de pessoas para participar da primeira reunião? Como contataram com estas pessoas?
- Primeira reunião havia cerca de 50 pessoas, ficaram somente 20. Como e porque os outros não participaram mais?
- Mais alguma propriedade quis entrar? Como foi?
- Qual o papel de cada instituição para no turismo rural de Morro Azul: ULBRA, EMATER, Sindicato Rural, Igreja, Clube de Mães, Prefeitura, Sebrae, SENAR, SESC?
- Qual a dependência do SESC (quando interrompeu a parceria como ficaram?)
- Houve (e ainda há) investimento público no Roteiro?

- É membro do Clube Vera Cruz? Participa das atividades realizadas pelo Clube? Quais são estas atividades?
- As placas de sinalização, o pórtico na entrada, como e quem as conseguiu?
- A principal fonte de renda da propriedade é o turismo ou a agricultura? Em que medida o turismo contribui financeiramente?

SOBRE A CASA DA COLONIZAÇÃO

- Como e quem é responsável pela manutenção da Casa da Colonização (e o Monumento aos Tropeiros e os utensílios do Museu, quem propôs e como fizeram?)
- Como se dá o acesso à casa da Colonização (quando não está incluso no roteiro, quando um visitante quer visitar mas não está inserido em um grupo de turistas)? É livre, aberto? Paga?
- Com que recursos e quem trabalha na manutenção da Casa da Colonização?
- O que pensas sobre a Casa da Colonização?

SOBRE AÇÃO COLETIVA

- Quem são os agricultores e instituições integrantes do Roteiro hoje? (direta e indiretamente).
- Por que realizar o trabalho em forma de um roteiro, em grupo e não isoladamente? Quando trabalham sozinhos por que o fazem? Tentam incluir o restante do grupo? Por quê?
- Quando incrementam sua propriedade, no tocante à oferta ao turista, consultam o grupo ou tomam a decisão por conta própria? Quando decidiram ofertar refeições, consultaram o grupo (já que há outras propriedades que também ofertam)?
- Que tipo de regras que o grupo segue? Como foram estipuladas estas regras? (o que combinaram de não fazer, por exemplo?)
- Com que freqüência se reúnem? Quantos participam?
- Quando há algum problema/conflito/intriga, como resolvem?
- Acham as regras justas ou acham que alguém é prejudicado?
- Já ocorreu de alguém do grupo não cumprir algum trato/regra? O que o grupo fez?
- Quem chama a atenção daquele que errou? Alguém já foi excluído do grupo? Por quê?
- Aos que entraram depois, como e quem transmitem as regras?
- Quem estabeleceu os preços? Como? Por que este preço? Quem arrecada os valores? Como? Há/houve algum impasse nisto?
- Como regulam os ingressos nas propriedades? (no caso de turistas individuais)
- Quem convoca as reuniões? Quem decide sobre os preços? Quem agenda os grupos? Quem decide se outras propriedades podem ou não ingressar no grupo?
- Como estabelecem a ordem de visitação no roteiro? Há revezamentos? Todos são contemplados sempre, se não, por quê?
- Quem é o guia/monitor do roteiro? Por que esta pessoa? E quando ela não pode conduzir o grupo? O senhor (a) guia? Por quê?
- Quando pensa na continuidade do roteiro, de seus filhos seguirem, o que esperam? Acham/esperam que a paisagem aqui continuará sempre assim? Querem que o lugar continue assim ou cresça? O que esperam do futuro?
- Acha que o roteiro tende a crescer, aumentar o fluxo ou não? Querem isto?
- Por que não entrou mais nenhuma propriedade no roteiro? Há interesse, alguém procura entrar? O que pensam sobre isto?
- Como acham que a comunidade externa (mas de Morro Azul) vê o roteiro?

- O que mudou na relação com as autoridades? Em 2005 o Sebrae queria entrar, por que não  o grupo não permitiu?
- Há alguém/algum grupo que faz o roteiro sem pagar, gratuitamente? Por quê?
- Os recursos para o grupo são suficientes para manutenção, divulgação, etc?
- Por que não tem site?
- O que o grupo compartilha (algum equipamento, algum atrativo, o que é tido como "nosso")?
- Como vê a natureza do lugar: a quem ela pertence, quem tem dever de cuidá-la? É um bem ou uma possibilidade de renda? E a cultura dali?

SOBRE RECIPROCIDADE

- Fazem mutirão para alguma coisa? Se ajudam/trocam na lavoura? Trabalham juntos em algum momento, na lavoura?
- Trabalham juntos em alguma atividade na comunidade (Igreja, Clube de Mães, Clube Social)?
- Quais são as festas que acontecem para angariar recursos para o roteiro? Quem promove? Quem organiza? Quem trabalha? Quem e como estipulam funções? Como aplicam a renda? (Feira Páscoa, Cachaça, Filó, Queijo e Vinho).
- Há alguma atividade que dois ou mais agricultores tenham que trabalhar juntos, que dependem de dois ou mais pessoas/famílias/grupos? (por exemplo, roteiro e orgânicos trabalhando juntos, etc...)
- Essa ajuda está relacionada a algum grau de parentesco, vizinhança, amizade (se ajudam porque são parentes, amigos, etc)?
- Este grupo que compõe o roteiro se sente mais próximo do que com o resto da comunidade? (a amizade aumentou depois do roteiro?)
- O que achas que recebe dos turistas? Qual a relação com turistas? O que mais gosta e o que não gosta? Eles retornam?
- O que achas que os turistas levam da sua propriedade, da sua acolhida?
- Há algum recurso (ou insumo, presente) que é distribuído entre as propriedades?
- Quais as principais dificuldades no trabalho com turismo rural?
- O que o turismo rural trouxe de bom para sua vida?
- O turismo rural contribui de alguma forma para Morro Azul? Como?
- Qual a relação que tem com o lugar? Gosta de viver ali?

**APÊNDICE 3**
**Entrevista**
**Membro da comunidade**
**(externa ao roteiro)**

Data:_____

## DADOS DO ENTREVISTADO

Nome completo:
Idade:
Local e data de nascimento:
Endereço atual:
Telefone:
Escolaridade:
Número de pessoas que integram o núcleo familiar:
Profissão:

## ROTEIRO PARA DEPOIMENTO

- O senhor (a) conhece o Roteiro Vale do Paraíso? De que forma? Conhece as propriedades (se não, por que não)?
- O senhor (a) conhece os integrantes do roteiro? Mantêm algum tipo de relação (amizade, parentesco, vizinhança) com algum deles?
- O senhor (a) é beneficiado de alguma forma com o fluxo de pessoas em função do turismo?
- O senhor (a) entende que o turismo desenvolvido a partir do Roteiro auxilia ou prejudica a comunidade?
- O senhor (a) gostaria de fazer parte deste Roteiro? Se não o faz, por que não faz parte do roteiro?
- Quando o senhor (a) vê a movimentação de pessoas na localidade, o que sente?

# APÊNDICE 4
## Entrevista
## Informante

Data:_____

## DADOS DO ENTREVISTADO

Nome:
Naturalidade:
Residência:
Telefone:
Escolaridade:
Função que desempenha:
Tempo de trabalho na instituição:

## ROTEIRO PARA DEPOIMENTO

- Como iniciou a participação da instituição no Roteiro?
- Quem procurou o(a) senhor(a)?
- Por que a senhora decidiu participar deste projeto?
- Como se formatou este roteiro com este número de integrantes? E os demais agricultores?
- Qual a principal liderança percebida no grupo?
- Como é a aceitação da comunidade externa ao roteiro?
- Quais as tensões percebidas no grupo, com o trabalho de TR? Como gerenciam estes conflitos?
- Quem e como estipulam as regras?
- Por que o(a) senhor(a) acha que o Roteiro consegue se manter ativo a tantos anos?
- Para o(a) senhor(a), qual o principal motivo que levou os agricultores a se interessarem pelo TR?
- Qual o papel das seguintes instituições no roteiro: ULBRA, Sindicato Rural, Igreja, Clube de Mães, Prefeitura, Sebrae, SENAR, SESC?
- A ata de setembro de 2005 registra que o grupo não quer a participação do Sebrae. Conte-me sobre isto.
- Todos trabalham com a mesma intensidade para o Roteiro?
- Como são as relações entre os agricultores que integram o Roteiro?
- Houve um Seminário de Turismo em 2005, quem promoveu e por quê?
- Houve (e ainda há) investimento público no Roteiro?
- As Festas que realizam, tem a ver com a organização para o turismo rural?
- Quem definiu a ordem de visitação no roteiro?
- Como se deu o processe de precificação no Roteiro. Há consenso sobre os valores cobrados?
- A relação com os turistas é mais comercial ou social?
- O(a) senhor(a) acha que os agricultores pensam mais em sua propriedade ou no roteiro como um todo?

# APÊNDICE 5
## Entrevista
## Turistas

Data:_____

**DADOS DO ENTREVISTADO**

Nome:
Município de origem:
Idade:
Escolaridade:
Profissão:
(  ) Turista individual ou (  ) excursão

**ROTEIRO PARA DEPOIMENTO**

**Questões:**

- Como soube da existência do Roteiro?
- O que o(a) senhor(a) achou da recepção e do atendimento ao longo do roteiro?
- O que foi mais significativo ao longo do percurso?
- Como o(a) senhor(a) percebeu a organização do roteiro?
- O(a) senhor(a) aprendeu algo aqui? O que?
- Quais as principais lembranças que ficarão sobre este roteiro?
- Que palavras podem descrever o sentimento do(a) senhor(a) em relação ao Roteiro?
- O senhor (a) percebe receber o que pagou (ou mais/menos)?
- Pretende retornar? Por quê?
- Pretende indicar este roteiro a alguém?

# APÊNDICE 6
## Roteiro para Observação Participante

Data:_____

Observar como ocorrem as seguintes questões:

- Em relação à ação coletiva:

- Quem participa da manutenção da Casa da Colonização;
- Como se dão as atividades de manutenção desta Casa;
- Quem e como auxiliam nas festas comunitárias;
- Como realizam o revezamento para os guiamentos;
- Como cumprem as regras e se consideram elas justas;
- Como monitoram o cumprimento das regras.

- Em relação à reciprocidade:

- Como se relacionam entre eles: se visitam?;
- Como cuidam do entorno: embelezamento da paisagem, cuidados com a terra, etc.;
- Qualidade no atendimento ao turista;
- Qualidade no atendimento ao estudante/pesquisador;
- Envolvimento e responsabilidade em relação a gestão do Roteiro;
- Contagem do tempo no atendimento aos visitantes e às reuniões do grupo.

- Demais tópicos:

- Observar as tensões e conflitos existentes: entre quem e por quais motivos
- Observar a relação com os clientes

# ANEXO 7
## Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar voluntariamente de uma pesquisa que tem por objetivo investigar de que forma as relações de reciprocidade estimulam a articulação de agricultores em torno de um roteiro de turismo rural. O roteiro estudado é o Roteiro *Vale do Paraíso*, no Distrito de Morro Azul, em Três Cachoeiras/RS.

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Para tanto, sua participação através de relatos e entrevistas é de extrema importância. Os depoimentos serão reunidos para análise e irão compor os resultados de uma tese de doutorado e posteriores publicações em eventos e documentos científicos, sendo que asseguramos sigilo absoluto em relação a sua identificação.

Após ser esclarecido(a) sobre a pesquisa, de estar ciente da necessidade do uso de seu depoimento, bem como da utilização destes para os fins explicitados acima e havendo uma confirmação livre e espontânea em aceitar a participar de forma voluntária, você deverá assinar ao final deste documento, em duas vias. Uma das vias ficará com você e a outra via permanecerá com a pesquisadora responsável.

Em caso de dúvida em relação a esse documento, você poderá procurar a pesquisadora através do telefone (51) 9982-4209 ou do e-mail bipugen@yahoo.com.br.

A pesquisadora se responsabiliza a cumprir o previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.° 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

_____

Local e data.

_____

Pesquisadora

_____

Entrevistado

_____

Responsável legal (caso o entrevistado seja menor de 18 anos)